



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

ADIL SANTOS MOREIRA

**Comparação do Manejo dos Recursos Naturais Efetuado pelos Índios Pataxó
em Terra Indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral
no Extremo Sul da Bahia**

Ilhéus – Bahia
2007



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

ADIL SANTOS MOREIRA

Comparação do Manejo dos Recursos Naturais Efetuado pelos Índios Pataxó em Terra Indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral no Extremo Sul da Bahia

Dissertação apresentada, para obtenção
do Título de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente, à Universidade
Estadual de Santa Cruz.

Orientador: Dr. Alexandre Schiavetti

Ilhéus – Bahia
2007

M838

Moreira, Adil Santos

Comparação do manejo dos recursos naturais efetuado pelos índios Pataxó em terra indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral no Extremo Sul da Bahia. – Ilhéus: UESC, 2007.

123 f.; anexos.

Orientador: Alexandre Schiavetti.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Recursos naturais - Conservação. 2. Reservas indígenas - BA. 3. Unidade de Conservação de Proteção Integral. I. Título.

CDD 333.72

ADIL SANTOS MOREIRA

**Comparação do Manejo dos Recursos Naturais Efetuado pelos Índios Pataxó
em Terra Indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral
no Extremo Sul da Bahia**

Dissertação apresentada, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, à Universidade Estadual de Santa Cruz.

Orientador: Dr. Alexandre Schiavetti

Ilhéus – Ba, 28 / 02 /2007.

Alexandre Schiavetti – Doutor
Universidade Estadual Santa Cruz - UESC
Orientador

Neylor Alves Calasans Rego – Doutor
Universidade Estadual Santa Cruz - UESC
Examinador

Afrânio José Soriano Soares – Doutor
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Júlio Mesquita Filho - Registro
Examinador

À grande pedagoga da minha vida, *minha mãe*, **Adi**.
Ao maior arquiteto dos meus projetos, *meu pai*, **Claudionor**.
Aos meus prediletos consultores de vida e esperança, **Giulia**,
Luigi, **Giuseppe** e **Giovanna**, *meus filhos*, que, também,
acreditam no Planeta Terra sempre verde e azul.

AGRADECIMENTOS

Foi no ano de 2000 que estive pela primeira vez numa aldeia indígena. Fui substituir a coordenadora pedagógica da Direc-08 que se encontrava doente. A Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha foi a anfitriã de um curso de magistério indígena e ali se reuniram professores indígenas de várias aldeias do Estado da Bahia. Cheguei um pouco sem graça, pois não conhecia os participantes e nem os facilitadores. No primeiro momento fiquei constrangida, mas, após a minha apresentação, senti que o clima mudou bastante. Sorrisos, trocas de informações, brincadeiras, tudo muito verdadeiro e simpático que, fiquei a vontade em participar até das danças pataxós. No primeiro almoço no hotel, responsável em hospedar e alimentar os estudantes indígenas, percebi que aguçava na minha mente, a curiosidade em saber algo mais sobre aquele povo simples, lutador que buscava conhecimento e aperfeiçoar-se na arte de educar jovens e crianças das suas aldeias. Fui convidada para participar e acompanhar o curso. E enquanto o curso avançava, percebi que a visão de “índio” que eu tinha não correspondia com o que eu observava naquele momento. Respeito e dignidade foram às palavras-chave que aprendi durante o curso. Foi aí que tudo começou!

Em 2003, fui selecionada para a *VII Turma-2004 do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente* na Universidade Estadual Santa Cruz-UESC na cidade de Ilhéus-Bahia, onde apresentei um projeto cujo tema estava relacionado ao manejo dos recursos naturais em Terras Pataxó. Por gerar uma situação diferente do grupo, recebi dos colegas um apelido muito engraçado, *Adil Malinowski*, sobrenome de um antropólogo inglês, muito referenciado nas aulas de Lógica e Crítica da Investigação Científica. Foram momentos preciosos passados na UESC em companhia do *Corpo Docente e da Coordenação do Mestrado*. Como advogada, senti-me várias vezes frustrada e até acanhada em algumas disciplinas, mas contei com a ajuda e atenção dos amigos e colegas de curso, agrônomos, geógrafos, biólogos, químicos, economistas, engenheiros e físicos.

Ao chegar o ano de 2005, fui para o campo participar do dia-a-dia das aldeias pataxós. Fazer entrevistas, observar e acompanhar os moradores nos momentos dos seus trabalhos, lazer, festas, danças e vida familiar, que para mim não foi apenas um estudo, mas também um aprendizado para toda a vida. Nessa etapa tenho que agradecer a *Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha*, ao diretor *Ademário*, professores e funcionários, ao Sr. *Amilton*, conhecido como Kapimbará Pataxó, educador ambiental nato, acompanhou-me nas entrevistas, nas oficinas, nas roças, nas pescarias, enfim, um perfeito “guia”. Ao cacique da Aldeia de Coroa Vermelha Sr. *Gerdion Santos do Nascimento* – Aruã Pataxó – que autorizou a pesquisa e a minha presença em vários lugares que solicitei estar. A *Escola Indígena Pataxó de Barra Velha*, onde fiquei várias vezes hospedada. Ao diretor *Aurenilson*, aos professores e funcionários. Todos os moradores da aldeia que abriram suas portas para que eu pudesse observar e estudar o seu meio ambiente. A formidável e simpática pataxó *Erilsa* que “guiou-me” a vários lugares distantes.

Nesta correria entre Eunápolis, Ilhéus, Coroa Vermelha e Barra Velha, deixava na casa de meus pais um tesouro incalculável de quatro peças – *Giulia, Luigi, Giuseppe e Giovanna* – toda riqueza que possuo e por eles busco um futuro melhor. Meus pais, *Claudionor José Moreira e Adelina Santos Moreira*, que fizeram um grande papel de avós no momento que mais necessitei como filha. As dificuldades foram muitas, mas contei com palavras animadoras dos meus irmãos: *Claudi, Cleuza, Claudionor Filho, Célia, Clélia, Clélia e Paulo Cezar*.

Meus agradecimentos a Secretária Municipal de Educação de Eunápolis, Professora Nevolanda, a Cooperativa Educacional de Eunápolis – COOEDUC, ao Colégio Estadual Monte Pascoal, a Ayleen Göecking que desde a seleção do mestrado vem acompanhando a pesquisa na digitação dos trabalhos. A Maria Luíza, Mestra em Análises de Dados, que deixando seu trabalho tirou momentos para corrigir os resultados da pesquisa e permitir certa tranquilidade quanto o objetivo alcançado. A Raul, meu amigo de todos os momentos, acompanhou a pesquisa desde o início até a finalização. A Adilson, que depois de toda pesquisa realizada conferiu os resultados de todas as tabelas e gráficos.

Por fim, agradecer ao meu Orientador *Dr. Alexandre Schiavetti*, que sempre esteve pronto para auxiliar, para ajudar, para corrigir quando sim ou não solicitado. Sei que falhei várias vezes e por diversas razões, e ele sempre soube se posicionar como um orientador-mestre. Foi competente e exigente e ao mesmo tempo atencioso e compreensivo.

Cheguei aqui, porque há um *SER* maior que gosta muito de mim, *MEU DEUS*.

***“O homem, imprudentemente, brincou
de aprendiz de feiticeiro, e desencadeou
processos que já não consegue controlar”.***
Jean Dorst

Comparação do Manejo dos Recursos Naturais Efetuado pelos Índios Pataxó em Terra Indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral no Extremo Sul da Bahia

Autora: Adil Santos Moreira

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Schiavetti

RESUMO

Este estudo objetivou analisar o comportamento e atitudes do índio Pataxó habitante das aldeias do Extremo Sul da Bahia no manejo dos recursos naturais em uma Terra Indígena-TI e em uma Unidade de Conservação-UC de Proteção Integral e comparar esses comportamentos e atitudes praticados por eles nessas áreas que devem corresponder à categoria gestora de cada uma delas. Foi utilizada a observação participante, onde se pretendeu trabalhar dentro do sistema de referência dos Pataxó, descrevendo o manejo nas ocupações de pescadores, agricultores, artesãos de madeira e de sementes. Relata a importância das Terras Necessárias habitadas pelos índios em face da riqueza da biota ali existente que se tornaram um verdadeiro mosaico, com diferentes categorias legais de proteção dos aspectos cultural, histórico, ambiental e social, em âmbito nacional e internacional. Certo é que as UC possuem uma legislação que disciplina seu uso e tratamento e no tocante aos direitos e garantias dos povos indígenas a Constituição Federal reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A pesquisa também analisa os aspectos jurídicos de superposição entre UC e TI que encerram uma discussão própria e específica em razão do regime jurídico único que regula os direitos indígenas no país, bem como da importância que a questão assume dada à quantidade de UC que hoje se sobrepõem a TI e o potencial de conflitos existentes quanto o manuseio dos recursos naturais efetuados pelos índios dentro das referidas áreas. A metodologia utilizada foi à coleta de dados primários, por meio de inventário dos recursos *in loco*, através de informações coletadas por questionários, entrevistas e observações. Em Tabelas e Gráficos apresentam-se os resultados da análise dos dados. Verificou-se a relação entre as duas amostras: indivíduos da Aldeia de Coroa Vermelha-TI, e indivíduos da Aldeia da Barra Velha-UC sobreposta a uma TI. O equacionamento de justiça social e equilíbrio ambiental não se constituem uma operação simples. E quando se trata de um cenário multiétnico, esses conceitos não podem ser tomados em sentido unívoco. Os casos de UC criados em áreas de ocupação de população nativas configura um exemplo emblemático de sobreposição de diferentes valores, tradições e concepções, configurando por isso um desafio socioambiental.

vii

Palavras-chave: Manejo, Terras Indígenas, Unidade de Conservação, Sobreposição.

Comparaison de l'Utilisation par les indigènes Pataxó des Ressources Naturelles en Indigés en Terre Indigène et en Unité de Conservation de Intégrale dans sud de Bahia

Auteur: Adil Santos Moreira

Orientateur: Prof. Dr. Alexandre Schiavetti

RÉSUMÉ

Cette étude a pour but l'analyse du comportement et des attitudes des indiens Pataxó qui habitent des villages de l'Extrême Sud de Bahia en ce qui concerne l'utilisation des ressources naturelles en Terre Indigène-TI et en Unité de Conservation-UC de Protection Intégrale et de comparer leurs comportements et leurs attitudes dans ces endroits qui doivent correspondre à leur respective catégorie de gestion. L'observation participante a été le moyen utilisé, par lequel l'intention est de travailler dans le système de référence des Pataxós afin de décrire le travail des pêcheurs, des artisans qui travaillent le bois et les graines. Elle rapporte l'importance des Terres Nécessaires habitées par les indiens, par rapport à la richesse de la biocénose qui y existe, devenues une vraie mosaïque avec différentes catégories légales de protection des aspects culturel, historique, environnemental et social, à l'échelle nationale et internationale. Il est certain que les UC ont une législation qui discipline leur utilisation et leur traitement et en ce qui concerne les droits et les garanties des peuples indigènes et la Constitution Fédérale reconnaît aux indiens des droits originaires sur les terres qu'ils occupent traditionnellement. Cette recherche analyse également les aspects juridiques du chevauchement des UC et des TI qui englobent une discussion qui leur est propre et spécifique en raison du régime juridique unique qui réglemente les droits indigènes dans le pays, ainsi que l'importance que prend cette question en raison de la quantité d'UC qui se superposent aux TI et le potentiel des conflits qui existent pour ce qui est de l'utilisation des ressources naturelles de la part des indiens au sein de ces zones. La méthodologie utilisée est celle de la collecte de données primaires, au moyen d'un inventaire des ressources *in loco*, par des informations recueillies au moyen de questionnaires, d'entretiens et d'observations. Dans Tableaux et Graphiques on peut voir les résultats de l'analyse de ces données. La relation entre les deux échantillonnages a pu se vérifier: les indiens de Aldeia de Coroa Vermelha-TI et ceux de Aldeia da Barra Velha-UC superposée à une TI. Trouver une solution pour l'équation justice sociale/équilibre environnemental ne représente pas une opération simple. Et quand il s'agit d'un scénario multiethnique, ces concepts ne peuvent pas être considérés sous un seul angle. Les cas d'UC créées en zones occupées par des populations autochtones représentent un exemple emblématique de superposition de différentes valeurs, traditions et conceptions et représentent à cet effet un défi socio-environnemental.

viii

Mots-clés: Utilisation, Terres Indigènes, Unité de Conservation, Superposition, Imbrication.

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO I

Quadro 1. Unidade de Conservação no Brasil, número, área total, relação com a extensão e percentual com relação ao total das Unidades de Conservação Federais e Estaduais no Brasil..... 29

Quadro 2. Cômputo da situação das Terras Indígenas no Brasil..... 37

CAPÍTULO II

Quadro 1. Espécies mais conhecidas nas aldeias apontadas pelos entrevistados..... 75

CAPÍTULO II

Gráfico 1. Distribuição por escolaridade da população entrevistada.....	116
Gráfico 2. Interação entre escolaridade, informação e opinião sobre a legislação ambiental da população entrevistada.....	117
Gráfico 3. Interação entre escolaridade, informação e opinião sobre a questão fundiária da aldeias da população entrevistada.....	118

x

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO II

Tabela 1.: Distribuição da obtenção de insumos por aldeia e ocupação.....	72
Tabela 2.: Distribuição de instrumentos de trabalho por aldeia e ocupação.....	73
Tabela 3.: Contribuição pessoal para conservação da natureza por aldeia e ocupação.....	77
Tabela 4.: Distribuição da população entrevistada por ocupação e por aldeia.....	86
Tabela 5.: Sexo da população entrevistada por aldeia.....	87
Tabela 6.: Sexo da população entrevistada por ocupação.....	87
Tabela 7.: Número de filhos da população entrevistada por aldeia.....	87
Tabela 8.: Grau de escolaridade da população entrevistada por aldeia.....	88
Tabela 9.: Nível de escolaridade da população entrevistada por ocupação.....	88
Tabela 10.: Tempo de residência na aldeia da população entrevistada por aldeia.....	88
Tabela 11.: Tempo de residência na aldeia da população entrevistada por ocupação.....	89
Tabela 12.: Tempo de experiência do entrevistado no seu trabalho por aldeia.....	89
Tabela 13.: Tempo de experiência do entrevista no seu trabalho por ocupação.....	89
Tabela 14.: Número de pessoas da família envolvidas no trabalho do entrevistado por aldeia.....	90
Tabela 15.: Número de pessoas da família envolvidas no trabalho do entrevistado por ocupação.....	90
Tabela 16.: Faixa salarial da população entrevistada por aldeia.....	91
Tabela 17.: Faixa salarial da população entrevistada por ocupação.....	91
Tabela 18.: Composição da renda familiar do entrevistado com outras pessoas da família por aldeia.....	92
Tabela 19.: Interação entre aldeias e a importância atribuída aos animais pela população entrevistada.....	92
Tabela 20.: Interação entre aldeias e a importância atribuída a praia pela população entrevistada.....	92
Tabela 21.: Interação entre aldeias e a importância atribuída aos mangues pela população entrevistada.....	93
Tabela 22.: Interação entre aldeias e a importância atribuída ao mar pela população entrevistada.....	93
Tabela 23.: Interação entre aldeias e a importância atribuída as árvores frutíferas pela população entrevistada.....	93
Tabela 24.: Frequência do entrevistado e família no uso da mata para lazer, cultura, visita, beleza, festa por aldeia.....	94
Tabela 25.: Escolha do uso alternativo da área da mata pelo entrevistado por aldeia.....	95
Tabela 26.: Escolha do uso substitutivo da área da mata pelo entrevistado por aldeia.....	95
Tabela 27.: Escolha do uso comercial dos produtos da mata pelo entrevistado por aldeia.....	95
Tabela 28.: Informação do entrevistado quanto a atuação corretiva do Conselho da Aldeia em punir agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia por aldeia.....	96
Tabela 29.: Informação do entrevistado quanto a atuação corretiva do Conselho da Aldeia em punir agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia por ocupação.....	xi
Tabela 30.: Informação do entrevistado quanto a atuação corretiva de Órgãos do Governo em punir agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia por aldeia.....	97
Tabela 31.: Informação do entrevistado quanto a atuação corretiva de Órgãos do Governo em punir agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia por ocupação.....	97
Tabela 32.: Percentual dos entrevistados que receberam cursos ou capacitação para melhorar suas atividades no manejo dos recursos naturais por aldeia.....	98

Tabela 33.: Percentual dos entrevistados que receberam cursos ou capacitação para melhorar suas atividades no manejo dos recursos naturais por ocupação.....	98
Tabela 34.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto a situação anterior da Mata Atlântica por aldeia.....	99
Tabela 35.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto a proposta do Governo para a saída dos Pataxó da área por eles habitada por aldeia.....	99
Tabela 36.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto a proposta do Governo para a saída dos Pataxó da área por eles habitada por ocupação.....	100
Tabela 37.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto as leis de proteção ao meio ambiente por aldeia.....	100
Tabela 38.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto as leis de proteção ao meio ambiente por ocupação.....	101
Tabela 39.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto a regularização da área da aldeia por aldeia.....	101
Tabela 40.: Grau de conhecimento do entrevistado quanto a regularização da área da aldeia por ocupação.....	102
Tabela 41.: Opinião do entrevistado quanto a razão da existência da Mata na área da aldeia por aldeia.....	102
Tabela 42.: Opinião do entrevistado quanto a razão da existência da Mata na área da aldeia por ocupação.....	103
Tabela 43.: Opinião do entrevistado em concordar com a saída do povo Pataxó das áreas que habitam por aldeia.....	103
Tabela 44.: Opinião do entrevistado a respeito dos conflitos da questão fundiária das aldeias e como esses conflitos afetam na conservação/preservação dos recursos naturais por aldeia.....	104
Tabela 45.: Opinião do entrevistado a respeito dos conflitos da questão fundiária das aldeias e como esses conflitos afetam na conservação/preservação dos recursos naturais por ocupação.....	104
Tabela 46.: Opinião do entrevistado sobre a legislação de proteção do meio ambiente por aldeia.....	105
Tabela 47.: Opinião do entrevistado sobre a legislação de proteção do meio ambiente por ocupação.....	105
Tabela 48.: Distribuição por grau de escolaridade da população Entrevistada.....	115
Tabela 49.: Interação entre escolaridade x informação x opinião sobre a legislação ambiental da população entrevistada.....	116
Tabela 50.: Interação entre escolaridade x informação x opinião sobre a questão fundiária das aldeias da população entrevistada.....	116

SIGLAS

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PARNA	Parque Nacional
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ABREVIATURAS

BV	Barra Velha
-----------	-------------

CV	Coroa Vermelha
TI	Terras Indígenas
UC	Unidade de Conservação
UPI	Unidades de Conservação de Proteção Integral

SUMÁRIO

	Resumo.....	VI
	Résumé.....	VII
1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Marcos Teóricos.....	20

1.2	Objetivos.....	24
2	CAPÍTULO I – O PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL - E OS ÍNDIOS PATAXÓ: ANÁLISE JURÍDICA DO CONFLITO.....	26
	Sumário.....	27
	Resumo.....	27
	Résumé.....	27
2.1	INTRODUÇÃO.....	28
2.2	O PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL.....	33
2.3	AS TERRAS INDÍGENAS E OS ÍNDIOS PATAXÓ.....	36
2.4	HISTÓRICO DOS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS DO PARQUE NACIONAL DE MONTE PASCOAL, A QUESTÃO INDÍGENA E O CONFLITO LEGAL DE SOBREPOSIÇÃO.....	40
2.5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	44
2.5	CONCLUSÃO	46
3	CAPÍTULO II – COMPARAÇÃO DO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS EFETUADO PELOS ÍNDIOS PATAXÓ EM TERRA INDÍGENA E EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO EXTREMO SUL DA BAHIA	47
	Sumário.....	48
	Resumo.....	48
	Résumé.....	49
3.1	INTRODUÇÃO.....	49
3.2	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E BIOLÓGICA DA REGIÃO DE ESTUDO – COSTA DO DESCOBRIMENTO DO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	54
3.3	ÁREAS DE ESTUDO.....	58
3.3.1	ALDEIA BARRA VELHA.....	58
3.3.2	ALDEIA COROA VERMELHA.....	60
3.4	MATERIAL E MÉTODOS.....	64
3.4.1	UNIVERSO DA PESQUISA.....	64
3.4.2	ALDEIAS SELECIONADAS E AMOSTRA.....	65
3.4.3	TIPO DE ESTUDO.....	65
3.4.4	COLETA DE DADOS.....	67
3.5	RESULTADOS.....	70
3.5.1	RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	xv
3.5.2	RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO.....	xv
3.5.2.1	CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ENTREVISTADO.....	86
3.5.2.2	CARACTERÍSTICAS PESSOAIS.....	87
3.5.2.3	RELAÇÃO DO ÍNDIO/NATUREZA – IMPORTÂNCIA DOS ELEMENTOS DA NATUREZA PARA O ÍNDIO.....	92
3.5.2.4	RELAÇÃO ÍNDIO/INSTITUIÇÕES.....	96
3.5.2.5	RELAÇÃO ÍNDIO/CONHECIMENTO DE ASSUNTOS AMBIENTAIS.....	98
3.5.2.6	RELAÇÃO ÍNDIO/OPINIÃO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	102
3.5.3	RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES.....	105
3.6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	110
3.6.1	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ENTREVISTA.....	110
3.6.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO.....	112

3.6.3	CONFRONTO DE RESULTADOS – INTERAÇÃO ENTRE A RELAÇÃO DO ÍNDIO COM A NATUREZA – CONHECIMENTO E OPINIÃO POR ESCOLARIDADE.....	115
3.6.4	DISCUSSÃO DO TEMA.....	119
3.7	CONCLUSÃO.....	122
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	127
	APÊNDICES.....	133
	ANEXOS.....	140

1. INTRODUÇÃO

A vida e os costumes dos índios sempre despertaram curiosidade e interesse. Já nos séculos XVI e XVII tinham sido escritos cartas, tratados e poemas a respeito do índio brasileiro. No século XVIII, os épicos de Basílio da Gama e Santa Rita Durão deram continuidade ao tema.

O Romantismo brasileiro encontrou no índio a sua mais autêntica expressão de nacionalidade e com a transposição da figura do índio para a literatura, não houve necessidade

de importar o mito do *bom selvagem*, de Rousseau: ele estava vivo nas matas brasileiras, identificadas como *paraíso perdido*.

O romance indianista celebra tanto o estado de pureza e inocência do índio quanto à formação mestiça da raça brasileira. Livre, senhor do seu destino, não-contaminado pela corrupção da vida civilizada, foi o índio visto pelos escritores românticos como a própria encarnação do espírito jovem e independente que se formava no Brasil.

O interesse pelo índio transcende a literatura colonial e romântica. No século XX os modernistas voltaram a cultivar o tema; como fez Mário de Andrade em *Macunaíma* e, mais recentemente, Darcy Ribeiro em *Maíra* e Antonio Callado em *A Expedição Montaigne*.

Hoje é muito freqüente aparecer na mídia, abordagem que remetam ora idéia do grande vilão, ora a do bom selvagem e, os argumentos apresentados contra ou em defesa do índio são os mais variados possíveis quer seja numa pequena escola, na sociedade, associações, ou mesmo nas mais diversas instituições de pesquisa e ensino.

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, há no Brasil 700 mil índios (0,4% da população brasileira), divididos em 215 etnias, com 180 línguas e dialetos. A taxa de crescimento, de 2,5% ao ano, é superior a da média do restante da população. Em 1990, os índios somavam 358 mil. Entre as causas do crescimento estão à melhoria nas suas condições de saúde e a aceleração dos processos de demarcação de suas Terras (COSTA, 2004). No artigo 231, a Constituição assegura o direito dos índios a terem a posse permanente e o usufruto das riquezas do solo, dos rios, dos lagos e das terras tradicionalmente ocupadas por eles. Mas os índios não são os donos porque as terras pertencem a União. O Estatuto do Índio, de 1973, estipula que eles sejam tutelados pelo Estado até que se incorporem ao modo de vida da sociedade.

Os saberes indígenas foram ignorados, subjugados e substituídos pelos modelos científicos e pelos estilos de vida modernos. Foucault (apud LEFF, 2001) diz que é necessário esclarecer as relações de dominação, sujeição e desconhecimento dos saberes tradicionais pela macro-cultura modernizadora, libertar os saberes subjugados não formalizados em códigos científicos, e interrogar os atuais processos de hibridação entre a ciência e a sabedoria dos códigos culturais e as práticas tradicionais.

A administração e utilização da vida selvagem, reservas e refúgios têm um papel importante e estas áreas podem ser altamente eficientes, afirma Lindahl (1972), quando localizadas e administradas de maneira adequada, mas não são remédio milagroso para as populações exauridas de todas as espécies e Lauriola (2001), acredita que proteger a

continuidade e a viabilidade do estilo de vida indígena e de seu relacionamento com a floresta significa proteger a própria floresta.

Por certo que o desmatamento, tanto dentro como fora de terras indígenas, pode devastar de tal maneira os recursos naturais dos quais depende o modo de vida dos índios que se torna impossível, para a população indígena, permanecer nesta área e viver de acordo com o seu modo de vida tradicional (TAYLOR, 1997). Segundo Schuwartzman (2001), se faz necessário distinguir entre fins social e ambiental quando nos referimos aos Direitos Indígenas e preservação da diversidade biológica.

Porém, a atual crise ambiental da perda de biodiversidade e as dificuldades de se implantar estratégias para delimitar espaços especialmente protegidos onde a atividade humana é limitada, fazem com que a utilização de terras indígenas e outros territórios tradicionais para conservar a biodiversidade no futuro, seja algo discutível, pois seus ocupantes em muitos casos já iniciaram um processo de utilização de seus recursos naturais alterando-os significativamente, e, em muitos casos há necessidade de se encontrar uma solução que tanto dê uma opção de vida digna e com perspectivas positivas de desenvolvimento para a população indígena, sem implicar em maior pressão sobre o que restou da Mata Atlântica (OLMOS e GALETTI, 2002).

É certo que os esforços para preservar a biodiversidade, às vezes, se chocam com as necessidades humanas e, evidente que as condições ambientais afetam a qualidade de vida, ou seja, péssimas condições sociais e econômicas afetarão negativamente as posições do ambiente natural, o que segundo Trevisan (1999), “de nada adianta criar área de preservação e conservação ambiental, ao mesmo tempo em que se mantém uma política de empobrecimento social.”.

Rocha (2003) questiona:

“Se nós fomos capazes de desenvolver o aprendizado de melhores práticas ambientais, porque excluir dessa possibilidade comunidades que no geral desenvolveram o conceito de desenvolvimento sustentável na prática, no dia-a-dia, ainda que imperfeito, mas que possuem a seu favor, a vantagem de sua imperfeição não ser construída apenas teoricamente como o nosso conceito de desenvolvimento sustentável?”

Fica evidenciado que não há necessidade de reviver o mito do bom selvagem, crítica muito comum daqueles que se colocam contra a presença humana em Unidades de Conservação, afirmando que esta sempre levaria à degradação ambiental.

Para as comunidades tradicionais, a conservação dos recursos naturais significa a sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, e a terra é o lugar em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos (DIEGUES, 1996). O respeito aos direitos das populações que desde sempre ocuparam os espaços agora objeto de proteção especial é fundamental e deve integrar segundo Leitão (2004), ao elenco de garantias de um Estado democrático de direito.

O processo que envolve a seleção, implantação e gestão de áreas protegidas geralmente está baseado em critérios ecológicos e econômicos, o que não garante o sucesso dos resultados de conservação. Observando a Constituição Federal, em seu artigo 225, do Capítulo do Meio Ambiente, que reza: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações”; e os artigos 231 e 232, também da Constituição Federal, que diz respeito aos direitos e garantias dos povos indígenas, surgiu o interesse de saber: *Quais as semelhanças e diferenças do comportamento e atitudes dos índios Pataxó do Extremo Sul da Bahia que estão manejando recursos naturais em uma TI e em uma UC de Proteção Integral sobreposta a uma TI quanto a conservação dos recursos naturais das aldeias em que moram?* Este problema transformou-se na questão central da pesquisa.

Sabe-se que algumas aldeias habitadas pelos índios Pataxó possuem uma intrínseca relação com o Parque Nacional Monte Pascoal-PNMP, dada à contigüidade de terras, áreas sobrepostas e uso de madeira de lei para produção de artesanato, uma das principais fontes de recursos para a sobrevivência da população do entorno. E foram identificados, antes da pesquisa, diversos tipos de conflitos quanto às restrições de usos de recursos naturais nas áreas estudadas, quanto a sua natureza institucional, legal, fundiário e de interesses e interpretações.

Este campo hipotético exigiu uma abordagem híbrida e por isso a pesquisa utilizou vários métodos: Histórico concomitantemente com os métodos Comparativo e Estatístico e o Monográfico.

O tema exigiu a pesquisa no passado, das atividades dos índios Pataxó, suas migrações, ocupações e métodos de trabalho, foi usado, então, o **Método Histórico**; na investigação da característica do índio Pataxó de hoje e o manejo dos recursos naturais efetuados por eles em suas aldeias, foi empregado os **Métodos Comparativo e Estatístico**; e, finalmente, ao limitar a pesquisa a determinadas categorias (ocupações dos índios), utilizou-se o **Método Monográfico**.

O estudo é de natureza qualitativa, tendo em vista objetos caracterizados por dimensões subjetivas, participativas, intensas, comunicativas. Teve como um dos métodos a *observação participante*, patrimônio dos antropólogos que aprenderam a estudar os índios convivendo com eles. Este método implica acompanhamento sistemático e detalhado do objeto de estudo. Para Demo (2002), as metodologias qualitativas realçam, “sem dicotomias inúteis, face mais dinâmicas e subjetivas da realidade, praticando um estilo mais flexível de formalização. Não resolvem tudo apenas abrem outros horizontes de análises”.

Com base nas tendências recentes, no que se refere às formas de apresentação de trabalhos científicos, optou-se pela *forma de publicação*, pela qual é possível apresentar Capítulos redigidos como trabalhos científicos completos enviados para publicação ou publicados, portanto, a dissertação conterá: uma *Introdução Geral*, com os objetivos de todo o trabalho e uma revisão de literatura sobre o assunto abordado.

Em seguida, os *Capítulos*, contendo, em cada um deles, partes referentes à introdução, desenvolvimento e conclusão e, ainda, uma parte final com as *Conclusões Gerais* e *Referências* citadas em todo o trabalho (BITTENCOURT, *et al.*, 2003, p. 30)¹.

No primeiro Capítulo, em forma de artigo, a pesquisa é situada no contexto regional. Apresenta-se a região de estudo, com destaque para os aspectos relacionados à questão indígena no conflito de TI e o desafio das sobreposições e um relato dos conflitos em torno da presença humana em áreas protegidas dando ênfase à região do Extremo Sul da Bahia especialmente o Parque Nacional de Monte Pascoal-PNMP. Atendendo assim ao primeiro e segundo objetivos específicos da pesquisa.

A preocupação dos Pataxó com o meio ambiente, suas atitudes e comportamento no manejo dos recursos naturais, que representam um potencial fonte de interferência sobre o estado de conservação do que restou da Mata Atlântica e do Parque Nacional de Monte Pascoal-PNMP são investigadas no segundo Capítulo, correspondendo ao terceiro objetivo específico da pesquisa, e respondendo a hipótese central do estudo.

Com base em um exercício de observação da realidade dessas aldeias durante uma estadia de cinco meses, várias informações e idéias que são apresentadas decorrem das entrevistas realizadas com os índios Pataxó nas ocupações da caça, pesca, agricultura, artesanatos de madeira e de sementes que foram analisadas durante o estudo.

Por meio da observação direta da ação cotidiana e pública e registro em diário de campo; depoimentos e história oral registradas; entrevista semi-estruturada e gravadas; e análise documental, realizou-se um estudo de atitudes e comportamento dos índios Pataxó.

¹ Manual de Normatização para Trabalhos Técnico-Científico utilizado e indicado pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Investigou-se as relações existentes entre o manejo dos recursos naturais efetuados por eles na Aldeia de Coroa Vermelha-TI e na Aldeia de Barra Velha-UC sobreposta a uma TI. Foram avaliados os principais fatores que influenciam a conservação desses recursos naturais. Com a aplicação de Teste de Qui-quadrado (χ^2) a pesquisa apresenta o resultado da análise e da comparação entre as duas aldeias estudadas e a variação que possivelmente ocorreu.

A conclusão do estudo possibilitará as lideranças Pataxó e as autoridades governamentais reafirmarem a necessidade do povo Pataxó fortalecer ou modificar a forma de manejo dos recursos naturais e, assim, reduzirem impactos criados em suas aldeias.

1.1. MARCOS TEÓRICOS

Seguindo os passos dos estudos de Ferreira (2003), surge a necessidade de apresentar os **Marcos Teóricos** dessas discussões:

A necessidade de substituição do paradigma teórico e político das áreas protegidas compreendidas como *ilhas* de biodiversidade circundadas por paisagens alteradas pela ação humana predatória pelo novo paradigma *bioregional*, que prevê a criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem, proposta durante o *Protected Areas in the 21st Century Symposium* organizado pela *World Commission on Protected Areas* (WCPA) na Austrália (1997), induzindo uma mudança de foco em direção às dinâmicas sociais no interior e no entorno das áreas consideradas prioritárias para conservação (WESTLEY, SEAL, BYERS, NESS, 1998; PRESSEY, 1998).

As grandes organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas, como a *World Wildlife Fund* (WWF), promoveram então uma mudança em seu referencial conceitual, que influenciou por sua vez as pesquisas sobre o tema. A partir da década de 1980, o modelo de exclusão da população parecia sepultado, passando a vigorar, mesmo dentro das agências responsáveis pela criação e gestão de parques, a idéia de que o sucesso da conservação dependeria diretamente da criação de alternativas. A posição que defende a insustentabilidade do modelo da exclusão foi hegemônica do debate internacional por quase duas décadas e foi responsável por um realinhamento importante da orientação institucional no Brasil, tanto no nível federal quanto no regional. Nesse período, nenhum documento oficial, de entidade ambientalista ou de instituição financeira internacional, autorizava como condição para criar Unidade de Conservação (UC), a utilização de meios visando a expulsão sumária das populações dessas áreas (RIOS, 2001).

Mas, o que parecia ser a panacéia de todos os males em direção ao uso sustentável do estoque de biodiversidade, já tem uma história para contar e ser contabilizada em termos de ganhos e perdas nos países de mega biodiversidade. Karina Brandon e

Kent Redford, que co-editaram no calor das discussões da Rio-92 dois livros paradigmáticos sobre o uso sustentável da biodiversidade em áreas prioritárias para conservação, *People and Parks: linking protected areas with local communities* e *Conservation of neotropical forests*, respectivamente, no final da década de 1990 vieram a público com uma coletânea que congrega uma produção científica importante mas, até então, dispersa pelos principais períodos sobre o tema.

Parks in peril: people, politics and protected area, promove o diálogo entre ciências sociais e naturais, sob abordagens em diversas escalas de parâmetros políticos, ecológicos e sociais e é resultado da avaliação do Mega Programa de Conservação da ONG americana *The Nature Conservancy* (TNC), que envolve nove parques na América Latina e Caribe. A tese amplamente sustentada em todos pode ser resumida na idéia força que vem reforçando antigas posições preservacionistas através do mundo: as áreas protegidas são o substratos da conservação adequada da biodiversidade e não podem ser responsabilizadas pela implantação do desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo Brandon et al. (1998), os usos sustentáveis dos recursos naturais devem ser incentivados e implementados no entorno de parques e reservas e nos corredores que compõem as redes de UC, mas espécies protegidas devem ser mantidas a salvo em áreas onde a interferência humana sobre os processos naturais seja altamente controlada e vise preferencialmente sua conservação e não o bem estar social dos povos que nelas habitam. Ganham força novamente os adeptos do modelo de conservação em mosaico (MMA, 2002; GRAY, DIAS, 2001; MacNEELY, 1995; HUSTON, 1994; ROUGHGARDEN, MAY, LEVIN, 1989), onde áreas estritamente protegidas são interligadas por espaços de uso controlado, como florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável ou projetos agroflorestais (JANZEN, 1994; OLMOS et al. 2002).

Diante deste quadro, Ferreira (2003) apresenta duas grandes *Linhas de Pesquisa* que há no Brasil sobre os aspectos político-institucionais da presença humana em áreas protegidas:

a) aquelas focalizadas no papel de grupos sociais pré-modernos no manejo sustentável de recursos naturais em áreas de interesse para a conservação; e b) mudança social e conflitos em áreas protegidas. Sobre a primeira linha de pesquisa a autora esclarece que:

O principal expoente desta linha de pesquisa é Antonio Calos Diegues, um especialista em caçaras, pescadores e pesca artesanal litorânea no Brasil. Seu livro, *O mito moderno da natureza intocada*, teve grande impacto na produção sobre o tema e angariou status paradigmáticos para a pesquisa sobre manejo comunitário de recursos naturais por populações (DIEGUES, 1996).

Para essa linha, grupos sociais apartados da modernização são essencialmente conservacionistas e aliados naturais da manutenção da biodiversidade, graças a uma combinação secular de adaptação cultural e valores éticos superiores aos da sociedade urbana e industrial (WHELAN, 1999; DIEGUES, 1996). Assim, as políticas de conservação devem orientar-se no sentido de fortalecer o conhecimento local na elaboração de planos de manejo, propiciando condições sociais e econômicas para a reprodução desses grupos através de investimentos

importantes. Operacionalmente, essas pesquisas procuram demonstrar que a melhor estratégia para a conservação da biodiversidade é investir no *local empowerment*, ou em outros termos, a diversidade biológica é responsabilidade das culturas tradicionais.

Essa linha de pesquisa vem sofrendo duas ordens de oposição no Brasil. Do lado dos cientistas sociais, Ferreira (1996, 1999) afirma que esta abordagem naturaliza os sujeitos sociais, além de ser politicamente excludente, pois restringe o direito a um grupo específico de residentes de áreas protegidas. Cunha e Almeida (2000; 2001) enfocam a essencialidade desta abordagem estritamente estática e limitada da cultura. Do lado dos cientistas naturais, Olmos, Galetti e colaboradores (2002) apontam evidências empíricas de que a caça, a alteração de *habitats*, especialmente pelo fogo, são os grandes responsáveis pela extinção da megafauna na pré-história da humanidade (DIAMOND, 1989; OWEN-SMITH, 1988; FLANNERY, 1995; MacPHEE & SUES, 1999 *apud* OLMOS et al. 2002). Apesar das divergências importantes do ponto de vista teórico e das soluções propostas, essas abordagens assinalam a influência do mito do bom selvagem delineando os olhares desses pesquisadores sobre os grupos sociais que habitam áreas reservadas à conservação (WHELAN, 1999; REDFORD & STEARMAN, 1991; 1993).

Para Cunha & Almeida (2000; 2001), o conservacionismo não se resume a um conjunto de práticas, mas é também uma ideologia. Há muitos grupos sociais que mantêm regras de restrições de uso de recursos por razões práticas, e outros agregam a estas, razões ideológicas fortalecidas por valores e tabus reproduzidos por rituais costumeiros. O problema de fundo a ser pesquisado é se os grupos sociais em questão se qualificam como parceiros para o estabelecimento de áreas de conservação.

Outro ponto a ser ressaltado na abordagem de Cunha & Almeida (2000; 2001) é que o termo tradicional pode ser utilizado como categoria analítica, distintiva de sujeitos políticos, capazes de se comprometer com práticas associadas à noção de sustentabilidade. Operacionalmente, isso significa uma motivação desses grupos a aderir a uma organização pela permanência em áreas protegidas e às técnicas de baixo impacto para a manutenção da biodiversidade.

Para Olmos e colaboradores (2002, p. 281), esse mito antropocêntrico do bom selvagem, ecologicamente correto, não se sustenta na realidade objetiva e os países mega biodiversos estão apostando seu patrimônio em estratégias equivocadas de conservação. Ainda segundo ele, essas pesquisas têm se apressado em demonstrar que qualquer grupo não urbano que exerça a agricultura, a pesca, caça ou qualquer outro tipo de extração em pequena escala, ou “meramente more no mato”, pode ser identificados como tradicional, sejam eles seringueiros da Amazônia, apesar da descendência óbvia de migrantes nordestinos, (MARTINELLO, 1988) e vinculação à economia de mercado, ou seja, eles caiçaras do litoral do sudeste do país, originários do colapso das fazendas de café e açúcar ou arroz e banana (MUSSOLINI, 1980).

Quanto à segunda linha de pesquisa, Ferreira (2003) explica:

Nessa linha de pesquisa, o debate sobre o papel específico das populações tradicionais no manejo de recursos tem importância localizada e pontual. Isso porque esta linha pode ser subdividida em duas grandes abordagens: a) os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; sendo o consenso apenas uma contingência (KNIGHT, 2001; LEVI, 1991), não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito e; b) os conflitos são distúrbios na ordem de sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para transformá-los e mitigá-los (VAYRYNEN, 1991).

Na área ambiental, essas abordagens dividiram os pesquisadores quase que de modo formal em dois grupos: 1) cientistas sociais que geralmente investem no poder explicativo da teoria geral dos conflitos; foi de grande importância a contribuição de Isabel Carvalho e Gabriela Scotto, que organizaram a coletânea *Conflitos socioambientais no Brasil* (1995); 2) agrega pesquisadores de formação diversa, cujas propostas de pesquisa centram-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações concretas conflitivas em seus trabalhos de campo.

Além disso, a formação de demandas sociais por qualidade ambiental, e a organização de cidadãos para reivindicá-la enquanto direito, fez com que, para a maioria dos associados adquirissem status de reivindicação política. Para outros setores sociais, como empresários do setor imobiliário, madeireiro, empreiteiras, grupos de sem terra, ou sem teto, esses ecossistemas e a legislação que os protege representaram sempre um impedimento para atingir seus objetivos. Já as coletividades que vivem em seus domínios, como caixaras, indígenas, caipiras e caboclos, apresentam ainda uma economia bastante dependente da floresta, dos mangues, restingas, dentre outros (FERREIRA, 1996).

Finalmente, essas pesquisas buscam demonstrar que as UC propostas no Brasil não levaram em consideração a questão da legitimidade do padrão de ação política de conservação adotada, seja no âmbito federal, seja no estadual, mas que foram resultados de um processo arbitrário de tomada de decisões, cujos atores partiam da suposição de que a conservação de remanescentes florestais não seria um direito reivindicado pelas coletividades que vivem e moram nos limites territoriais de suas esferas de atuação (FERREIRA *et al*, 2002).

Operacionalmente, essas pesquisas descrevem uma situação em que as áreas protegidas brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA *et al*, 2002).

Dentre as inúmeras contribuições relativas à abordagem do conflito como resultado da invasão/rearranjo social de grupos sociais homogêneos há uma larga, porém desigual, produção sobre populações humanas em parques, onde geralmente encontra-se um item sobre conflitos sociais, por pura pressão empírica, mas sem conteúdo analítico. Há ainda pesquisas

sobre gestão participativa de UC, como mecanismo preferencial de mediação de conflitos. Vale mencionar pesquisas sobre conflitos entre a cultura caiçara e direito de posse e uso de recursos naturais em parque; ou sobre a oposição entre tradição e modernidade.

Há também pesquisas sobre instituições formais que partem do modelo teórico que foca um subconjunto particular de instituições, caracterizado por arranjos formais de agregação de sujeitos e de regulação comportamental implementados por um ator ou um coletivo de atores formalmente reconhecidos como portadores de poder, essas instituições formais distinguem-se de outros arranjos organizacionais que incluem os costumes e a cultura. Essas pesquisas são importantes para as investigações sobre conflitos, pois partem do suposto de que a capacidade de resolver conflitos da sociedade e dentro das próprias instituições repousa num sistema de recursos coercitivos e de barganhas que habilita certos atores a delimitar a decisão de outros (LEVI, 1991).

1.2.OBJETIVOS

GERAL:

Analisar as formas de manejo ambiental utilizadas pelos Índios Pataxó em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral sobreposta a uma Terra Indígena, e em uma Terra Indígena sem sobreposição, comparando o grau de pertinência a cada qual que deve corresponder à categoria gestora de cada uma delas.

ESPECÍFICOS:

1. Descrever características físicas e biológicas da Unidade de Conservação de Proteção Integral e acontecimentos históricos de ocupação das Terras Indígenas dando ênfase ao Parque Nacional de Monte Pascoal (Capítulo 1);
2. Discutir a permanência ou não do índio em Unidades de Conservação de Proteção Integral, a questão fundiária, a questão de sobreposição de Unidades de Conservação em Terras Indígenas e o amparo legal das áreas definidas para estudo (Capítulo 1);

3. Investigar o comportamento e as atitudes do índio Pataxó no manejo dos recursos naturais nas ocupações da caça, pesca, agricultura e artesanatos de madeira e sementes e sua vida cotidiana; seus conhecimentos e opiniões sobre a legislação ambiental e a questão fundiária das aldeias (Capítulo 2);

CAPÍTULO I

O Parque Nacional de Monte Pascoal - Unidade de Conservação de Proteção Integral e os Índios Pataxó: Análise Jurídica do Conflito

(Artigo nas normas de publicação da Revista de Direito Ambiental – Editora dos Tribunais)

CAPÍTULO I

O Parque Nacional de Monte Pascoal - Unidade de Conservação de Proteção Integral e os Índios Pataxó: Análise Jurídica do Conflito

Adil Santos Moreira²
 Alexandre Schiavetti³

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. O Parque Nacional de Monte Pascoal-Unidade de Conservação de Proteção Integral; 3. As Terras Indígenas e os Índios Pataxó; 4. Histórico dos Problemas Fundiários do Parque Nacional de Monte Pascoal, a Questão Indígena e o Conflito Legal de Sobreposição; 5. Discussão dos Resultados; 6. Conclusão.

RESUMO:

O objetivo do estudo é analisar a importância da presença humana nas Unidades de Conservação de Proteção Integral o que vem despertando cada vez mais discussões acaloradas entre correntes com pensamentos bastante díspares. Quando a presença humana se dá através de comunidades indígenas, o debate passa a ser mais delicado diante das peculiaridades que o tema encerra. A questão de sobreposição entre Unidades de Conservação-UC e Terras Indígenas-TI na legislação brasileira ainda não está resolvida. Recentemente têm ocorrido conflitos de povos indígenas e a aplicação de políticas de conservação. Este estudo intenta analisar a criação de Unidades de Conservação-UC que deve observar os instrumentos de sua regularização fundiária, sem desrespeitar os direitos constitucionais das populações tradicionais, dando, um enfoque especial ao Parque Nacional de Monte Pascoal-PNMP e Terras Indígenas-TI Pataxó do Extremo Sul da Bahia.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação, Terras Indígenas, sobreposição, Parque Nacional de Monte Pascoal, índios Pataxó.

RÉSUMÉ:

Le but de cette étude est d'analyser l'importance de la présence humaine dans les Unités de Conservation de Protection Intégrale ce qui donne lieu de plus en plus à des discussions animées entre divers courants de pensées antagonistes. Quand la présence humaine se doit aux communautés indigènes, le débat devient plus délicat face aux particularités que ce thème englobe. Le problème causé par la superposition des Unités de Conservation-UC et des Terres Indigènes-TI n'a pas encore été résolu. En raison de la politique de conservation, des conflits ont récemment éclaté chez ces peuples indigènes. Cette étude a également pour but l'analyse de la création d'Unités de Conservation-UC qui doit observer les instruments de régularisation foncière, sans enfreindre les droits constitutionnels des populations traditionnelles. Ceci concernant tout particulièrement le Parc National du Monte Pascoal-PNMP et les Terres Indigènes-TI Pataxó de l'Extrême Sud de l'état de Bahia.

Mots-clés: Unité de Conservation, Terres Indigènes, superposition, Parc National du Monte Pascoal, Indiens Pataxó.

1. Introdução

² Moreira, Adil Santos. Advogada, Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UESC – Ilhéus – Bahia. Av. Duque de Caxias, nº. 117 – Centro – Eunápolis – Bahia. CEP: 45.820-000. Tel. (73) 3261.1987 – e-mail: amoreira.direc8@sec.ba.gov.br

³ Schiavetti, Alexandre. Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, Professor Adjunto, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais – UESC – Ilhéus, Bahia – Rodovia km 16, Salobrinho, Ilhéus – Bahia. E-mail: aleschi@uesc.br

Unidade de Conservação (UC) é um espaço territorial com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público com o objetivo de conservação, incluindo as águas jurisdicionais. Tem seus limites definidos e está sujeita a regime especial de administração, do qual se aplicam garantias adequadas de proteção (RICARDO, F., 2004).

As UC são criadas, implantadas e geridas segundo normas e critérios constantes na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 255, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)⁴. O SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com algumas exceções previstas, e comportam cinco tipos⁵. Neste grupo, as terras são de posse e domínio público, à exceção do Monumento Natural e do Refúgio de Vida Silvestre, que podem ser constituídos por terras privadas desde que seja possível compatibilizar o uso privado com os objetivos de preservação. Caso contrário, as terras deverão ser desapropriadas.

As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o manejo sustentável de parcela dos seus recursos naturais, e comportam sete tipos⁶. As terras são de posse e domínio públicos, à exceção da APA, da Arie e da RPPN, que podem ser constituídos por terras privadas que terão seu uso compatibilizado com os objetivos de conservação. Observando o Quadro 1 percebe-se que no Brasil, as Unidades de Conservação Federais somam 55.393.367 hectares, que correspondem a 6,51% do território nacional. Esse valor inclui as APA, que são áreas geralmente extensas que muitas vezes se sobrepõe a outras Unidades de Conservação. No Brasil, a categoria de UC de Uso Sustentável é relativamente nova quando comparada com a de Proteção Integral que remonta à década de 1930, com a criação do Primeiro Parque Nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia no Estado do Rio de Janeiro.

⁴ O SNUC inclui uma classificação das diferentes Unidades de Conservação existente no Brasil, em duas categorias amplas: de Proteção Integral (ex – de uso indireto) e de uso sustentável (ex – de uso direto). Os Parques Nacionais pertencem à categoria de Proteção Integral, que não admite presença humana estável e uso direto dos recursos naturais dentro de seus limites. O artigo 57 do SNUC delega a definição de diretrizes para resolver os casos de sobreposição entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas para um grupo de trabalho interinstitucional criado por iniciativa do CONAMA em novembro de 2000.

⁵ Estação Ecológica (Esec), Reservas Biológicas (Rebio), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (Monat) e Refúgio de Vida Silvestre (Revis).

⁶ Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Fauna (REF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Quadro 1 - Unidades de Conservação no Brasil, número, área total. Relação com a extensão e percentual com relação ao total das Unidades de Conservação Federais e Estaduais no Brasil

Categorias	Quantidade	Área (ha) ⁷	% em relação à extensão do Brasil ⁸	% em relação ao total de UC
FEDERAIS	255	55.393.367	6,51	54,64
<i>Proteção Integral</i>	111	23.754.760	2,79	23,43
Estação Ecológica	29	3.633.743		3,58
Parque Nacional	53	16.564.086		16,34
Reserva Biológica	26	3.428.300		3,38
Reserva Ecológica	2	111		0,00
Refúgio de Vida Silvestre	1	128.521		0,13
<i>Uso Sustentável</i>	144	31.638.607	3,72	31,21
Área de Proteção Ambiental	29	6.837.844		6,75
Área de Relevante Interesse Ecológico	14	34.760		0,03
Floresta Nacional	66	17.387.922		17,15
Reserva Extrativista	35	7.378.081		7,28
ESTADUAIS	498	45.981.024	5,40	45,36
<i>Proteção Integral</i>	247	7.826.845	0,92	7,72
Estação Ecológica	46	544.447		0,54
Monumento Natural	4	32.828		0,03
Parque Estadual	150	6.869.276		6,78
Reserva Biológica	33	162.443		0,16
Reserva Ecológica	11	115.307		0,11
Refúgio de Vida Silvestre	3	102.543		0,10
<i>Uso Sustentável</i>	251	38.154.179	4,48	37,64
Área de Proteção Ambiental	174	25.173.660		24,83
Área de Relevante Interesse Ecológico	15	20.167		0,02
Floresta Estadual	9	555.250		0,55
Floresta Extrativista	3	1.438.907		1,42
Floresta de Rendimento Sustentado	18	1.470.759		1,45
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	9	8.252.315		8,14
Reserva Extrativista	23	1.243.121		1,23
Sobreposição entre UC			4.676.697	
Sobreposição de UC em TI	753	101.374.391	12.937.070	100,00
Área efetivamente protegida			83.760.624	9,84
Total no Brasil (somatória nominal)⁹				

Fonte: ISA, 05.11.2004 (RICARDO, F.,2004)

De forma ampla, a Comissão de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) conceitua Unidade de Conservação – UC como “uma área de terra ou mar dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de recursos naturais e culturais associados e manejados por instrumentos legais e outros meios efetivos” (IUCN, 1993).

⁷ Segundo o instrumento legal de criação, à exceção das Unidades que abrangem mais de um Estado, e das UC que abrangem porções oceânicas (3.128.162 ha de UC na plataforma continental estão excluídos dessa conta). Nestes casos, a extensão foi calculada através do SIG/ISA.

⁸ A extensão territorial do Brasil é de 851.487.659 ha, conforme o IBGE.

⁹ A somatória nominal desconsidera o fato de que existe sobreposição entre UC e de UC sobre TI, resultando numa superestimação da área efetivamente protegida.

Os Parques e demais áreas protegidas no Brasil foram regulamentados pelo Código Florestal Brasileiro (1965), que introduziu e fez repercutir conceitos oriundos do United States Wilderness Act (1964), e definidas como áreas onde os recursos naturais, como os animais e plantas, deveriam ser protegidos contra as atividades humanas, exceto turismo e medidas educativas ou pesquisas científicas (LANGLEY, 2002).

O modelo brasileiro de conservação até a publicação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, (Lei nº. 9985/2000), não considerava o uso sustentável dos recursos naturais dos Parques e Unidade de Conservação nem mencionava a mútua dependência entre o meio ambiente e as populações tradicionais que viviam dentro das áreas protegidas (DIEGUES, 1993). As comunidades que viviam dentro dos Parques passaram a ser expulsas ou confinadas em pequenas áreas no entorno. De fato, os manejos dos Parques Nacionais e Reservas Biológicas foram orientados em vários lugares do planeta pela força e repressão, em geral contra as pretensões ou necessidades das populações locais ou tradicionais (GÓMEZ-POMPA, 1992).

Machlis e Tichnell (1985) definem esse tipo de política de exclusão voltada para as áreas protegidas como “the fences and fines approach”, que requer uma estratégia essencialmente militar de defesa e que, muitas vezes reforçam o conflito entre comunidades locais e autoridades encarregadas de fiscalização e controle e que também demandam um grande aporte de recursos financeiros para estabelecer, monitorar e fiscalizar os Planos de Manejo dessas áreas. De fato, muitas áreas protegidas, especialmente na África, foram criadas com pouca ou nenhuma consideração para com as populações que viviam no seu interior ou no seu entorno (ADAM e THOMAS, 1992).

O Relatório publicado pelo Banco Mundial em 1992, chamado “Povos e Parques”, ressaltava que uma grande parte das áreas protegidas, como Parques Nacionais e Reservas Biológicas, corriam sérios riscos, principalmente pelo rigor excessivo com que se impunham regras e imposições às comunidades locais (BRANDON, K.; WELLS, M., 1992; FERREIRA, 2003; RIOS, 2004).

Uma das justificativas para a opção de muitos governos por um modelo fechado ou restritivo de Unidades de Conservação é que o manejo de uma área com população e com usuários é muito mais complexo do que o manejo de uma área despovoada e sem qualquer intervenção humana. Vários autores sustentam que a gestão compartilhada de recursos naturais perde a sua eficácia quando confrontado com os direitos de propriedade ou uso da terra. Daí porque consideram que essas medidas de exclusão ou de restrição de atividades humanas no interior

dos Parques e Reservas são essenciais para garantir a proteção integral da área e de sua diversidade biológica (DOUREJEANI, 2002, MILANO, 2002).

A instituição de Parques Nacionais nos Estados Unidos significou, para outros autores, a separação entre a preservação da natureza e ocupação humana, já que os conceitos que afirmam que o meio ambiente e comunidades humanas seriam antagônicos e incompatíveis, desde a origem, traduz o senso de alienação que eclodia no século XIX através do movimento conhecido como ecologia profunda ou *deep ecology*, que apregoava a exclusão humana dos lugares ainda selvagens do mundo, pela razão de que “a maioria do planeta tinha sido colonizado somente nos últimos milhares de anos” (COLCHESTER, 1994).

Diegues (1993) ressalta que a idéia dos primeiros conservacionistas norte-americanos como Marsh e John Muir de Parques Nacionais como lugares selvagens e intocados estava fortemente relacionada com o “mito do paraíso perdido”, de onde a humanidade teria sido expulsa depois do pecado original e também como o único lugar onde o homem encontraria refúgio seguro contra as doenças da civilização.

Um aspecto curioso dessa visão da natureza é que mesmo as terras que eram ou continuam sendo habitadas por povos ou comunidades indígenas foram e são muitas vezes consideradas “selvagens”. A razão para esta aparente contradição encontra-se na percepção comum de que os povos indígenas são, por sua natureza e comportamento, bons selvagens, primitivos e inocentes e, por isso, considerados como parte integrante da vida selvagem (SCHUWARTZMAN, 2001).

Isso explica porque muitos ambientalistas não se opõem à presença de povos indígenas “primitivos” dentro dos Parques e áreas protegidas e alguns até a reconhecem, como fundamental à estratégia de conservação da diversidade biológica, e o direito deles à posse das terras que tradicionalmente ocupam.

Schuwartzman (2001) sustenta que o “Mito do Bom Selvagem” (Ecologically Noble Savage) tem sido construído e usado por conservacionistas na tentativa de recuperar terras perdidas ou impossíveis de serem reconhecidas como Parques, mas que poderiam ser reivindicadas em algum momento histórico, como terras tradicionalmente indígenas. A estratégia, segundo o autor, pode ser nobre e consistente do ponto de vista da conservação ambiental e do respeito dos direitos dos índios às terras que ocupam, ressalta questões irreconciliáveis na origem sobre o que se entende como beleza primitiva, selvagem e intocada e terra indígena ou tradicional.

Não é surpresa que estas palavras sejam igualmente utilizadas para designar os índios como “selvagens”, “primitivos”, “cruéis”, “monstros” e “bárbaros”. Wilderness ou selvagens

também têm sido considerados os locais de onde os índios foram expulsos de seus territórios nos Estados Unidos para permitir que os colonizadores do “Velho Oeste” pudessem usufruir, para o seu exclusivo deleite, da “natureza intocada” (DIEGUES, 1993, RAMOS, 1997, RIOS, 2004).

De vários modos esta imagem do índio como “bom selvagem” mantém-se até hoje por trás de política de integração dos índios a sociedade nacional e também em políticas conservacionistas, conhecido como “primitivismo reforçado” ou “enforced primitivism”, onde os povos indígenas somente são aceitos em áreas protegidas enquanto eles se moldarem ao estereótipo do índio preservacionista (GOODLAND, 1982, apud COLCHESTER, 1994).

Certamente, esse mundo perfeito ou ideal não existia nem mesmo no “selvagem oeste americano”, onde esses paraísos naturais passaram a ser chamados Parques Nacionais, dos quais as populações nativas foram expulsas.

Não obstante, os problemas conceituais e de ordem prática causado pela expulsão de milhares de pessoas para consolidar esses novos paraísos protegidos contra a ação humana, o modelo conservacionista norte-americano que influenciou outros países, particularmente na África e Ásia, onde muitos Parques foram criados para proteger grandes mamíferos e atrair turistas internacionais, sem nenhuma consulta prévia às comunidades tradicionais que os habitavam ou que, eventualmente usavam parte de seus recursos naturais (DIEGUES, 1993).

Enquanto isso, por pressão dos países colonizadores foram propostas diversas medidas para a proteção de habitats e espécies selvagens que passaram a influenciar muitos tratados internacionais e mecanismos multilaterais destinados à conservação da vida selvagem no século passado, como a Convenção de Londres sobre Animais Selvagens, Pássaros e Peixes na África, estabelecida em maio de 1900, pelos países centrais, como França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e Espanha (LYSTER, 1985).

Como muitos outros países no hemisfério sul, o Brasil seguiu, com poucas variações, os passos do modelo norte-americano de Unidades de Conservação, apesar da resistência de alguns autores em reconhecer esse fato (MILANO, 2002). E tanto é verdade que as primeiras UC seguiram o modelo restritivo de Yellowstone¹⁰.

Este estudo não somente descreve características físicas e biológicas da Unidade de Conservação de Proteção Integral – o Parque Nacional de Monte Pascoal – como também

¹⁰ Seguindo o exemplo norte-americano, o Canadá estabeleceu seu primeiro Parque Nacional em 1885; a Nova Zelândia em 1894 e a África do Sul e Austrália em 1898. Na América Latina, o México inaugurou sua primeira Reserva Floresta em 1894; a Argentina fez o mesmo em 1903 e o Chile em 1921. O Brasil estabeleceu o primeiro Parque Nacional em 1937. Todos eles tinham os mesmos objetivos de “Yellowstone”; proteger as áreas naturais de grande beleza cênica para o prazer, entretenimento e fomentar atividades turísticas (DIEGUES, 1993).

relata os aspectos jurídicos da superposição entre UC e TI que encerram uma discussão própria e específica em razão do regime jurídico único que regula os direitos indígenas no país, bem como da importância que a questão assume dada à quantidade de UC que hoje se sobrepõem a TI e o potencial de conflitos existentes quanto o manuseio dos recursos naturais efetuados pelos índios dentro dessas áreas; analisa a importância da permanência ou não do índio em UC de Proteção Integral; a questão fundiária e o amparo legal das TI que esses moradores adquiriram com o passar do tempo. Apresenta no final uma discussão dos resultados, concluindo com algumas sugestões.

2. O Parque Nacional de Monte Pascoal – Unidade de Conservação de Proteção Integral

A Mata Atlântica estendia-se originalmente por uma área superior a 1,3 milhão de Km² (15% do território brasileiro), distribuindo-se por dezessete Estados, do Rio Grande do Sul ao Piauí. Está reduzida hoje a menos de 8% desse total (cerca de 100 mil Km²). Do que resta, apenas, 3,5% são inalterados – em algumas áreas do sul da Bahia e do Espírito Santos e no Vale da Ribeira entre o Paraná e São Paulo.

A proteção dessas áreas é muito importante não só pela riqueza de sua diversidade biológica, mas também, pelo patrimônio histórico e cultural que abrigam. Nas comemorações de 500 anos do Brasil, a Costa do Descobrimento recebeu o título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural, concedido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Esse título é um reconhecimento da importância que tem para o mundo a biodiversidade da região e da necessidade de protegê-la por todos os meios.

Releva destacar que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81 – fixou no artigo 9º, o inciso VI, como um dos seus instrumentos, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

Observando os aspectos jurídicos atinentes às terras necessárias para criação de Unidades de Conservação, é importante salientar o estatuído no capítulo do Meio Ambiente, da Constituição Federal que dispõe:

DO MEIO AMBIENTE: Art. 225, § 1º, I, III, VII, § 4º.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- III – **definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;**
- VII – proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.
- § 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto o uso dos recursos naturais.

Com o objetivo de preservar a natureza em seu estado primitivo ou para garantir níveis de qualidade ambiental desejáveis para o ser humano em determinados setores do território brasileiro, no Extremo Sul da Bahia, na Costa do Descobrimento que abrange dezesseis municípios se encontram oito áreas protegidas pela IBAMA, entre os quais o Parque Nacional do Descobrimento, o Parque Nacional Pau-Brasil, e o Parque Nacional de Monte Pascoal (ANEXO A).

A criação do Parque Nacional do Descobrimento e do Parque do Pau-Brasil significou um passo importante na direção de proteção dessas áreas. Com o Parque Nacional de Monte Pascoal, já criado em 1961, essas unidades de conservação estão destinadas a integrar um corredor ecológico que ajude a reduzir a fragmentação dos remanescentes da floresta, contribuindo para a conservação da notável biodiversidade da região (ANEXO B).

O Parque Nacional de Monte Pascoal foi criado através do Decreto nº. 242 de 29.11.61 com uma área total de 22.500 hectares¹¹. Seu território abrange uma área de floresta tropical situado no município de Porto Seguro, em parte da região onde havia sido criado, em 1943 o Parque Monumento de Monte Pascoal. Posteriormente, a região do município de Porto Seguro, incluindo o Monte Pascoal, foi elevada à condição de Monumento Nacional, por força do Decreto nº. 72.107, de 18.04.1973. Em 1994, as porções da Mata Atlântica do Estado da Bahia passaram a integrar a Reserva da Biosfera instituída pelo programa *Man and Biosphere* da UNESCO. Em 22.04.96, através do Decreto nº. 1.874, Porto Seguro, em conjunto com os municípios de Prado e Santa Cruz Cabrália, passou à categoria de Museu Aberto do Descobrimento em face da importância e riqueza da biota ali existente.

¹¹ Observar o Anexo D, onde apresenta as Unidades de Conservação do Estado da Bahia, localização, grupo, administração, área e o instrumento legal de criação.

O Parque Nacional de Monte Pascoal reúne fatores naturais que o notabilizam dentre todos do sistema além do seu indiscutível valor histórico. É a última grande mancha florestal protegida do sul da Bahia, compreendendo em seus limites uma diversidade imensa de ecossistemas, desde a mata pluvial da encosta atlântica, matas secundárias, regiões alagadiças, restinga, mangue, praia e recifes.

É um dos dois únicos Parques Nacionais do sistema brasileiro que atingem o mar, na costa leste do país.

A sua temperatura anual é estimada entre 21°C a 24°C, enquanto as médias mínimas e as médias máximas variam de 20,6°C a 16,9°C e 30,3°C a 25,6°C. Os meses mais quentes são janeiro e fevereiro e os mais frios julho e agosto. As precipitações médias anuais são de ordem de 1.500 mm com regime relativamente uniforme, sem déficit hídrico. Os meses mais chuvosos são os de novembro a abril. O número de dias chuvosos situa-se acima dos 150 por ano, com uma unidade relativa anual de ordem de 80%. O clima pode ser considerado de úmido a superúmido, tropical e subtropical, com ritmo de precipitação mediterrânea ligado a mecanismos atmosféricos. A altitude varia de 0 a 536m. Encontra-se na província biogeográfica da *Serra do Mar* e no *Domínio Tropical Atlântico* (UDVARDY, 1979, AB'SABER, 1977 apud PÁDUA, 1983). Rizzini (1963, apud PÁDUA, 1983) coloca as florestas desse Parque Nacional como pertencente à formação da Floresta Pluvial, juntamente com as matas de terra firme, da Amazônia e a Floresta Atlântica de Montanha, entre outras. Dentro da Divisão Fitogeográfica do Brasil, o Parque Nacional situa-se na Subprovíncia Austro-oriental da Província Atlântica. Embora localizada ao sul da Bahia e norte do Espírito Santo, é do mesmo tipo da Floresta de Terra Firme da Amazônia, recebendo o nome de Floresta Pluvial dos Tabuleiros Terciários.

O Parque é hoje uma das últimas áreas representativas do extenso manto vegetal que recobria a região, que, de poucas décadas para cá, foi quase totalmente eliminado pelo avanço da agricultura, pecuária e exploração madeireira. Seus ecossistemas naturais são variados, muito embora a floresta tropical pluvial seja dominante. Nela são também encontrados trechos de manguezais, restingas e capoeiras em diferentes etapas de sucessão. Apesar de se desenvolverem sobre os solos pobres de tabuleiros terciários, as árvores são perenifólias devido à alta pluviosidade da região. A floresta varia sua fitofisionomia desde o litoral, onde algumas espécies apresentam um número reduzido de indivíduos. Vai gradualmente aumentando ao se afastar da costa até atingir, em torno dos 300 metros de altitude, uma maior exuberância, com indivíduos de até 40 metros de altura. À medida que se aproxima do ponto mais alto do Parque, a 536 metros, no cume do Monte Pascoal, seu porte vai gradativamente

se reduzindo. Nos trechos de matas secundárias dominam as espécies pioneiras da sucessão vegetal. Nas partes mais secas aparece a piaçava (*Attalea funifera*) e nas mais úmidas ocorrem o palmito doce (*Euterpe edulis*) e as formas epífitas, destacando-se dentre elas as seguintes orquidáceas: *Cattleya schilleriana*, *L. granalhis* e *Laelia tenebrosa*, todas ameaçadas de extinção. A fauna é tão rica quanto a flora.

Nos seus limites estão incluídas três fases geomorfológicas distintas do ciclo Paraguaçu, um dos fatores que contribuiu sensivelmente para ocorrência de transição entre os ecossistemas do litoral e da floresta pluvial dos tabuleiros terciários. A primeira delas, mais antiga, representada por rochas metamórficas gnáissicas do Pré-cambriano, tem seu mais notável afloramento constituído do Monte Pascoal. As outras duas, do Terciário e Quaternário, são representadas, respectivamente, pelas rochas sedimentares psamíticas do Grupo Barreiras, constituintes dos chamados *tabuleiros* e pelos sedimentos aluviais e costeiros inconsolidados (PÁDUA, 1983).

3. As Terras Indígenas e os Índios Pataxó.

Ao observar o Quadro 2, percebe-se que as Terras Indígenas (TI) somam atualmente 626 áreas, ocupando uma extensão total de 106.386.331 hectares (1.063.863 km²) correspondentes a 12,50% do território nacional. A demarcação de uma TI tem por objetivo garantir o direito indígena a terra, conforme expresso na Constituição Brasileira. Ela deve estabelecer a real extensão da posse indígena assegurando a proteção dos limites demarcados e impedindo a ocupação de terceiros. Desde a aprovação do Estatuto do índio – Lei nº 6.001 de 1973 – o reconhecimento formal obedece a procedimentos administrativos definidos em seu artigo 19, que estipula que as etapas ao longo do processo de demarcação sejam reguladas por decreto do Executivo. No decorrer dos anos estiveram em vigor diferentes decretos, vigorando hoje, o Decreto 1.775/1996 que através do Quadro 2 possibilita observar o cômputo das TI no Brasil que está organizado pelas etapas jurídico-administrativas previstas no decreto acima citado.

Quadro 2 - Cômputo da situação das TI no Brasil

Situação Jurídica	Quantidade	% da quantidade de Terras	Extensão (ha)	% da extensão das Terras
A Identificar	45			

Em Identificação (14 em revisão)	98		272.568	
Com restrição de uso a não-índios	3		222.145	
Total	146	23,45	494.713	0,47*
Identificada/Aprovada/Funai. Sujeita a Contestações.	34	5,42	5.685.776	5,34
Declaradas	40	6,38	9.150.618	8,60
Reservadas	15		103.722	
Homologadas	63		7.189.217	
Registradas no CRI e ou SPU	328		83.762.285	
Total	406	64,75	91.055.244	85,59
Total no Brasil	626	100,00	106.386.331	100,00

* A porcentagem das terras a identificar e em identificação traz uma distorção porque a superfície delas ainda não está definida ou publicada.
Fonte: ISA, 05/11/2004 (RICARDO, F., 2004)

As Terras Indígenas encontram-se em graus variados de reconhecimento pelo Estado. A maior parte dessas terras, todavia, sofre invasões de garimpeiros, madeireiros, pescadores e posseiros. Frequentemente, são ainda cortadas por estradas, ferrovias, linhas de transmissão, hidrovias ou, então, inundadas por usinas hidrelétricas entre outras interferências.

Segundo a legislação em vigor, as Terras Indígenas não fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Não fazem parte, aliás, de nenhuma estratégia de conservação de biodiversidade, comprometendo, assim a essência dessas estratégias, pois a maior parte da diversidade biológica não está contida em bancos de genes, zoológicos ou áreas protegidas e sim, nas paisagens habitadas e manejadas por comunidades locais, em especial povos indígenas (NIETSCHMANN, 1992; STEVENS, 1997; CAPOBIANCO et al; 2001, apud BENSUSAN, 2004).

A exclusão das Terras Indígenas do sistema de áreas protegidas possivelmente tem entre suas raízes o mito da natureza intocada e selvagem, que norteou o estabelecimento do modelo de Unidades de Conservação na sociedade ocidental e no Brasil. Segundo esse modelo, Bensusan (2004) explica que a criação de Unidades de Conservação deve ser feita em áreas onde um ou vários ecossistemas não foram materialmente alterados pela exploração e ocupação humana, e o mesmo autor afirma que também “onde as autoridades competentes do país tomaram providência para evitar ou eliminar o mais rápido possível a exploração ou a ocupação em toda a área” (IUCN, 1971)¹².

As Terras Indígenas no Brasil são as áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios e definidas na Constituição Federal como sendo aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural,

¹² Essa é a definição de Parques Nacionais adotada pela Assembléia Geral em Nova Délhi, em 1969 (BENSUSAN, 2004).

segundo seus usos, costumes e tradições. Dessa forma, a Constituição Nacional de 1988 consagrou o princípio de que os índios são os primeiros e naturais senhores da terra. Esta é a fonte primária de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Consequentemente, o direito dos índios a uma terra determinada independente de reconhecimento formal. Também está estabelecida pela Constituição Federal que essas terras são bens da União, sendo reconhecidas aos índios à posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Considera-se que 17 países latino-americanos têm povos indígenas. Destes, 14 já têm normas legais de alta hierarquia, mas somente 8 têm mecanismos e aplicação mais efetiva. Mas as carências legais dos povos indígenas continuam significativas (MARETTI, 2004).¹³

Quando se fala em alternativas e oportunidades econômicas para povos indígenas nos dias de hoje em nosso país, há que se distinguir duas situações basicamente diferentes, decorrentes do padrão de territorialidade: povos que desfrutam de territórios extensos e contínuos, nos quais podem reproduzir formas tradicionais e neo-tradicionais de ocupação; e povos que vivem em situação de confinamento ou descontinuidade territorial, o que os obriga à exploração intensiva dos recursos naturais e a venda da forma de trabalho. Esta última situação é mais freqüente nas regiões Nordeste, Leste e Sul do país, nas quais primeiro se instalaram os colonizadores e onde hoje vive a imensa maioria dos brasileiros. Nestas áreas os índios estão confinados em terra bastante reduzidas e fragmentadas a tal ponto que 40% da população indígena do país estão contidas em, 1,36% da extensão das Terras Indígenas reconhecidas. Deste modo para melhor compreender os conflitos socioambientais recentes envolvendo sobreposição em TI e UC, ou a presença de índios dentro delas, é importante salientar que 99% da extensão total das Terras Indígenas ficam na Amazônia Legal, onde vivem pouco mais de 60% da população indígena brasileira. Assim, 40% da população indígena encontram-se confinados em apenas 1% da extensão das terras oficiais no Leste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Por isso é natural que alguns povos tenham melhores condições do que outros para implementar estratégias próprias de conservação dos recursos naturais. Também se evidencia que tais conflitos socioambientais tendem a se intensificar precisamente nestas últimas regiões, onde a extensão das UC também é diminuta (RICARDO, B., 2004).

As Terras Indígenas Pataxó no sul da Bahia ocupam uma área de 12.039 ha, das quais 9.325 ha foram demarcadas na década de 1980. São mais de 12 aldeias localizadas entre os municípios de Prado, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Itamaraju, Pau Brasil e Camamu.

¹³ Baseado também em Roldán, 2002, ILO, 1989/2002.

Nelas moram mais de 5.568 pessoas que sobrevivem mediante esforços próprios, com alguma assistência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI¹⁴.

Aparentemente não existem diferenças sensíveis entre um camponês, pescador ou trabalhador de baixa renda da sexta região da Bahia e um índio Pataxó. Os costumes indígenas, suas técnicas ancestrais e sua auto-sustentabilidade vem sendo incorporado há vários séculos no modo de vida do povo.

Os grupos indígenas no extremo sul da Bahia, em contato com a sociedade nacional, encontram-se, na sua grande maioria, acantonados em pequenas glebas que são a parte remanescente de seus antigos territórios. Trata-se em geral de grupos altamente aculturados e que participam com forte grau de interação, da economia rural das regiões onde vivem, da agricultura de subsistência, a pesca, a extração vegetal, coleta de animais, dos artesanatos em madeira e de sementes, principalmente em Coroa Vermelha, Trevo do Parque e Barra Velha, onde o comércio para turistas é bem incentivado. O acultramento provocado pelo contato com os não-índios tem induzido parte das novas gerações indígenas a abandonarem suas tradições em nome de uma *cultura global* que não respeita as características e a individualidade de cada povo.

Com a devastação da Mata Atlântica, em todo o extremo sul da Bahia, nos últimos trinta anos o Parque Nacional de Monte Pascoal foi transformado em um precioso reduto de conservação para este ecossistema na região; contudo, a situação Pataxó e seu próprio inconformismo demonstram que a questão da sua ilegitimidade quanto às terras não poderá ser indefinidamente omitida ou escamoteada.

Esta situação foi modificada a partir de um seminário promovido por organizações não-governamentais em Itamaraju (1997) que oportunizou um diálogo formal com representantes Pataxó e a direção do Parque Nacional Monte Pascoal. Pôde-se então identificar alguma disposição da autoridade ambiental do Governo Federal no sentido de tratar, de um outro modo que não o da pura ineficaz repressão, a relação entre os Pataxó e a fatia do tradicional território destes ora sob sua administração. Tal disposição tem sido manifestada sob a forma de propostas que variam desde a do simples engajamento de alguns índios no serviço do IBAMA, como *fiscais* do Parque, até proposições, ainda muito pouco elaboradas, que acenam com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e projetos de *desenvolvimento sustentável* nas atuais áreas de ocupação indígena no entorno do Parque.

Na proposição dos líderes Pataxó, a área ora sob domínio formal do Parque, uma vez devidamente regularizada como Terra Indígena, será gerida como um *Parque Indígena*,

¹⁴ Observar o Anexo E, onde apresenta as Terras Indígenas do Estado da Bahia, situação Jurídica, localização, áreas e censo.

conceito que resgata o disposto na Lei 6.001, de 1973 – o Estatuto do Índio. Pela alternativa indígena, a garantia de seus inquestionáveis direitos à posse e usufruto exclusivos do seu território de ocupação tradicional se faria acompanhar, com apoio de instituições governamentais e não-governamentais, de medidas efetivas para a garantia da preservação da Mata Atlântica no Monte Pascoal e para a recuperação econômica de suas aldeias, com base nos projetos de desenvolvimento sustentável proposto, e que se dispõem a discutir e implementar.

E assim, em 19 de agosto de 1999, dia seguinte ao da assinatura da Portaria 685 da FUNAI, que possibilitou a redefinição dos atuais limites da Terra Indígena Barra Velha, iniciando, formalmente, o processo administrativo para a regularização de todo o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxó no Monte Pascoal, os índios, em número de pessoas de todas as suas dez aldeias e de três das aldeias dos Pataxó Hãhãhãe no sul do Estado, ocuparam a sede do IBAMA no Parque Nacional, daí removendo, pacificamente, seus quatro funcionários e assumindo o controle da área que passaram a denominar *Terra Pataxó do Monte Pascoal*. Evoca o Bom Selvagem Katão Pataxó (2004):

“Já faz 500 anos que estamos alimentando um espírito dentro de nós, um espírito de luta por um amanhã melhor. A nossa luta é só para defender as nossas florestas porque elas fazem parte de nossa vida. Para nós, índios, a *terra* significa vida, pois é dela que tiramos nosso sustento. A *floresta* é nosso lar e a *água* nosso espelho, a perfeição do equilíbrio da natureza”.

4. Histórico dos Problemas Fundiários do Parque Nacional de Monte Pascoal, a Questão Indígena e o Conflito Legal de Sobreposição.

Existem conflitos em diversas unidades de conservação na Mata Atlântica. E uma das regiões onde o conflito entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas está mais em evidência é o sul da Bahia, onde os Pataxó reivindicam a inclusão dos parques nacionais de Monte Pascoal, em Porto Seguro, e do Descobrimento, em Prado, além de algumas propriedades no entorno das áreas das aldeias (ANEXO C).

Apesar do reconhecimento da importância das Terras Indígenas para a conservação das florestas, a sobreposição com Unidades de Conservação é motivo recorrente de conflitos.

A questão é antiga e se iniciou com a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, em 1961. Na época, os Pataxó foram expulsos do parque e passaram a se ocupar fazendo biscates, e

trabalhando em fazendas, sobrevivendo de venda de artesanato. Nas décadas seguintes, mais numerosos, porém em situação precária, eles questionaram a constitucionalidade do parque implantado sobre seu território tradicional.

Na década de 1980, só uma parte do Parque de Monte Pascoal foi transformada em terra indígena. Desde 2001, a pedido da maioria das lideranças das aldeias, inicia-se um processo de gestão compartilhada do Parna-Monte Pascoal, onde o IBAMA, na pessoa do Agente Ambiental gerencia o mesmo em conjunto com os Pataxó. A Gestão Compartilhada criada por convênio entre os Ministérios do Meio Ambiente (IBAMA) e da Justiça (FUNAI), prevê projetos que busquem a sustentabilidade econômica das dez aldeias do entorno do Parque, onde vive cerca de 5 mil pessoas. Esse documento firmado foi publicado no Diário Oficial da União, nº. 47, 11.0.2002 – Processo 08620001411/2001 (MAIA e TIMMERS, s/d).

Conforme a lei, um Parque não deve ter, no seu interior, populações humanas que dependem ou usam os recursos naturais de forma direta, ou que façam uso do fogo, extração de madeira, minérios, caça, agricultura, pecuária e outros. Segundo Pádua¹⁵, ninguém quer criar uma UC de Proteção Integral com gente dentro, por isso mesmo proliferam as Áreas de Proteção Ambiental-APAs. Para o autor “é difícil e muitas vezes é impossível encontrar uma área expressiva e importante, sob o ponto de vista de proteção, sem uma viva alma” (PÁDUA apud RICARDO, F., 2004).

Os dados quantitativos sobre a população indígena e as terras ocupadas não podem ser desvinculadas das principais e antagônicas visões sobre o problema indígena, que foram elaborados em quadros históricos distintos, mas que ainda hoje coexistem e disputam entre si a adesão da opinião pública e dos próprios especialistas.

A solução do problema indígena, visto em uma visão mais abrangente, é de longo prazo, passa necessariamente pela solução de alguns problemas nacionais (a modificação da estrutura agrária, a proteção ao meio ambiente, a geração de novas alternativas de emprego, a impunidade, a corrupção e o descrédito na atuação das autoridades).

No confronto entre os indigenistas lutando pelos direitos das populações indígenas e aqueles que querem conservar as UC e a biodiversidade, Olmos (2002), enfatiza que a desinformação é uma arma comum dos primeiros e para os cientistas sociais que querem tentar conservar a biodiversidade com suas estratégias politicamente corretas, sugere que devem fazê-lo fora das áreas biologicamente importantes e das Unidades de Conservação.

¹⁵ Entrevista com Maria Tereza Jorge Pádua realizada por Fany Ricardo e Valéria Macedo em janeiro de 2004: In Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições (org. Fany Ricardo – ISA – 2004).

Em termos gerais, o IBAMA reconhece a existência de sobreposição entre UC e TI que afirmam 55 casos, que correspondem a Unidades de Conservação que se sobrepõem a uma Terra Indígena homologada. Desses, 31 são ocorrências de UC de Uso Sustentável, 23 são ocorrências de UC de Proteção Integral e, em um caso ocorre sobreposição de uma UC de Uso Sustentável sobre uma UC de Proteção Integral e ambas sobre uma TI. Destas, 37 são TI que incidem 33 UC federais e nove UC estaduais, num total de 12.941.061 ha.¹⁶ (RICARDO, F., 2004).

A FUNAI, as organizações indígenas e os movimentos de apoio aos índios argumentam a superioridade dos direitos territoriais indígenas com base na Constituição Federal. Essas Terras destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988).

A questão ainda não foi resolvida nem mesmo pela recente criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e nesses Parques existem problemas impares e, portanto de difícil solução. Dentro desse contexto o Parque Nacional de Monte Pascoal é habitado em sua parte litorânea por descendentes e remanescentes de índios da tribo Pataxó que abandonaram no passado a área do Parque Nacional de Monte Pascoal e regressaram pela pressão sofrida fora dos seus limites. Buscando conciliar este conflito foi encontrada uma solução que atendeu aos interesses dos índios e do Parque Nacional de Monte Pascoal, ambos legítimos e profundamente necessários. Assim sendo, o Parque foi diminuído em 8.000 ha, terra doada aos índios e em contrapartida houve um comprometimento dos índios Pataxó e da FUNAI de desocuparem a área do atual Parque Nacional esperando compensar essa redução da área, ampliando-o na sua porção sul, junto ao litoral (ANAI,1999;TIMMERS,2004). São considerações que devem ser levadas em conta, mas não isoladamente e sim em conjunto com as disposições constitucionais atinentes à proteção ambiental, tendo-se presente que na Constituição Federal não há prevalência ou hierarquia de um artigo com relação a outro, nem a possibilidade de uma garantia sobrepor-se às demais.

Considerando a norma legal contida no artigo 28 do SNUC que proíbe, nas UC, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos, estabelecendo em parágrafo único que, até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras envolvidas nas UC de Proteção Integral devem limitar-se àqueles destinados a garantir a integridade dos recursos que a Unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais, porventura residentes na área, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais,

¹⁶ Dados apresentados pelo ISA-2004 (RICARDO, F.,2004).

sociais e culturais. Diegues (1993), Colchester (1994) e Dourejeanni (2002), contrários à idéia da retirada dos povos indígenas de suas terras, esclarecem que a melhor estratégia para conservar a biodiversidade em áreas protegidas seria entregar a gestão das mesmas às populações que habitam seu interior. Tais idéias vêm provocando aqueles que querem conservar a biodiversidade em Unidades de Conservação. Diante disso, Olmos (2002) afirma que os defensores dessas idéias em suas arrogantes postura antropocêntrica; os advogados da permanência de consumidores naturais nas áreas protegidas alinham-se ideologicamente a outros que considera aceitável a destruição do patrimônio coletivo, de espécie e de opções para a gerações futuras em prol dos interesses de curto prazo de uma minoria.

No confronto de idéias entre os indigenistas lutando pelos direitos das populações indígenas, e aqueles que querem conservar as UC e a biodiversidade, Olmos (2002) deixa claro que a discordância quanto à presença de índios, assim como o de qualquer ocupação e exploração humana, no interior das UC da Mata Atlântica, ou qualquer outro bioma, não se baseia em considerações éticas, mas, sim ao dano ambiental que as mesmas causam e à ameaça que suas atividades e seu crescimento populacional potencial representam aos ínfimos 3% do território nacional destinado à proteção integral da biodiversidade, patrimônio de toda nação brasileira. Para os defensores do preservacionismo, as populações tradicionais têm todo direito à ascensão social e à prosperidade econômica e à busca destas tem estado por trás de muito do dano que causam a áreas protegidas que habitam, de forma que o direito individual e o coletivo se chocam. Olmos, Galetti e Araújo (2002) sugerem que as ditas “*populações tradicionais*” sejam relocadas do interior de áreas importantes para a conservação e recebam as condições para que sejam cidadãos efetivos.

Alguns conservacionistas defendem a idéia de que grandes áreas do mundo devem ser mantidas imunes a qualquer tipo de desenvolvimento e que permaneçam ou voltem ao seu estado selvagem. Outra parte, numa visão condescendente, admite a demarcação, embora aqui e ali invoque a necessidade de compatibilizar a preservação com outros interesses nacionais, sejam eles o desenvolvimento, a manutenção da soberania ou um limite de terra por índio. Uma terceira parcela de brasileiros, minoritária, defende a demarcação das áreas indígenas como um direito constitucional, ao mesmo tempo em que proclama o direito dos indígenas à existência e à diferença cultural (NOVAIS, 2004). Como em todos os confrontos, os cientistas e cidadãos informados devem estudar essas questões cuidadosamente, examinar quais posições estão sendo defendidas e por quais grupos, e quais as suas razões e, a partir daí, tomar decisões criteriosas que melhor se adaptem às necessidades – às vezes conflitantes – da sociedade humana e da proteção da diversidade biológica.

Frequentemente, a discussão acerca da sobreposição entre TI e UC é extremamente acerrada que desce ao nível de acusação, como se houvesse uma intenção deliberada na área ambiental em suprimir direitos indígenas ou dos índios e organizações que os apóiam para inviabilizar a conservação e biodiversidade (SANTILLI, M., 2004).

5. Discussão dos Resultados

A pesquisa tem permitido demonstrar que:

- As terras tradicionalmente ocupadas por índios são objetos de direitos originários que precedem a própria formalização jurídico-administrativa de tais direitos em cada caso específico. Isto não significa que tal formalização seja dispensável, ela é imprescindível para que restem devidamente caracterizado a figura da “ocupação tradicional” e os limites, dirimindo dúvidas, e, sobretudo, garantindo a proteção formal de tais terras e dos seus bens. Por outro lado, as unidades de conservação ambiental, como os parques nacionais, são objetos de direitos que vigoram a partir do ato específico de sua criação pela autoridade pública competente, no caso dos parques, por um decreto do Presidente da República.
- Na superposição do Parque Nacional de Monte Pascoal à Terra Indígena Pataxó do Monte Pascoal, prevalece o direito indígena à sua terra, mesmo que a União não tenha ainda procedido à sua formalização jurídico-administrativa, o que pode, contudo, ser feito a qualquer tempo, ficando a partir daí plenamente caracterizado a nulidade de quaisquer direitos incidentes sobre tais terras.
- O PNMP, criado por um ato inconstitucional, posto que, sobre terra objeto de direitos precedentes e imprescritíveis dos Pataxó, na verdade, juridicamente, simplesmente não existe, pelo menos na extensão de seus limites que esteja sobreposta à Terra Indígena.

Quando houver choque ou superposição, sobre o mesmo território do direito indígena a terras de ocupação tradicional e do direito existente a partir da criação de uma unidade de conservação ambiental, o primeiro direito prevalece, posto que jurídica e cronologicamente sejam contrários, inclusive os da criação de unidades de conservação que estejam sobrepostas a terras objeto de direitos indígenas.

Tal abordagem jurídica da questão está plenamente contemplada na Lei do SNUC, que determina que onde houver superposição de unidades de conservação a terras de tradicional ocupação indígena, prevalecem juridicamente as Terras Indígenas, podendo haver, a critério de cada comunidade indígena detentora da posse destas, uma gestão conjunta do patrimônio natural destas com participação das instâncias pública encarregadas da conservação ambiental

- Outra questão que deve ser observada é a caracterização do crime previsto no art. 40 da Lei de Crimes Ambientais; aquele que causar dano direto ou indireto às UC ou ao seu entorno está sujeito à pena de reclusão de um a cinco anos. Se há uma superposição dos limites de UC sobre terras tradicionalmente ocupadas por índios, não há como alegar que os índios, ao praticarem atividades tradicionais incompatíveis com o manejo de uma UC (caçar ou pescar, coletar plantas ou sementes dentro de um Parque Nacional ou Reserva Biológica cujos limites incidem sobre TI) estejam praticando o referido crime – de dano a UC. Se a constituição assegura aos índios direitos originários sobre suas terras tradicionais, não há como responsabilizá-los quando praticam atividades tradicionais, segundo seus usos, costumes e tradições, dentro de UC cujos limites incidem sobre suas terras tradicionais – mesmo quando se trate de uma UC de Proteção Integral, em que aquela atividade é vetada pela legislação ambiental. Se a categoria de UC criada sobre os limites das terras indígenas é incompatível com as atividades tradicionais desenvolvidas pelos povos indígenas, não há como sustentar a sua validade jurídica em face aos direitos originários assegurados constitucionalmente aos povos indígenas (SANTILLI, J., 2004).
- A questão indígena no Brasil, além de ser um assunto jurídico, econômico e político tem uma dimensão cultural e civilizatória que segundo Rocha (2003) “a presença dessas populações é fator específico que deve ser ressaltado na criação de UC”. O ideal seria entender a “sociedade indígena da perspectiva do próprio índio. Nem sempre o índio é entendido como ele se entende” (MELIA, 1979) o que se faz necessário estudar a conscientização ambiental e projetos para auto-sustentabilidade dos povos Pataxó, condições estas fundamentais para aceitar a sua identidade (PELLEGRINE, 1997) e entender que, os homens fazem à história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas (HALL, 1999).
- A única forma de salvar os remanescentes de Mata Atlântica do Parque e entorno consiste então em mudar a dinâmica socioeconômica vigente e implementar um processo de gestão compartilhada do Parque com a população indígena local, com seu total envolvimento e responsabilização na proteção dos ecossistemas (TIMMERS, 2001)

6. Conclusão

Independente da figura jurídica e administrativa adotada para tal, o remanescente de Mata Atlântica do Monte Pascoal, será salvo a partir do momento em que meios concretos sejam mobilizados para efetivar esta gestão pelos índios com o apoio técnico, institucional e financeiro dos órgãos competentes, e também na busca de alternativas viáveis ao artesanato com madeira de lei, o turismo e outros.

Certo é que as UC possuem uma legislação que disciplina a sua gestão e manejo e no tocante aos direitos e garantias dos povos indígenas a Constituição Federal reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupavam, portanto: conservar e recuperar a Mata Atlântica em TI Pataxó e no PNMP propiciando a sua autodeterminação a manutenção de sua identidade deve ser o alvo da “Nação Pataxó” com a participação das instâncias públicas encarregadas da conservação ambiental.

Nidelcoff (1987) afirma que:

“Não existem homens cultos ou incultos, nem com muita ou pouca cultura, como normalmente se diz. Existem simplesmente homens com culturas diferentes. Todos os homens participam de uma cultura. É isso exatamente o que os diferencia dos seres vivos”.

CAPÍTULO II

Comparação do Manejo dos Recursos Naturais Efetuado pelos Índios Pataxó em Terra Indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral no Extremo Sul da Bahia

(Artigo nas normas de publicação da Revista Ambiente & Sociedade)

CAPÍTULO II

Comparação do Manejo dos Recursos Naturais Efetuado pelos Índios Pataxó em Terra Indígena e em Unidade de Conservação de Proteção Integral no Extremo Sul da Bahia

Adil Santos Moreira¹⁷
 Alexandre Schiavetti¹⁸

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Caracterização Física e Biológica da Região de Estudo – Costa do Descobrimento do Extremo Sul da Bahia; 3. Áreas de Estudo; 3.1. Aldeia Barra Velha; 3.2. Aldeia Coroa Vermelha; 4. Material e Métodos; 4.1. Universo da Pesquisa; 4.2. Aldeias Seleccionadas e Amostra; 4.3. Tipo de Estudo; 4.4. Coleta de Dados; 5. Resultados; 5.1. Resultados das Entrevistas; 5.2. Resultados do Questionário; 5.2.1. Caracterização do grupo entrevistado; 5.2.2. Características pessoais; 5.2.3. Relação do Índio/Natureza – Importância dos elementos da natureza para o índio; 5.2.4. Relação Índio/Instituições; 5.2.5. Relação Índio/Conhecimento de Assuntos Ambientais; 5.2.6. Relação Índio/Opinião nas Questões Ambientais; 5.3. Resultados das Observações; 6. Discussão dos Resultados; 6.1. Discussão dos Resultados da Entrevista; 6.2. Discussão dos Resultados do Questionário; 6.3. Confronto de Resultados – Interação Entre a Relação do Índio com a Natureza – Conhecimento e Opinião por Escolaridade; 6.4. Discussão do Tema; 7. Conclusão.

RESUMO:

O objetivo do estudo é analisar o comportamento e as atitudes dos índios Pataxó habitantes das aldeias do Extremo Sul da Bahia, no manejo dos recursos naturais em Terra Indígena-TI e em Unidade de Conservação-UC de Proteção Integral sobreposta a uma Terra Indígena-TI, e, comparar esse comportamento e as atitudes praticados nas áreas que devem corresponder à categoria gestora de cada uma delas. Foram entrevistados indivíduos que se ocupam na pesca, na agricultura, nos artesanatos de madeira e sementes. O estudo é de natureza qualitativa sem necessariamente estabelecer-se a dicotomia qualidade *versus* quantidade. Através de um questionário os índios Pataxó manifestaram sua opinião e ação em relação ao manejo dos recursos naturais de suas aldeias. A hipótese central prevê que *o resultado do manejo diferenciado é devido ao fato de estarem inseridos em áreas com regimes diferentes de gestão para a conservação ambiental; do grau de conhecimento a respeito da legislação ambiental e da questão fundiária (conflitos) das aldeias*. Verificou-se até que ponto as duas aldeias possuem termos em comuns. Devido às similaridades verificou-se, considerando o grau de escolaridade, aspectos quanto à informação e opinião dos entrevistados e quanto o conhecimento da legislação ambiental e questões fundiárias das aldeias. Com base nas discussões e resultado conclui-se que a aldeia em Terra Indígena e a aldeia em Unidade de Conservação de Proteção Integral apresentam ser homogêneas, devido às semelhanças serem bem acentuadas. As ocupações, os níveis de escolaridade e as categorias estabelecidas para administrar as áreas não diferenciam na arte do manejo dos recursos naturais.

Palavras- Chave: índios Pataxó, Manejo, Terras Indígenas, Unidades de Conservação.

¹⁷ Moreira, Adil Santos. Advogada, Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UESC – Ilhéus – Bahia. Avenida Duque de Caxias, nº 117 – Centro – Eunápolis – Bahia. CEP: 45.820-000, Tel. (73) 3261.1987 – e-mail: amoreira.direc8@sec.ba.gov.br

¹⁸ Schiavetti, Alexandre. Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, Professor Adjunto, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais – UESC – Ilhéus, Bahia – Rodovia Km 16, Salobrinho, Ilhéus – Bahia. E-mail: aleschi@uesc.br

RÉSUMÉ:

Le but de cette étude est l'analyse du comportement et des attitudes des indiens Pataxó qui habitent les villages de l'Extrême Sud de Bahia, pour ce qui est de l'utilisation des ressources naturelles en Terres Indigènes-TI et en Unités de Conservation-UC de Protection Intégrale superposée à une Terre Indigène-TI et comparer ce comportement et les attitudes observées dans les locaux qui doivent correspondre à la catégorie de gestion de chacune d'entre elles. Plusieurs indiens Pataxó dont l'occupation est la pêche, l'agriculture, l'artisanat sur bois et avec graines ont été interviewés. Cette étude est de nature qualitative sans obligatoirement établir la dichotomie qualité *versus* quantité. Au moyen d'un questionnaire, les indiens Pataxó ont manifesté leur opinion et leur action en ce qui concerne l'utilisation des ressources naturelles de leurs villages. L'hypothèse centrale prévoit que *le résultat de l'utilisation différenciée se doit à une insertion dans des locaux ayant des régimes de gestion différents pour ce qui est de la préservation de l'environnement; du degré de connaissance de la législation environnementale et de la question foncière (conflits) des villages*. Il a même été vérifié jusqu'à quel point les deux villages ont des termes en commun. En raison des ressemblances et compte tenu du degré de scolarité, il a été possible de vérifier certains aspects concernant l'information et l'opinion des interviewés et leur connaissance de la législation environnementale et des questions foncières des villages. Les discussions et les résultats montrent que tout aussi bien le village situé en Terre Indigène que le village situé en Unité de Conservation de Protection Intégrale présentent une homogenéité due à des ressemblances accentuées. En effet, les occupations, les niveaux de scolarité et les catégories établies pour administrer ces surfaces ne présentent pas de différence dans l'utilisation des ressources naturelles.

Mots- Clés: Indiens Pataxó, Utilisation, Terres Indigènes, Unités de Conservation.

1. Introdução

A importância de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e a necessidade de se criarem melhores condições de vida para a população indígena são ações que urgem no extremo sul da Bahia. Nesta região, desde a época da chegada dos colonizadores europeus, vivem índios de várias etnias e que foram identificados como Pataxó, segundo registros datados do século XVIII. A vida em grupo e a constante movimentação estão entre as características culturais dos Pataxó, cultura essa que foi se alterando ao longo do tempo. Com a colonização, foram aldeados e encurralados pela restrição territorial que determinou um período de transição e mudanças culturais. Hoje eles vivem em diversas aldeias - Barra Velha. Boca da Mata. Meio da Mata, Trevo do Parque, Mata Medonha, Coroa Vermelha, Corumbalzinho, Águas Belas, Imbiriba entre outras - totalizando uma população de cerca de 5 mil pessoas (MAIA e TIMMERS s/d; SAMPAIO, 2000; VIANNA, 2004). Como esses índios não receberam qualquer assistência específica ou integral que garanta uma vida digna, encontram-se atualmente

com sérias dificuldades de sobrevivência. A principal atividade que os mantém é o artesanato - especialmente, de produtos florestais - que tem uma demanda cada vez maior, fruto do turismo crescente na região. Mas a exploração dos recursos florestais madeireiros vem ocorrendo de forma insustentável com a diminuição acentuada da arruda (*Swartzia eulixophorá*) endêmica da região, jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra*), a juerana vermelha (*Parcksia pêndula*), o arapati (*Arapatiella psillophyllá*), o parajú (*Manilkara longifólia*), o sucupira (*Bowdichia virgilloides*), o potumuju (*Centrolobium sclerophyllum*) que são as principais espécies de árvores utilizadas. Além disso, o mercado se tornou competitivo uma vez que não índios se apropriaram da arte indígena, ficando os índios a mercê das regras do mercado que os coloca ainda mais a margem de um desenvolvimento socio-econômico desejável (TIMMERS, 2004; GRÚNEWALD, 2001; AFB, 1990; RAMOS 2004).

Sampaio (1994) discorrendo sobre a história desse povo, salienta que enquanto as populações Tupi presentes na beira da praia do extremo sul da Bahia foram rapidamente dizimadas pela colonização portuguesa, outros povos que viviam nas suas florestas, entre eles os Pataxó, resistiram até as décadas iniciais do século XIX, quando sucessivas campanhas militares dirigidas contra eles pelo governo colonial e provincial, os reduziu a povoações das Vilas Costeiras. Em 1861 toda essa população foi reunida compulsivamente numa única aldeia, a atual Barra Velha, juntando remanescentes Pataxó, Botocudo, Tupiniquim, Kamakã e Maxacali (SAMPAIO, 1999; CARVALHO, 2000; VIANNA, 2004; MAIA e TIMMERS, s/d). O nome Pataxó teria prevalecido provavelmente por se tratar do maior contingente e a aldeia se localizar em território tradicional Pataxó. Segundo esses autores, nos noventa anos que se seguiram, os Pataxó¹⁹ de Barra Velha reconstruíram o seu modo de vida explorando a pesca costeira, a fauna dos manguezais e campos litorâneos entre os rios Caraíva e Corumbau. Praticavam sua agricultura tradicional, baseada no milho e na mandioca, em clareiras abertas próximas a beira do rio e sapé de encostas na Mata Atlântica que recobria todo o tabuleiro, desde as proximidades da costa até a base do Monte Pascoal. Retiravam ainda da mata, os recursos provenientes da caça e da coleta de frutos, mel, lenha, palha e fibras para suas habitações e utensílios.

O modo de vida dos Pataxó permaneceu praticamente inalterado até 1961, quando o governo brasileiro criou o Parque Nacional de Monte Pascoal (Decreto 242/61) com o objetivo expresso de proteger o Monte Pascoal, as matas e o litoral nas proximidades do importante sítio histórico. Os posseiros que se encontravam dentro dos limites receberam indenização e foram retirados da área, com exceção de uma área de 210 ha entorno da aldeia de Barra Velha (IBAMA, 1995). No entanto, esta área litorânea arenosa, imprópria para a agricultura, ficou

¹⁹ Por convenção se utilizou a grafia Pataxó com relação à coletividade do grupo étnico, também a grafia pataxós quando se referiu a índios do grupo.

rapidamente insuficiente para abastecer uma população crescente. Os índios tentaram sobreviver das suas roças abandonadas dentro do Parque e da venda do artesanato de Piaçava (*Attalea funifera*) também coletadas na área, o que gerou conflitos com a administração do parque nacional (SAMPAIO, 1999; CARVALHO, 2000; TIMMERS, 2004). Esses conflitos levaram à negociação entre o IBDF e a FUNAI para a divisão da área do Parque em duas fatias longitudinais, cedendo a faixa norte do Parque, totalizando 8.627 ha para uso dos índios, atualmente Terra Indígena de Barra Velha, que foi regularizada em 1991, acordo entre FUNAI e IBDF em 14.07.1980 (ANEXO C). Timmers (2004) aponta que as consequências do acordo foram catastróficas tanto para os índios quanto para o meio ambiente. Criou-se uma fronteira longitudinal de 30 km entre o Parque e as aldeias, cortando florestas, mananciais, sem que a raiz do conflito tivesse sido sanada e sem que atendessem contudo, aos requisitos técnicos, administrativos e jurídicos exigidos para a regularização de uma terra indígena, e ainda superposta pelo Parque Nacional do Monte Pascoal (ANAI, 1999; TIMMERS, 2004).

A inauguração da BR 101, em 1973, mudou profundamente o contexto socioeconômico regional. Marcou o início do turismo e a intensificação da expansão madeireira que, em uma década, destruiu a quase totalidade das florestas. Os índios entraram no mercado turístico com artesanato feito de madeira de lei (Gamelas) e, nos anos 80, pressionados por madeireiros, venderam a maior parte das madeiras da área (MAIA e TIMMERS, s/d). A área indígena foi rapidamente destruída e, localizada em encostas e com solos desgastados, não conseguiram abastecer a população com produção agrícola. O artesanato ganhou importância crescente até constituir hoje, com o incremento do turismo na região e o crescente desgaste das terras que ocupam, a sua principal fonte de renda. Com o sumiço quase total das matas do entorno, ocupadas por fazendas de gado e assentamentos de "sem terras", a maior parte da matéria prima deste artesanato sai da área do Parque Nacional de Monte Pascoal – PNMP.

Segundo Sampaio (1999) desde a implantação do Parque, o povo Pataxó nunca deixou de clamar por seu direito às terras e, na verdade, nunca abdicou de exercer, na medida do possível, um domínio real sobre seu território tradicional, na forma, entre outras, de retirada de madeira.

Vale ressaltar que não melhorou, até hoje, o quadro de miséria em que se encontra a maioria da população indígena. Dependentes do comércio de gamelas para sobreviver, vendem grandes quantidades de produto semi-acabado por preços baixos, para atravessadores, na maioria não índio, abastecendo um lucrativo comércio que se ramifica até o exterior, chegando a trocar gamelas por mantimento (TIMMERS, 2004). O mesmo autor diz que a situação socioeconômica da maioria das cerca de 5.500 pessoas (750 famílias) que vivem em dez

aldeias no entorno do PNMP é de profunda miséria. No dia 19 de agosto de 1999, representantes de seis aldeias, ocuparam a sede administrativa do Parque Nacional com o firme propósito de assumir a gestão do Parque, comprometendo-se publicamente em garantir a proteção de suas matas e do seu monte. Desde então, abriram o Parque para a visitação pública e tentam organizar a sua gestão, negociando com várias ONGs e órgãos governamentais. Este movimento se insere num quadro recente de afirmação e mobilização política dos Pataxó, cujas expressões mais enfáticas são as reivindicações de caráter fundiário e as de cunho educacional (CARVALHO, 2000). Várias fazendas no entorno PNMP foram retomadas, incrementando o número de aldeias de 6 para 8 e atualmente 10: Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Corumbalzinho, Águas Belas, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova e Craveiro (MAIA e TIMMERS, s/d).

Observando os dados do IBGE do período de 1996-2000, Timmers (2004) informa que a população indígena está crescendo mais ou menos à medida que a nacional de 1,6% desde a criação do PNMP aumentando exponencialmente, devido tanto a seu crescimento endógeno como ao progressivo reagrupamento familiar que ocorreu após 1951. Segundo Rocha (1995, apud TIMMERS, 2004) calcula-se a partir dos dados expostos que os Pataxó passaram de 152 à mais de 5 mil entre 1965 a 2000, crescendo uma média de 50,8% ao ano entre 1965 e 1977, 40% entre 1985 e 1990 e 25% entre 1990 e 2000²⁰. Várias UC de Proteção Integral foram criadas, quer propositadamente ou não, com população residentes que sofrem pressões antrópicas internas, sem falar das externas. Estas pressões são frequentemente mais intensas do que aquelas sofridas por certas UC de Uso Sustentável e certas TI (CLEARY, 2004).

Cunha e Andrade (2004) também enfatizam que é preciso ser revisto o conceito de área protegida como sendo destinada exclusivamente à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, sem a presença humana. Esta concepção vem sendo validada, especialmente em regiões habitadas por populações que ao longo de sua história, vêm tendo um papel fundamental na proteção dos ecossistemas. Os mesmos autores afirmam que o que torna um determinado grupo social exploradores dos recursos naturais, em escala maior do que o ecossistema suporta, "é a necessidade de sobrevivência e a opção pela inserção no mercado local, altamente demandante de produtos florestais".

Guerra (1980) ao se referir aos indígenas e sertanejos, salienta que o homem também é parte da natureza e onde ele exista, em estado rústico, é um dos elementos naturais do habitat respectivo, mas a proteção que sugere ou precisa é bem diversa da proteção à natureza em

²⁰ Esses dados, de fontes diversas, não são absolutamente confiáveis (o número inicial de Pataxó foi quase certamente subestimado pelo IBGE). No entanto, demonstram um crescimento exponencial. Se a taxa de 25% ao ano se mantiver, 17.500 Pataxó viverão no entorno do Monte Pascoal em 2010 (Timmers, 2004).

geral. O processo que envolve a seleção, implantação e gestão de áreas protegidas geralmente está baseado em critérios ecológicos e econômicos, o que não garante o sucesso dos resultados da conservação (FERREIRA, 2003).

Os conflitos fundiários, o desmatamento, as formas de exploração e de uso das terras e a preocupação insuficiente com o meio ambiente, contexto esse que compõe a história das terras indígenas Pataxó do extremo sul da Bahia e que geram perspectivas desfavoráveis em relação à conservação dos recursos naturais das aldeias.

Desenvolve-se, no presente estudo uma investigação conjunta das possíveis formas de manejo dos recursos naturais das aldeias Pataxó, buscando-se explicações para a aceitação ou a contestação das predições que embasam a hipótese da pesquisa. Hipótese esta, compreendida como uma suposição provisória para proposição de uma explicação aos fatos: *“Os índios Pataxó do Extremo Sul da Bahia têm comportamento e atitudes diferentes no manejo dos recursos naturais em uma TI e em uma UC de Proteção Integral devido as aldeias serem incluídas em áreas com regimes diferentes de gestão para a conservação ambiental, do seu grau de conhecimento a respeito da legislação ambiental, e, da questão fundiária (conflitos) das aldeias”*.

Para a análise dessa hipótese empregou-se os métodos histórico, comparativo, estatístico e monográfico dado a complexidade da mesma.

Deste modo foi desenvolvido uma avaliação do manejo desses recursos naturais, capaz de levar em consideração a diversidade de dados e de informação disponibilizados ao longo das diversas etapas da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa foram os índios Pataxó de duas comunidades que possuem diferentes formas de administração ambiental. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a observação direta da ação cotidiana e pública, aplicação de um questionário semi-aberto, análise documental e entrevista.

2. Caracterização Física e Biológica da Região de Estudo – Costa do Descobrimento - Extremo Sul da Bahia

Clima: O clima regional é do tipo Tropical Úmido Atlântico — Af, segundo a classificação de Köppen — e Equatorial (6a) segundo a classificação de Gaussen. Caracteriza-se, em quase

toda a sua extensão, por médias térmicas anuais superiores a 20° C. A temperatura média anual local varia de 23 a 28° C, segundo os dados da Estação Meteorológica do Aeroporto de Porto Seguro (DPV/PS), para os anos de 1997 e 1998. A pluviosidade total anual varia entre 1.500 e 1.750 mm. As mínimas de pluviosidade ocorrem em agosto/setembro e janeiro/fevereiro, mais marcados na medida em que se afasta do litoral e da umidade oceânica. A umidade relativa do ar varia entre 70 e 90% durante o ano todo no litoral. Ventos moderados (média anual 2,97 m/s) direção leste dominante mais forte entre agosto e setembro. Entre novembro e janeiro, direção variável com fortes ventos do Sul. **Geologia:** A Costa do Descobrimento se situa na Região de Dobramentos Araçuaí (Pré-Cambriano), limite meridional baiano do cráton do São Francisco. Corresponde a uma faixa móvel marginal, afetada por metamorfismo, magmatismo e deformação durante o ciclo Brasileiro. O embasamento, com época de formação correlacionada ao ciclo Transamazônico, é constituído por gnaisses Kinzigíticos (MARTIN et al., 1980 apud PÁDUA, 1983). **Geomorfologia:** Segundo o Radambrasil (1987), a região estudada, em razão de suas características morfológicas, enquadra-se no Setor VI. Este setor se estende de Ilhéus até o extremo sul da Bahia. É caracterizado por grandes vales entalhados na Formação Barreiras durante as épocas de baixos níveis marinhos, no Quaternário. Esse trecho de costa é caracterizado, também, pela presença de recifes coralinos e formação de arenitos de praia menos extensos que as do norte. A paisagem regional é determinada por três unidades geomorfológicas, correspondendo a três idades geológicas distintas: 1. relevos isolados de gnaisses magmáticos e metamórficos pré-cambrianos (Primário), com maior altitude e distantes do mar; 2. tabuleiro e serras de arenito sedimentar terciária (Grupo Barreiras) se estendendo na maior parte da região e, interrompidos por vales profundos; 3. planícies costeiras, praias e fundos de vales de sedimentos marinhos e fluviais quaternários (argilas e areias).

Os tabuleiros costeiros estão posicionados numa faixa norte-sul, com largura variável entre 20 e 120 Km e altitude em torno de 10 a pouco mais de 100m. São compostos por depósitos sedimentares terciários do Grupo Barreiras. A sua superfície plana e levemente ondulada chega frente ao mar ou à planície costeira, formando encostas e barreiras (falésias) famosas por sua beleza. Encostas bordam também vales largos em forma de U que interrompem o tabuleiro por dezenas de quilômetros no interior (vales do rio João de Tiba, rio Buranhém, rio do Frade, rio Caraíva). O fim do Terciário e o início do Quaternário foram marcados por grandes variações do clima e do nível dos oceanos. As variações quaternárias deixaram na costa e nos vales dois tipos de sedimentos: os depósitos marinhos deixados pelas transgressões sucessivas; os depósitos continentais durante as regressões. Esses sedimentos

argilo-arenosos e argilosos, acumulados durante várias etapas de evolução quaternária, são característicos de ambientes marinhos, fluviomarinhos e lagunares, estendendo-se em planícies costeiras de largura variável e dentro dos vales em U cortando os tabuleiros, terra adentro até onde as influências desses ambientes se fizeram sentir. Localmente, os relevos Pré-Cambrianos emergem do tabuleiro em serras e morros altos e íngremes. Ocorrem como afloramentos rochosos do tipo pão-de-açúcar. O mais famoso e mais alto é o Monte Pascoal (586m.). A altura das demais formações varia de 200 a 300m. **Pedologia:** Latossolos amarelos e Podzólicos amarelos álicos distróficos se encontram associados acima dos tabuleiros (Grupo Barreiras). Solos de tipo podzol hidromórfico também se encontram em manchas nas áreas de Grupo Barreiras, sendo ele de coloração branca, com horizonte de tufa. Os sedimentos marinhos e fluviais quaternários formam solos de areias quartzosas marinhas, além de gleis húmicos e pouco húmicos, solos orgânicos e cambissolos de origem aluvionar. Os gleis distróficos hidromórficos ocorrem em áreas alagáveis das planícies de acumulação, onde alternam com areias quartzosas. Solos indiferenciados de mangue ocorrem na foz dos rios e brejos em beira mar. Solos litólicos, apresentando normalmente rochosidade, pedregosidade, cascalhes e concreções, ocorrem em relevo forte ondulado a escarpado, associados principalmente a afloramentos rochosos (como ocorre no Monte Pascoal). **Hidrologia:** A região se caracteriza por dois tipos de vale fluvial: 1. vales largos e alagáveis em forma de U, cortando os tabuleiros, de rios da era Terciária, nascendo nos relevos do Espinhaço e correndo rumo ao leste até o Atlântico (Corumbau, Caraíva, Rio dos Frades, Buranhém, Jucuruçú e João de Tiba) e 2. milhares de vales estreitos e profundos em forma de V, de rios secundários nascendo localmente nos tabuleiros, datando da era Quaternária e correndo rumo aos vales em U diretamente rumo ao mar. **Vegetação:** A região de Monte Pascoal está localizada dentro da região fitoecológica denominada Floresta Ombrófila Densa, conforme nova classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal (IBGE, 1991). O termo floresta ombrófila densa, criado por Ellenberg & Mueller-Dombois (1965), substituiu o termo pluvial, anteriormente utilizado. Associados à floresta ombrófila, vários outros ecossistemas como florestas aluviais, matas ciliares, mussunungas, restingas, mangues, brejos e áreas com interferências antrópicas, aumentam a diversidade da região de Monte Pascoal. A ocorrência e repartição dos ecossistemas estão fortemente relacionadas a fatores edáficos - drenagem e fertilidade dos solos - e climáticos - temperaturas elevadas, alta umidade relativa do ar e altos índices pluviométricos, bem distribuídos durante o ano, não apresentando déficit hídrico (período seco). Cada ecossistema tendo características fitosociológicas e sucessionais fortemente diferenciadas, tanto que uma metodologia para recuperação de áreas degradadas e

respectiva lista de espécies para plantio terão de ser adaptados em função, a partir de observações e levantamentos em campo. **Importância biológica:** O Parque Nacional de Monte Pascoal se situa num dos três focos de endemismo descritos para a Mata Atlântica: o do Sul da Bahia/Norte do Espírito Santo (THOMAS, CARVALHO 1998), do qual constitui um dos principais remanescentes. Esse foco se caracteriza por uma taxa de endemismo altíssima (26 a 28 % das espécies) e uma diversidade de árvores por hectare recorde mundial (THOMAZ, MONTEIRO 1997). Essa riqueza excepcional se explica pela presença de famílias, gêneros e espécies de plantas e animais, típicos tanto da Mata Atlântica quanto da Amazônia. Esse fato pode ser devido a um contato antigo entre as duas regiões (MORI, BOOM 1981, VIEILLARD 1990, SICK 1997). T tamanha riqueza e terrenos de fácil acesso fomentaram um processo de desmatamento intenso de 1945 até o final da década de 80. Estima-se que hoje haja algo em torno de 0,5 % da cobertura florestal original considerando os fragmentos maiores de 400 hectares. Mais 3% se espalha em fragmentos menores (THOMAS, CARVALHO 1998).

O Parque Nacional de Monte Pascoal contém atualmente mais de 5.000 ha de Floresta Ombrófila Densa, além de vários ecossistemas degradados e de transição para ecossistemas costeiros. Trata-se da única unidade de conservação na região que inclui todos os estágios dessa transição ecológica (fitofisionomia) da floresta ombrófila até o mar. Extensos campos de Mussununga, formação típica do Sul da Bahia, ocorrem sob solos podzólicos arenosos ao leste da floresta. Mais perto da costa, essa formação dá lugar a um mosaico único de campos, brejos costeiros e restingas, com taxa alta de endemismo. No baixo curso dos rios que delimitam a área crescem importantes manguezais²¹.

Faltam levantamentos e estudos mais completos da biodiversidade dessa região apesar de sua relevância. Entre as espécies raras e ameaçadas de árvores se encontram o visgueiro, árvore de grande porte de origem amazônica; a farinha-seca; o andá-açu; várias figueiras bravas de grande porte; e aquelas mais conhecidas que possuem lenho de grande valor comercial, como os araribás (*Centrolobium tomen tosun*, *C. robustum*); a braúna (*Melanoxylon brauna*); várias canelas (*Ocotea spp.*, *Nectandra spp.*, *Acrodictidum spp.*), em especial a sassafrás (*Ocotea pretiosa*); cedros (*Cedrela odorata*, *C. fissilis*); o gonçalo-alves (*Astronium graveolens*); o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*); os jequitibás (*Cariniana excelsa*, *C. estrelensis*, *C. legalis*); os ipês (*Tecoma spp.*, *Tabebuia spp.*, *Macrololium spp.*); a maçaranduba (*Manilkara huberi*, *M. rufula*, *M. elata*); a mocitaiba (*Zollernia ilicifolia*) ou orelha-de-onça; o jitaí (*Dialium guianense*); o pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*), a famosa leguminosa que cedeu

²¹ Informações extraídas do documento de apresentação da Costa do Descobrimento para a lista do Patrimônio Mundial (IBAMA, 1999).

seu nome ao Brasil; a peroba-de-campo (*Paratecoma peroba*); o roxinho (*Pettogyne discolor*, *P. confertiflora*); as sapucaias (*Lecythis usitata*; *L. paraensis*); a sucupira-preta (*Andira spectabilis*); o vinhático (*Platymenia reticulata*, *P. foliolosa*), arruda (*Swartzia eulixophora*), endêmica da região, a juerana vermelha (*Parcksia pendula*), o arapati (*Arapatiella psillophylla*), o parajú (*Manilkara longifolia*), potumuju (*centrolobium sclerophyllum*), piaçava (*Attalea funiferd*), entre muitos outros. Foram também observadas espécies raras de orquídeas, tal a *Cattleya scilleriana* e uma espécie nova e endêmica de bromélia (*Neoregelia pascoalina* LB.Smith) e numerosas outras espécies, todas com alguma peculiaridade de valor estético, biológico ou econômico (PÁDUA e COIMBRA, *apud* PÁDUA, 1983, IBAMA, 1999)

Animais raros ou em perigo de extinção também foram observados destaca-se: o guariba-vermelha (*Alouatta seniculus straminea*), o macaco-prego (*Cebus apella*), o sauá (*Callicebus personatus*), o mono (*Brachyteles arachnoides*), dentre os primatas. O tamanduá-mirim (*Tamanduá tetra dactyla*), a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) e a preguiça-comum (*Bradypus tridactylus*), entre os desdentados. O tapeti (*Sylvilagus brasiliensis*), o caxinguelê (*Sciurus aestuans*), o ouriço-cacheiro (*Coendou prehensites*), o raro ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), a cotia (*Dasyprocta agouti*), a paca (*Agouti paca*), e o maior de todos, a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), entre os roedores. O caitetu (*Tayassu tajacu*) e o queixada (*Tayassu pecari*), entre os artiodáctilos. A anta (*Tapirus terrestres*), entre os perissodáctilos e o jaguar (*Panthera onca*) ou onça, a suçuarana (*Felis concolor*), a jaguatirica (*Felis pardalis*), os gatos-do-mato (*Felis wiedii*, *F. tigrina*, *F. yagouaroundi*), entre os carnívoros. Quanto as aves, após a proteção oferecida, encontram-se em franca fase de recuperação populacional, embora algumas tenham praticamente desaparecido, como a belíssima arara-vermelha (*Ara chloroptera*). Destacam-se, ainda, o jaú (*Crypturellus noctivagus*), a jacutinga (*Aburria jacutinga*), o macuco (*Tinamus solitarius*), o mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*), o chororão (*Crypturellus variegatus*), além de boas populações do aracuá (*Ortalis sp.*) e dos jacus (*Penelope superciliaris*, *P. jacguaçu*, *P. obscura*). Entre os falconiformes destacam-se a harpia (*Harpia harpyja*), o gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), o gavião-de-penacho (*Spizaetus ornatus*) e o belo falcão-de-peito-vermelho (*Falco deiroleucus*). Para os psitacídeos indicam-se também, entre outros, o papagaio-chuá, o maracanã (*Ara maracana*), o tuim (*Forpus xanthopterygius*), o furamato (*Pyrrhura cruentata*), a maitaca (*Pionus sp.*), e os papagaios (*Amazona spp.*). Dos passeriformes, a ferrugem (*Xipholena atropurpurea*), o crejoá (*Cotinga maculata*), o curió (*Oryzoborus angolensis*), de canto belíssimo e quase extinto, e o sabiá-da-mata (*Tordus fumigatus*). Os

répteis, anfíbios e artrópodes também são representados por várias espécies, merecendo destaque, a surucucu (*Lachesis muta*) e a surucucu-patioba (*Bothrops bilineata*), além de vários *Bothrops* e *Crotalus* (PÁDUA, 1983, IBAMA, 1999).

Esse conjunto biológico excepcional foi incluso em 1999, junto com os demais remanescentes de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento, na Lista do Patrimônio²² Mundial pela UNESCO.

3. Áreas de Estudo

3.1. Aldeia de Barra Velha

A presença dos Pataxó no trecho da costa brasileira entre as atuais cidades de Porto Seguro e Prado é atestada desde as primeiras décadas da colonização portuguesa nesta região. Foi no início do século XIX que os Pataxó começaram a aparecer na faixa desse litoral junto às embocaduras dos rios Caraíva e Corumbau e, é referida pelas fontes históricas como a principal área de aparição desses índios, sobretudo em função dos extensos e ricos manguezais ali existentes (ANAI-1999).

Por esta razão, uma vez completado o processo de dominação colonial sobre as diversas tribos dos Pataxós da região, o governo da província da Bahia determinou em 1861, a reunião de todos eles numa única aldeia, a ser implantada neste local. A partir desta data, os Pataxó passaram a viver confinados e semi-isolados na aldeia hoje conhecida como Barra Velha, esquecidos e abandonados pelos poderes públicos que já não os temia como ameaça à expansão colonial sobre a região.

A “aldeia-mãe” de Barra Velha parece ter sido fundada em 1861 e é a mais importante de todas as aldeias Pataxó, ponto de partida para a formação de todas as demais que a reconhecem como “original”, o lugar dos “troncos” (GRÜNEWALD, 2001). O território de ocupação Pataxó com sede em Barra Velha originalmente tinha por limites ao sul, o rio Corumbau; ao norte, o rio Caraíva; a leste, o Oceano Atlântico; e a oeste, o Monte Pascoal.

A aldeia marca o limite meridional do município de Porto Seguro e, segundo o “Mapa da Fome entre os povos indígenas do Brasil”, inclui a “Terra indígena Pataxó de Barra Velha”,

²² Informações extraídas do documento de apresentação da Costa do Descobrimento para a Lista do Patrimônio Mundial (IBAMA 1999)

com uma população de 1.500 indivíduos para uma área regularizada de 8.627 hectares (GRÜNEWALD, 2001).

Segundo o mesmo autor em 1995 os Pataxó de Barra Velha afirmavam que sua população total (incluindo Meio da Mata e Boca da Mata) era de quinhentas famílias. Bierbaum (1990) afirma que, em 1989, havia 814 indivíduos só em Barra Velha. O cálculo apresentado pelo Mapa da Fome inclui Meio da Mata e Boca da Mata para o cálculo da população e da extensão. Segundo a ANAI (1999), a população total da Terra Indígena de Barra Velha em 1998 era de 1.683 índios, estando 965 na aldeia de Barra Velha, 162 em Meio da Mata e 556 em Boca da Mata (GRÜNEWALD, 2001).

A terra indígena de Barra Velha se divide em várias localidades. As mais importantes são Paraíso e Muriam, junto ao mar; Céu e Barra Velha (Rua de baixo, Rua de cima e sede da FUNAI) a oeste; e Campo do Boi, Porto do Boi, São João de Mina, Pará e Paranho.

Meio da Mata e Boca da Mata podem ser consideradas aldeias separadas com lideranças independentes. A população de Barra Velha vive da venda de artesanato, agricultura (em especial a mandioca, dos sítios de coco e as roças de abacaxi), a pesca, coleta de mariscos (caranguejo e ostras no mangue e ouriço, polvo e lagosta nas pedras dos arrecifes) e frutas (mangaba, banana e manga). A caça não existe mais. A criação de galinhas, porcos e vacas é muito insipiente. A população é acentuadamente agrícola. No verão, o aumento da produção artesanal altera o ritmo de vida dos índios, que migram temporariamente para a aldeia de Coroa Vermelha. Se Barra Velha é considerada a “Aldeia-Mãe” e, portanto, o ponto de origem da atual população Pataxó do extremo sul da Bahia, vale, através de sua história, evocar a gênese e a configuração dessa comunidade.

Foi a partir do século XIX, que os Pataxó, ocupantes nas florestas ao extremo sul da Bahia, incluindo o Monte Pascoal, há pelo menos trezentos anos, perderam progressivamente seus territórios tradicionais em razão da pressão crescente de fazendeiros de cacau, pecuaristas e madeireiros. Em 1951, esses conflitos resultaram num grande massacre dos índios, conhecido como “Fogo de 51”, pela polícia militar da Bahia, evento marcante na história recente dos Pataxó (TIMMERS, 2004), morte, espancamentos e estupros. Fugindo do massacre, os Pataxó foram obrigados a esconder sua identidade, com medo de serem assassinados caso fossem reconhecidos como índios. A alternativa encontrada foi o trabalho nas fazendas próximas. Depois de cerca de seis anos nesse estado de depressão, a aldeia Barra Velha começou a ser reconstituída, embora os Pataxó seguissem sem poder usar a terra para o plantio e para a caça (TIMMERS, 2004). Nos cem anos decorridos entre 1861 e 1961, os Pataxó de Barra Velha reconstruíram o seu modo de vida explorando a pesca costeira, a fauna dos manguezais e

campos litorâneos entre os rios Caraíva e Corumbau e praticando sua agricultura tradicional, baseado no milho e na mandioca, em clareiras abertas na extensa Mata Atlântica que recobria todo o tabuleiro entre os dois rios, desde as proximidades da costa até a base do Monte Pascoal, retirando ainda desta mata os recursos provenientes da caça e da coleta de frutos, mel, lenha, palhas e fibras para suas habitações e utensílios (ANAI, 1999).

Esse modo de vida permaneceu praticamente inalterado até 1961, quando o governo brasileiro, com o objetivo expresso de proteger o Monte Pascoal e as matas e o litoral nas proximidades do importante sítio histórico, mas, na verdade, desconhecendo profundamente a história da região e do próprio Brasil, implantou, justamente sobre aquelas terras, tradicionalmente ocupadas pelos Pataxó e que, portanto, por direito-assegurado desde a Constituição de 1934 – lhes pertencem, um Parque Nacional (ANAI, 1999).

Foi nos anos de 1970, com a ajuda da Funai, que os Pataxó retomaram as práticas agrícolas, em escala suficiente para abastecer as aldeias. O apoio da Funai, além da garantia jurídica de liberdade de uso da terra, constituiu em disponibilizar insumos importantes para o início do trabalho: ferramentas em geral – como machado, facão, enxada e um tacho para o feitiço da farinha da mandioca – sementes de feijão, milho, fava, abóbora, entre outras (MACHADO, 2004). Em 1980, a Funai negociou com o IBDF, o órgão gestor do Parque, a cessão de uma limitada faixa do mesmo para uso dos índios. Em 1991, esta faixa foi regularizada como Terra Indígena de Barra Velha (ANEXO C).

3.2 Aldeia de Coroa Vermelha

A Terra Indígena da Coroa Vermelha, homologada em decreto de 9 de julho de 1998 e publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 1998, contava nessa época com uma população de 1.546 indivíduos para uma extensão de 1.493 hectares (ESPÍRITO SANTO, 1998, GRÜNEWALD, 2001). A Terra Indígena de Coroa Vermelha, administrativamente, é um povoado de Santa Cruz Cabralia e está dividida em Praia (Gleba A) e Mata (Gleba B) havendo na Gleba B atividade agrícola, nem por isso sua caracterização mais geral deixa de se referir à atividade comercial diante do fenômeno do turismo. Na gleba B há a última parcela de mata ocupada que está resguardado, visando ao desenvolvimento do “Turismo ecológico”. O local é conhecido como *Reserva da Jaqueira*, aberto à visitação oferece atividades práticas da educação ambiental, além de permitir uma total integração com a comunidade Pataxó e

seus costumes. É uma reserva ambiental permanente. Ela foi criada pela comunidade em 1997, que depois de uma retomada foi demarcada. Atualmente é administrada pela Associação Pataxó de Ecoturismo – ASPERTUR, no local se desenvolve um trabalho de Afirmção Cultural, Preservação do Meio Ambiente e Ecoturismo. As visitas são feitas em pequenos grupos e acompanhadas por guias e instrutores que explicam detalhadamente as características da região.

A aldeia também é chamada de “aldeia turística”, mas somente a parte do pontal de Coroa Vermelha inicialmente ocupada em 1972, uma vez que a vida ali é dedicada inteiramente ao comércio para turista. Desde o início de sua construção social, Coroa Vermelha, se caracteriza pela atividade comercial visando ao turista que visita a aldeia principalmente na chamada “alta temporada” de verão. Nessa época, há um grande aumento do fluxo populacional entre as aldeias Pataxó. Além disso, como todas as aldeias Pataxó nasceram a partir de um único aldeamento, as relações de parentesco e afinidades entre os índios não se circunscrevem a um ou outro núcleo, mas extrapolam as fronteiras geográficas dos municípios nos quais as aldeias se inserem.

Devido à socialização ser intensa no verão entre os Pataxó da Coroa Vermelha a aldeia se tornou ponto de encontro de pataxós de diversos lugares, que discutem a situação geral das aldeias, a “Nação Pataxó”, e trocam informações. Os índios ali permanecem até as comemorações do Dia do Índio (19 de Abril), do Descobrimento do Brasil (22 de Abril) e da Primeira Missa (26 de Abril) quando apresentam para os demais brasileiros sua etnicidade. Em seguida, voltam às atividades menos agitadas do inverno.

Assim, além de crescer em termos demográficos com as migrações permanentes, Coroa Vermelha é o centro receptor dos pataxós de diversos locais, principalmente no verão. Esse caráter migratório é possibilitado pelo grande fluxo turístico nessa estação, quando as casas de alguns índios ficam cheias de parentes e convidados que residem fisicamente em outras aldeias.

A aldeia de Coroa Vermelha não pode ser vista como um todo uniforme, tanto por suas características territoriais quanto pelos significados que caracterizam em relação aos fatores sociais em parte ou em geral, uma vez que os próprios índios carregam cargas semânticas diferenciadas.

Grünwald (2001) a chama de aldeia turística pelo fato de ter sido construída especificamente para venda de artesanato a turistas. A construção social de Coroa Vermelha sempre teve em mira a atividade turística, e o turismo abriu espaço para uma atividade artesanal que visa especificamente aos turistas, pois não vêem índios vendendo ou procurando vender artesanato

para pessoas que moram nas imediações. A aldeia está situada junto à cruz que representa a primeira missa celebrada em solo brasileiro. O local, portanto, já é por si mesmo característico de visitação turística, tanto que, ao seu redor encontram-se diversos bares e representantes cujos nomes costumam fazer referências aos índios ou ao episódio histórico da primeira missa, e cujo funcionamento está direcionado ao atendimento a turistas. A ocupação de Coroa Vermelha começou precisamente, no dia 7 de novembro de 1972, quando o índio Itambé²³ se transferiu com sua família para o ilhéu de Coroa Vermelha, pressionado em Monte Pascoal pela política genocida do IBDF (GRÜNEWALD, 2001). Foi somente no ano seguinte, no entanto, que solicitou e obteve autorização da Capitania dos Portos de Porto Seguro e do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) para edificar uma morada permanente no local (SAMPAIO, 1996).

Segundo Itambé, foi a partir de 1976 que o turismo começou em Coroa Vermelha. O artesanato era vendido no chão, em cima do banco em frente à cruz ou com os colares pendurados em uma cordinha estirada entre dois paus fincados no chão. Os turistas não eram muitos, mas suficientes para garantir o sustento das famílias que lá moravam, já que naquela época só os índios vendiam artesanato. As famílias indígenas que chegavam, em seguida foram organizadas na área pelo prefeito, que resolveu beneficiar Coroa Vermelha, fazendo dela uma aldeia. Em fins dos anos 1970, o prefeito deslocou um fiscal da prefeitura e loteou a terra para os índios (vinte metros quadrados para cada um), ficando cada índio responsável por seu lote. Todos os que moravam em Coroa Vermelha ganharam lotes, embora alguns tenham vendido os seus.

Instalados em Coroa Vermelha desde a primeira metade dos anos 1970 e vivendo do artesanato vendido aos turistas, os Pataxó ocupavam residencialmente o pontal da Coroa Vermelha, que tem como eixo cerca de quinhentos metros de pista que ligam a BR-367 ao monumento (Cruz da Primeira Missa) situado na orla da praia. Os Pataxó também se beneficiaram da disponibilidade, nas proximidades, da matéria-prima necessária à confecção do artesanato: é em um platô próximo à Coroa Vermelha que os índios desde o início da década de 1970 coletam parte da madeira (principalmente galhos de arapati e arruda) e das sementes de que necessitam. Tanto na Praia quanto na Mata, não se encontram, no início dos

²³ Ele tem 72 anos, nasceu em Caraíva, pai de oito filhos, receita e vende remédios, e diz coisas simples, claras e profundas. Chama-se Alberto Espírito Santo Matos, mais conhecido por Itambé, pajé (curandeiro, líder espiritual) da aldeia pataxó Coroa Vermelha, usa um belíssimo cocar de penas azuis que lhe orna a cabeça e os ombros, convertido ao catolicismo é hoje uma espécie de médico natural da aldeia. Estabelecido comercialmente no Shopping Indígena de Coroa Vermelha, em meio a inúmeras lojas de artesanato, que são confeccionadas pelos próprios índios da comunidade, recebe a visita de muitas pessoas, e nesse lugar concedeu uma entrevista para a pesquisadora. Emociona-se quando é questionado sobre a atual situação de seu povo e principalmente quanto aos índios de Coroa Vermelha: “Temos que preservar e ensinar aos jovens a nossa cultura e tradições”, diz ele, preocupado com o alcoolismo, uso de drogas dentro da aldeia que ajudou a fundar.

anos 1970, quaisquer outros ocupantes. Por fim, no que diz respeito à situação legal dessas áreas, Sampaio (1996) diz que a Mata se constituiria então em terras devolutas do estado, enquanto que a Praia pertencia desde 1906, ao patrimônio municipal de Santa Cruz Cabralia, por força da lei Estadual 169, de 13 de setembro (SAMPAIO, 1996).

Nesse tempo se iniciaram as ocupações indígenas desordenadas no pontal da Coroa Vermelha, principalmente uma, de 1993, próxima à margem do rio Jardim. Chamada pelos índios de “Aldeia Nova”, acabou por ficar conhecida como “Invasão”. Nessa época, alguns líderes da comunidade já exerciam um rigoroso controle sobre a área ocupada na Mata em 1990, embora apenas umas dez famílias mantivessem moradias permanente ou transitória no local. Em 1997, outra área de mata foi ocupada pelos Pataxó da Coroa Vermelha, que ficou conhecida como Gleba B na demarcação da TI de Coroa Vermelha. Em abril de 1998, no Dia do Índio, os Pataxó receberam a portaria de demarcação da TI de Coroa Vermelha das mãos do Presidente da FUNAI. A portaria lhes garante toda a terra de mata e a praia. Seria somente no fim de 1999, entretanto, que se iniciaria a retirada dos não índios e das casas indígenas, com o trabalho de reurbanização da Coroa Vermelha visando a torná-la palco das comunicações e manifestações de diversos segmentos sociais referentes aos 500 anos de Brasil, em abril de 2000 (GRÜNEWALD, 2001).

O mesmo autor diz que talvez por ser uma aldeia urbana comercial e sob forte impacto do chamado “Imperialismo Colonial”, vários pataxós de Barra Velha não consideram Coroa Vermelha uma aldeia. Existe entre os Pataxó aquilo que se chama “Vida em aldeia”, e muitos pataxós da própria Coroa Vermelha afirmam que vários dos nascidos ali não sabem o que é isso. Um caráter urbano, um “individualismo” exacerbado por conta da intensa e exclusiva atividade comercial que compete com a dos não índios, faz com que a vida em Coroa Vermelha se distancie daquilo que eles entendem por vida em aldeia. É justamente nesse distanciamento do modo de vida caracteristicamente indígena que se encontra o problema do reconhecimento, em especial por parte dos não-índios, da Coroa Vermelha como área indígena. Não distante Coroa Vermelha seja considerada pelos pataxós de todas as aldeias uma terra indígena e chamada de aldeia nesse sentido, reconhecida sua especificidade urbana e comercial (GRÜNEWALD, 2001). Há um sério problema na região, os “nativos” de Santa Cruz Cabralia que assumem uma postura ostensiva (ou mesmo ofensiva) contra os pataxós da Coroa Vermelha ou, mais, recorrentemente, discriminam, sendo também comum uma postura de indiferença. A população carente da região não aceita o fato de os Pataxó terem proteção especial do estado através do órgão tutor. São diversas as demonstrações de repúdio por parte da população residente não índio que acusa os índios de práticas violentas. Grunewald (2001)

aponta algumas acusações que são muitas: corruptos, bêbados, maconheiros ou drogados, espertalhões e segundo o autor elas não são acionadas apenas pelos nativos de baixa renda, a elite de Santa Cruz Cabralia, principalmente, os empresários ligados aos setores imobiliário, fundiário e comercial, também promovem uma atmosfera negativa contra os Pataxó, inclinando-se a mostrar como os índios estão misturados aos brancos no cotidiano.

Para os donos de barracas da praia, os Pataxó da Coroa Vermelha já não têm mais “alma de índio”, e seu cálculo econômico e de vida, ou seja, suas perspectivas para o futuro, são iguais aos do não índio. A partir de noções preconcebidas sobre a economia indígena, os barraqueiros deslegitimam como indígena o tipo de cálculo para a distribuição da riqueza entre os Pataxó da Coroa Vermelha. Além disso, os não índios nunca admitiram a demarcação da aldeia, acusando os índios de “aculturados” e de levar uma vida “civilizada”, além de não compreenderem como índios que não eram nativos de Coroa Vermelha ocuparam o lugar e obtiveram o apoio da FUNAI. Discriminam os índios tanto nas escolas quanto no acesso ao mercado de trabalho.

Os Pataxó sempre resistiram a essa interferência externa, procurando obter, se não o gerenciamento total, ao menos a decisão dos destinos da Coroa Vermelha. Querem um comércio exclusivamente indígena.

4. Material e Métodos

4.1. Universo da Pesquisa

O universo deste estudo é constituído pelos índios Pataxó de duas aldeias do Extremo Sul da Bahia – na Costa do Descobrimento.

- Aldeia de Coroa Vermelha (CV) – Terra Indígena Pataxó – 40 entrevistados
- Aldeia de Barra Velha (BV) – Unidade de Conservação de Proteção Integral sobreposta a uma Terra Indígena – 37 entrevistados.

O público alvo: agricultores, pescadores, caçadores, artesãos de madeira e de sementes.

4.2. Aldeias Selecionadas e Amostra

As duas aldeias selecionadas estão localizadas na área litorânea brasileira, Costa do Descobrimento no Extremo Sul da Bahia. Elas foram definidas de modo intencional por se localizarem em uma das regiões onde os conflitos entre UC e TI estão mais em evidência. Onde os Pataxó reivindicam a inclusão dos Parques Nacionais de Monte Pascoal em Porto Seguro e do Descobrimento em Prado, além de algumas fazendas do entorno a suas terras. Estas aldeias foram escolhidas com o objetivo de abranger uma diversidade maior de contexto onde moram os índios Pataxó. A opção que se colocou como a mais adequada ao atendimento do objetivo foi a utilização do critério das ocupações (caçadores, agricultores, pescadores e artesãos de sementes e de madeira), assim, decidiu-se que a quantidade de entrevistados na pesquisa seria por ocupação de acordo com a quantidade de associações e associados, cuja indicação se deu pelo critério de amostra casual simples, sorteio aleatório, incluindo somente os que trabalham diretamente com os recursos naturais das aldeias.

Com este procedimento, buscou-se não só abranger boa parte do universo dos trabalhadores nas suas ocupações bem como encontrá-los em aldeias com características diversas.

4.3. Tipo de Estudo

Os dados foram procurados diretamente na fonte, predominantemente descritivos, incluindo transcrições de entrevistas, depoimentos e fotografias. Todos os dados da realidade foram considerados importantes. A preocupação com o processo foi maior do que com o produto, deu-se atenção especial ao significado que as pessoas deram ao que revelaram e, ao revelar o ponto de vista dos entrevistados foram checados, sendo confrontados para que fossem ou não confirmados.

A abordagem hipotético-dedutiva foi empregada para possibilitar a abstração necessária e adotados os seguintes procedimentos:

Histórico: Promovido por Boas (LAKATOS, 1991). Consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. Colocando-se os fenômenos, as instituições, no ambiente social em que nasceram, entre a suas condições “concomitantes”, torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à

gênese e ao desenvolvimento, assim, como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstituído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos (LAKATOS, 1991).

Comparativo: Empregado por Tylor (LAKATOS, 1991). Confunde-se com a própria Antropologia – é uma das mais ambiciosas metodologias vigentes que há (LAPLANTINE, 1994). Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano. Este método realiza comparações com a finalidade de verificar *similitudes* e explicar *divergências*.

É usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira “experimentação indireta”. É empregado em estudos de largo alcance e de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos. Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo *descritivo* pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura; nas *classificações*, permite a construção de tipologias; finalmente, em nível de *explicação*, pode, até certo ponto, apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes (LAKATOS, 1991).

Estatístico: Planejado por Quetelet (LAKATOS, 1991). Permite obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si.

Esse método significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos e outros a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comparar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza ocorrência e significado. O seu papel é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise (LAKATOS, 1991).

Monográfico: Os objetivos deste estudo exigiram também o método Monográfico, criado por Le Play (LAKATOS, 1991). Parte do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos

semelhante. Consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com a finalidade de obter generalizações.

A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciam e analisando-o em todos os seus aspectos. Em seu início o método consistia no exame de aspectos particular, entretanto, o estudo monográfico pode, também, em vez de se concentrar em um aspecto, abranger o conjunto das atividades de um grupo social particular (como exemplo grupo indígena). A vantagem do método consiste em respeitar a “totalidade solidária” dos grupos, ao estudar em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos (como exemplo, os de aldeias) (LAKATOS, 1991).

4.4. Coleta dos Dados

Para coleta de dados foram adotados três procedimentos básicos: observação direta, entrevista e questionário.

1. **Observação:** dirigida nas duas aldeias selecionadas, foram observados os moradores em sua disposição e atitude de cooperação no seu trabalho de desenvolver boas relações com a natureza. Todas as observações foram registradas em um relatório. Dos registros das observações, foram levantados dados que relacionados a outros obtidos em demais procedimentos, ofereceram pistas que integram as reflexões do tema deste estudo.
2. **Entrevista Semi-Estruturada: Instrumento A:** Aplicado aos índios, objetivando captar seus discursos sobre: - onde encontrar o produto do trabalho; - o que utiliza para trabalhar (ferramentas); - que espécies ele sabe que existem na área; - o que faz para ajudar a conservar os recursos naturais da aldeia; - como enxerga o futuro do povo e da aldeia e soluções que daria para resolver a questão do uso dos produtos da natureza (APÊNDICE A).
3. **Questionário: Instrumento B:** Utilizado com a finalidade principal da pesquisa.
 - Dados sobre a aldeia e o índio, objetivando a caracterização das aldeias (local/regional) e levantamento de dados pessoais que permitiram traçar o perfil de cada entrevistado e suas ocupações.
 - Dados opinativos e informativos sobre a ocupação (trabalho) e a relação do índio Pataxó com a natureza (manejo dos recursos naturais da aldeia) além de dados sobre a

Mata Atlântica e a Reserva da Jaqueira, questão fundiária e a legislação ambiental (APÊNDICE B).

Os instrumentos foram elaborados pela pesquisadora e se encontram em Apêndice. Elaborados num intuito de obter respostas para estas novas experiências vivenciadas e favorecer o sucesso de proteção ambiental.

Todo material levantado foi exaustivamente examinado, discutido e, a partir da organização das respostas obtidas com os entrevistados, foram construídas categorias de análises dentro do perfil obtido por meio do questionário, considerando os objetivos do estudo. Elaborou-se um plano para estudo mais sistemático dessas categorias buscando-se obter as percepções e representações que os índios têm e fazem dos aspectos abordados nas entrevistas e dos dados coletados, mediante aplicação dos instrumentos. Finalmente as categorias foram submetidas a levantamento estatístico que proporcionou uma análise quantitativa mais aprofundada das ocupações definidas.

Foi utilizado o processo de amostragem simples para a coleta de dados. Nas associações de pescadores, agricultores e de artesãos das aldeias foi feito um sorteio entre os nomes dos associados e então era passado para a pesquisadora o local de moradia ou o local de trabalho do sorteado, conseguindo dessa forma uma variabilidade de indivíduos de diversas posições da aldeia, níveis de escolaridade e renda mensal.

O entrevistado era então acompanhado pela pesquisadora num período de um a dois dias nas suas tarefas cotidianas. Havia certa agilidade na observação quando alguns entrevistados trabalhavam em conjunto ou em locais bem próximos. Cita-se como exemplo a condição dos pescadores que por estarem todos envolvidos no mesmo contexto, local e horário, possibilitava uma observação coletiva. Outro exemplo são os artesãos de madeira que na maioria dos casos trabalham num mesmo local, ou seja, nas oficinas.

Considera-se o questionário semi-aberto, porque suas perguntas além de permitirem atribuições de valores numéricos as suas respostas criaram oportunidades para depoimentos dos entrevistados, provocando a emergência de assuntos que passariam despercebidos caso a pesquisa tivesse sido baseado apenas em questões completamente fechadas. As 26 questões foram parametrizadas e a seguir efetuou-se a determinação das frequências para cada pergunta. As questões 1 e 2 serviram para caracterizar a população entrevistada. Converteram-se as respostas a 24 perguntas do questionário em dados quantitativos, obedecendo-se às premissas de atribuição de valores numéricos, mencionados entre parênteses do Instrumento B (APÊNDICE B). Para 16 perguntas, conceberam-se escalas de três pontos, ou seja, os valores atribuídos às suas respostas foram 1, 2 e 3. Nestes casos,

encontram-se três propriedades que são destacados por Pereira (2001); “reconhece a oposição entre contrários, reconhece gradiente, e reconhece situação intermediária”. Para as demais perguntas (oito) as escalas concebidas foram de dois pontos, reconhecendo-se apenas a oposição entre contrários. As questões 3 até a 10 foram elaboradas para caracterizar dados pessoais dos entrevistados. Há cinco perguntas elaboradas para avaliar a relação do entrevistado com a natureza (11, 12, 13, 14 e 15); três questões para saber do relacionamento dele com instituições (16, 17, 18); quatro questões para observar conhecimentos (19, 20, 21, 22) e mais quatro questões para saber opiniões (23, 24, 25 e 26). Utilizou-se Tabelas e Gráficos como Miles e Huberman (apud PEREIRA, 2001) recomendam que a análise de dados qualitativos se ampare em representações visuais, como gráficos ou esquemas, em lugar de modos narrativos “[...] após ter observado seu objeto em toda a sua complexidade por meio de diferentes medidas interessa ao investigador ter uma medida geral que lhe permita alguma conclusão para seu estudo”. Por fim, para que as aldeias pudessem ser comparadas com precisão, analisou-se relações entre variáveis, utilizando associação em Tabelas de Contingência aplicando o teste de Qui-quadrado (X^2).

O X^2 é um teste que calcula o total de desvios entre o número de ocorrências observadas e examina sua probabilidade segundo um padrão de distribuição definido de acordo ao número de graus de liberdade da tabela de contingência. A fórmula utilizada para seu cálculo é o seguinte:

$$X^2 = \sum \frac{(O-E)^2}{E}$$

O= Frequência Observada E= Frequência Esperada

Com o teste aplicado, foi possível argüir ocorrências aleatórias ou se escondia algum padrão proposital, o que sugeriria uma relação entre as variáveis contingenciadas (LAVILLE, 1999; PEREIRA, 2001) chegando ao resultado da pesquisa.

O questionário aplicado aos índios foi idêntico aos aplicados às índias, às quatro ocupações e iguais nas duas aldeias. As primeiras versões do questionário foram testadas, avaliadas e melhoradas através de entrevistas-piloto com os professores indígenas das escolas da aldeia. Durante estas entrevistas, identificou-se trechos do questionário que necessitavam ser modificados para facilitar a compreensão das perguntas pelos entrevistados. Também foi possível avaliar o tempo gasto na aplicação do questionário e determinar um ritmo na condução dos entrevistados que possibilitasse chegar ao final sem que estes se sentissem incomodados. Considerou-se o questionário adequado para ser aplicado aos índios pataxós após o quinto professor ser entrevistado (APÊNDICE B).

Durante todo o tempo em que durou o trabalho de campo o observador passou a ser participante, isto é inevitável se considerarmos que é impossível conviver por um tempo num local sem se envolver ou participar dos acontecimentos ao redor.

5. Resultados

Neste item são apresentadas as caracterizações dos índios pataxós, as representações dos entrevistados, suas concepções e o modo pelo qual vêm a prática em relação à conservação, recuperação e preservação diante do manejo dos recursos naturais da aldeia. Estes temas: conservação, recuperação e preservação têm inquietado autoridades ambientais nas esferas Federal, Estadual e Municipal em todo o País. Eles suscitam discussões, porque apontam, com estatísticas, os resultados de todo o trabalho realizado pelos sistemas de meio ambiente. E a considerar as estatísticas os resultados são cada vez mais preocupantes.

Os resultados deste estudo serão apresentados em três (3) passos:

1º. Passo: Resultados das Entrevistas

2º. Passo: Resultados do Questionário – principal instrumento deste estudo, que é a apuração de dados quanto o conhecimento e ação dos índios pataxós em relação ao tema abordado.

3º. Passo: Resultados da Observação

5.1. Resultados das Entrevistas

- Instrumento A:

Foram entrevistados 80 índios pataxós. Todas as falas apresentadas aqui, observaram-se um leque muito grande e diversificado de respostas, bem como a dificuldade por parte de muitos entrevistados em elaborar e expressar conceitos. Alguns responderam de forma vaga, difusa, outros de forma confusa, há ainda os que utilizaram expressões consagradas (ditados, provérbios) e aqueles que se recusaram a expressar suas próprias concepções. Mas, no total, todos participantes são favoráveis à busca de uma solução para recuperar os remanescentes da Mata Atlântica. Os discursos são apresentados na íntegra pela pesquisadora.

As questões em pauta na entrevista foram as seguintes:

“Onde encontra o produto do seu trabalho?”

Na Tabela 1 é apresentado à obtenção de insumos por aldeia e por ocupação.

Observa-se que para os pescadores das duas aldeias não apresentam diferença ou pescam no “rio” e ou no “mar”.

Verifica-se diferença entre os agricultores, pois, 100% dos entrevistados de BV recebem os insumos do IBAMA, já os entrevistados de CV, 70% recebem da FUNAI, 50% com os parentes, 30% compram no comércio e 50% eles produzem.

Os artesãos de madeira apresentam diferença entre as aldeias, pois seus objetivos são diferentes na confecção do artesanato e também na finalidade do mesmo. Enquanto os de BV adquirem a madeira no campo (70%) e dão nome de “madeira morta”, os de CV trabalham na confecção de artesanatos para turistas (gamelas e outros objetos) e as madeiras são adquiridas no comércio (80%) e nas serrarias (30%).

Os artesãos de sementes na sua maioria obtêm seus produtos na própria aldeia, porém, os de CV compram no comércio (40%) e na região fora da aldeia que moram (80%).

Tabela 1 - Distribuição da obtenção de insumos por aldeia e ocupação

Ocupação/Fontes do insumo (*)	Coroa Vermelha		Barra Velha		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pescadores						
No mar	10	100,0	10	100,0	20	100,0
No rio	2	20,0	5	50,0	7	35,0

Agricultores

Com parentes	5	50,0	0	0,0	5	25
Com FUNAI	7	70,0	0	0,0	7	35
No comércio	3	30,0	0	0,0	3	15
Produz	5	50,0	0	0,0	5	25
No IBAMA	0	0,0	10	100,0	10	50

Artesãos de madeira

No comércio	8	80,0	0	0,0	8	47,1
Em serrarias autorizadas	3	30,0	0	0,0	3	17,6
No campo	0	0,0	7	70,0	7	41,2

Artesãos de sementes

Na região	8	80,0	2	20,0	10	20,4
Na aldeia	9	90,0	10	100,0	19	38,8
No quintal	2	20,0	8	80,0	10	20,4
Na roça	2	20,0	1	10,0	3	6,1
No comércio	4	40,0	3	30,0	7	14,3

(*) Resposta múltipla. Porcentagens não somam 100.

“O que utiliza para trabalhar?” (instrumentos/ferramentas)

A Tabela 2 apresenta os instrumentos de trabalho dos pataxós tanto por aldeia como por ocupação e apresenta pequenas diferenças.

Os pescadores de BV não apresentaram uso do *bicheiro*, *balão* e a *tarrafa*. O *espinhel* é usado com algumas restrições. Eles praticam a pesca artesanal e são orientados pela Resex Marinha de Corumbau. Os pescadores de CV fazem parte da Associação de Pescadores da aldeia, eles praticam também a pesca artesanal, embora com mais liberdade, pois as regras são estabelecidas entre eles.

Os agricultores das duas aldeias apresentam as mesmas ferramentas diferenciando no uso da foice, pois os agricultores de BV não fazem uso desse instrumento.

Os artesãos de madeira apresentam diferença acentuada entre aldeias, em razão de trabalharem com objetivos diferentes. Os de CV possuem oficinas (pequenas e precárias) para aprimorarem o artesanato vendido ao turista. Os de BV fazem o artesanato na madeira encontrada no campo chamada de “madeira morta” e confeccionam objetos como imagens, bichos, banquinhos, móveis, aparador de porta, objetos bem rústico.

Tabela 2 - Distribuição de instrumentos de trabalho por aldeia e ocupação

Ocupação/Instrumento (*)	Coroa Vermelha		Barra Velha		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pescadores						

Rede	9	90,0	10	10,0	19	95,0
Anzol	6	60,0	8	80,0	14	70,0
Espinhel	2	20,0	3	30,0	5	25,0
Bicheiro	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Barco a motor	4	40,0	2	20,0	6	20,0
Balão	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Tarrafa	2	8,0	0	0,0	2	10,0
Canoa	0	0,0	8	80,0	8	40,0
Bóia	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Agricultores						
Enxada	10	100,0	10	100,0	20	100,0
Facão	9	90,0	10	100,0	19	95,0
Machado	5	50,0	4	40,0	9	45,0
Enxadete	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Cavador	0	0,0	1	10,0	1	5,0
Foice	4	40,0	0	0,0	4	20,0
Trator	3	30,0	1	10,0	4	20,0
Enxadão	1	10,0	8	80,0	9	45,0
Plantador	0	0,0	2	20,0	2	10,0
Artesãos de madeira						
Serra	8	80,0	2	20,0	10	50,0
Motor	9	90,0	0	0,0	9	45,0
Lixa	7	70,0	4	40,0	11	55,0
Cera	5	50,0	0	0,0	5	25,0
Facão	3	30,0	6	60,0	9	45,0
Cavador	3	30,0	0	0,0	3	15,0
Machado	0	0,0	3	30,0	3	30,0
Polidor	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Enxó	2	20,0	3	30,0	5	25,0
Furadeira	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Formão	2	20,0	5	50,0	5	35,0
Faca	2	20,0	4	40,0	4	30,0
Artesãos de sementes						
Linha de tucum	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Agulha	10	100,0	10	100,0	20	100,0
Linha de tucum	10	100,0	10	100,0	20	100,0
Facão	0	0,0	10	100,0	1	5,0
Furadeira	1	10,0	10	100,0	2	10,0
Alicate	2	20,0	0	0,0	2	10,0
Espeto	2	20,0	0	0,0	2	10,0
Tesoura	3	30,0	0	0,0	3	15,0
Isqueiro	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Cera	2	20,0	0	0,0	2	10,0
Tinta	2	20,0	5	50,0	7	35,0

(*) Resposta múltipla. Porcentagens não somam 100.

Os artesãos de sementes de CV diferenciam em pequenos detalhes dos artesãos de BV pois, estes trabalham com poucas ferramentas e não utilizam linha de tucum²⁴ para fazer colar. Oferecem um artesanato menos sofisticado, porém de beleza original.

²⁴ Linha de Tucum – fibra de uma palmeira da mata que, se manejada intensivamente, pode extinguir-se nas matas próximas.

“Quais as espécies de (*) o senhor(a) sabe que existem nesta área?” (* peixe, madeira, sementes, espécie para plantio).

O Quadro 1 apresenta as espécies elencadas pelos entrevistados. Os nomes foram grafados na forma pronunciada pelos entrevistados.

Os agricultores apresentam maior quantidade de produtos básicos que são comuns nas duas aldeias. As outras espécies apontadas pelos entrevistados são raras nas duas aldeias.

Os artesãos de madeira apresentam a maior diferença, somente uma espécie, o Paraju, foi comum nas duas aldeias.

Os artesãos de sementes apresentam 8 (oito) sementes comuns nas duas aldeias, as outras espécies são sementes beira de mar e plantas específicas das regiões das aldeias.

Os pescadores apresentam 5 (cinco) espécies comuns nas duas aldeias, os outros peixes elencados são específicos dos rios e mares das áreas das aldeias.

Quadro 1. Espécies mais conhecidas nas aldeias apontadas pelos entrevistados.

	Coroa Vermelha		Barra Velha	
Pescadores	*Aricó	Pescadinha	*Aricó	Xeréu
	Guaiuba	Curvina	Guaiuba	Guaricema
	Cação	Sardinha	Cação	Biquara
	Bagre	Tainha	Bagre	Grassáí

	Raia	Sororoca Robalo Boca Torta Roncador Camarão	Raia	Pescada Garoupa Caratinga Pena Salema
Agricultores	*Feijão Milho Melancia Abóbora Coco Mandioca Abacaxi Banana Manga Cana	Jiló Tomate Jaca Dendê Laranja Caju Cacau Batata Hortaliças	*Feijão Milho Melancia Abóbora Coco Mandioca Abacaxi Banana Manga Cana	Andu Fava Mamão Pimenta-do-reino Quiabo
Artesãos de Madeira	*Paraju	Muracatiaia Angelin Arapati Pati Buri Tucum Pão-d'arco Comumbá Pau-óleo Suapira Putumujú Arruda Mussutaíba Conduru Jitaí Ipê Jacarandá (raro)	*Paraju	Pikiá Igocheta Oiticica Jaqueira Juerana Pequi Coqueiro Taipora Braúna (raro) Pau-pombo Guanandi Mangue-sereno Pati-pombo Guanandi-mirim
Artesãos de sementes	*Juerana Tento Salsa Matapasso Tingui Milagre Pariri Pacari Fava de Cabra	Café beirão Olho de Gato Ouricuri beira de praia Salsa de praia Coco de Poti Seringa Coco-de-dendê Olho de boi	*Juerana Tento Salsa Matapasso Tingui Milagre Pariri Pacari Fava de Cabra	Fedegoso Mauí Salsa-branca Feijão de porco

* As espécies elencadas nas primeiras colunas são comuns às duas aldeias.

“Como o senhor(a) procede em seu trabalho para ajudar a conservar a natureza? Tem algum procedimento especial que adota para a retirada da madeira?(da semente, para pescar, para plantar)”. Apresentar três maneiras.

A Tabela 3 apresenta a contribuição pessoal de cada entrevistado para conservação da natureza em sua aldeia e no seu trabalho.

Os pescadores de BV contribuem utilizando pesca artesanal; cumprem as orientações da Resex Marinha de Corumbau que tem suas exigências e regras no manejo da pesca; mantém as embarcações de forma correta para não “sujar” o mar e a praia. Os de CV praticam a pesca artesanal também, e obedecem aos acordos feitos na Associação de Pescadores da aldeia;

devolvem os peixes pequenos ao mar; não pescam na época da desova, não poluem e limpam o mar e a praia (lixo); cuidam dos mangues; mantém o barco em bom estado; fiscalizam a área e respeitam os animais em extinção.

Dos entrevistados agricultores, 50 % de CV não fazem queimadas, 30% fazem o aceiro²⁵, 30% juntam o mato para apodrecer. Os agricultores de BV (20%) utilizam o trator para preparar a terra e 70% deles fazem o aceiro.

Os artesãos de madeira de CV, 70%, disseram que estão buscando outra opção de trabalho para deixar as oficinas de artesanato. Os de BV, 50% dos entrevistados, disseram que aproveitam a madeira que existe no campo e 50% não compram e não derrubam árvores.

Os artesãos de sementes das duas aldeias informaram que procuram ferramentas apropriadas para retirar as sementes das árvores para não danificar os galhos. 40% dos entrevistados de CV retiram somente as sementes boas para o uso e 30% plantam árvores. 40% dos entrevistados de BV plantam árvores que dão sementes e 40% podam as árvores para que elas possam oferecer mais e melhores sementes e a árvore fique mais viçosa.

Tabela 3 - Contribuição pessoal para a conservação da natureza por aldeia e ocupação

Ocupação/Contribuição (*)	Coroa Vermelha		Barra Velha		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pescadores						
Devolve ao mar / rio peixes pequenos	2	20,0	0	0,0	2	10,0
Não pesca na época de desova	3	70,0	3	30,0	10	50,0
Não joga / recolhe lixo do mar	6	60,0	0	0,0	6	30,0
Cuida das margens	1	10,0	0	0,0	1	5,0

²⁵ Aceiro – é a denominação que se dá aos extremos de uma roça.

Limpa praia	2	20,0	0	0,0	2	10,0
Respeita os corais	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Mantém o barco em bom estado	2	20,0	1	10,0	3	15,0
Fiscaliza a área	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Cumprir as regras da RESEX	0	0,0	3	30,0	3	15,0
Pratica pesca artesanal	0	0,0	6	60,0	6	30,0
Respeita animais em extinção	3	30,0	0	0,0	3	15,0
Fiscaliza as tartarugas	0	0,0	1	10,0	1	5,0
Agricultores						
Não faz queimada	5	50,0	0	0,0	5	25,0
Junta o mato para apodrecer	3	30,0	0	0,0	3	15,0
Faz aceiro	3	30,0	7	70,0	10	50,0
Participa de reuniões	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Aproveita bem a terra	2	20,0	3	30,0	5	25,0
Planta árvores	0	0,0	1	10,0	1	5,0
Utiliza o trator	0	0,0	2	20,0	2	10,0
Previne incêndios	1	10,0	0	0,0	1	5,0
Informa os amigos dos perigos	0	0,0	1	10,0	1	5,0
Artesãos de madeira						
Busca outra opção de trabalho	7	70,0	0	0,0	7	35,0
Compra somente de serrarias autorizadas	3	30,0	0	0,0	3	15,0
Busca opção na argila / coqueiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Planta árvores	2	20,0	1	10,0	3	15,0
Aproveita a madeira que existe no campo	0	0,0	5	50,0	5	25,0
Não compra ou derruba árvores	1	10,0	5	50,0	6	30,0
Artesãos de sementes						
Retira sementes sem quebrar os galhos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Planta árvores que dão sementes	3	30,0	4	40,0	7	35,0
Usa ferramentas apropriadas	8	80,0	8	80,0	16	80,0
Retira somente as sementes boas para uso	4	40,0	0	0,0	4	15,0
Junta os galhos para apodrecer	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Poda árvores	0	0,0	4	40,0	4	20,0
Conhece os tipos de árvores	1	10,0	3	30,0	4	20,0

(*) Resposta múltipla. Porcentagens não somam 100.

“Como o senhor(a) enxerga o futuro da sua aldeia e do seu povo quando observa os recursos naturais desaparecendo? Que solução daria para resolver a questão do uso dos produtos da natureza da aldeia?”

(Entrevista nº 1, Pescador – CV)

“A vida é difícil e o mais importante é vê os filhos estudando e viver bem no futuro. O futuro da aldeia é a escola”.

“Cuidar da pesca e respeitá-la”.

(Entrevista nº 2, Pescador – CV)

“Se a gente cuidar do lugar, os filhos terão oportunidade de fazer algo melhor na vida”.

“Proibir uso de algumas ferramentas ou tipo de pesca de pessoas estranhas na aldeia – daqui a 3 ou 4 anos não vai ter peixe, pois o balão usado de forma errada leva todos os peixes e não deixa o peixe crescer, vai ser necessário pescar em outras áreas”.

(Entrevista nº 4, Pescador – CV)

“Acredito que os nossos filhos serão melhores que nós. Eles estudam e aprendem na escola”.

“Proibir pescadores de Porto Seguro que vêm pescar na área da aldeia e deixam lixo na praia e jogam fora os peixes pequenos trazendo urubu e mau cheiro”.

(Entrevista nº 6, Pescador – CV)

“A gente não sabe do futuro, mas sabe que necessita de ajuda”.

“Conscientização de cada um ou de todos na aldeia da importância da natureza para nós e nossa cultura”.

(Entrevista nº 8, Pescador – CV)

“Eu tenho esperança de um futuro melhor para a aldeia se acontecer parceria para os pescadores e para a escola da aldeia. O estudo faz os filhos pensarem mais”.

“Procurar fazer projetos para repor as coisas que estão se acabando na aldeia. O rio Mutari e o rio Jardim que correm na aldeia e faz uma barra, necessita de mais cuidados e nós não temos recursos para limpar e arrumar”.

(Entrevista nº 10, Pescador – CV)

“Eu acredito na liderança da aldeia e vejo um futuro melhor nos cuidados da aldeia”.

“A rede de arrasto deve ser proibida na área da aldeia os que usam aqui, não são pescadores da aldeia”.

(Entrevista nº 41, Pescador – BV)

“Cuidar melhor da aldeia para os filhos viverem melhor. Ainda bem que tem uma boa escola aqui na aldeia”.

“Necessita cuidar melhor do mangue, os caranguejos estão morrendo e a gente não sabe a causa”.

(Entrevista nº 44, Pescador – BV)

“O estudo é a benção dos filhos e eles têm que buscar conhecimento. Os filhos serão aquilo que os pais deixaram, ou eles vão chorar, ou eles vão alegrar. Tudo depende que os pais fazem ou deixam de fazer na aldeia”.

“Projetos para combater o desmatamento nas cabeceiras dos rios que estão secando”.

(Entrevista nº 46, Pescador – BV)

“De cinco anos para cá, vejo a vida melhor na aldeia e a escola é o melhor lugar para as crianças. A gente procura dá a elas uma vida melhor, melhor que a nossa”.

“Com a chegada da Resex a vida melhorou muito. E com a proibição dos barcos grandes e estranhos que vinham pescar aqui na nossa área, a vida do pescador ficou bem melhor”.

(Entrevista nº 48, Pescador – BV)

“Acredito no futuro melhor dos meus filhos, pois eles estudam. Nós não. Nossos pais não entendiam isto e por isto destruíram tudo”.

“Fiscalizar mais os parentes que tiram as árvores e destroem a natureza, a natureza é nossa vida”.

(Entrevista nº 50, Pescador – BV)

“Hoje a vida tem outro rumo, tenho trabalho e estudo e sei que o futuro é melhor assim”.

“Continuar fiscalizando a área para natureza continuar oferecendo comida ao índio”.

(Entrevista nº 80, Pescador – BV)

“Quando Deus fecha os olhos do índio (cego) Ele enlarguece a garganta, a gente hoje tem a Resex que nos ajuda a vê um futuro melhor”.

“Aumentar a fiscalização. Nós fazemos pesca artesanal para preservar a natureza, aí, vêm as embarcações do sul e trazem grandes redes e espinhel para pescar na área de preservação. É aquela história de que terra de índio não tem dono. As grandes embarcações entram na reserva e não aceitam a fiscalização do próprio índio. Essas embarcações passam por cima das ferramentas do pequeno pescador que tem canoa a vela”.

(Entrevista nº 78, Pescador – BV)

“Hoje, além de fiscalizar o mar, a gente também aprende ter conhecimento de manejo e da parte legal da Resex”.

“Os direitos eu não sabia, estou aprendendo. Hoje eu compreendo tudo melhor. A solução para o futuro da aldeia é a parceria que nos ajuda a chegar a ter melhor conhecimento para cuidar do que é nosso”.

(Entrevista nº 11, Agricultor – CV)

“Ter uma aldeia mais organizada. O branco invade o meio da gente e vai insistindo até que chega ao ponto de briga. Eu quero viver uma vida mais calma”.

“Não desmatar perto das nascentes dos rios que cortam a Reserva da Jaqueira. Ser mais cuidadoso com o fogo e reflorestar, eu sei que as árvores servem de alimento”.

(Entrevista nº 13 – Agricultor – CV)

“Cuidar mais das terras. O futuro dos filhos é a terra e a aldeia precisa ser mais cuidada”.

“Procurar solução para os rios da aldeia que cada dia que passa eles ficam mais sujos”.

(Entrevista nº 14, Agricultor – CV)

“Nossos filhos estudarem e se conscientizarem que as áreas de pescar, plantar, a mata e os rios dependem somente deles e de nós para fazer um futuro melhor”.

“Capacitação e melhorar o ensino de Educação Ambiental na aldeia para os futuros donos serem preparados para continuar a fazer o melhor na aldeia. Fazer viveiros – plantar bastante e a escola ensinar a conhecer sementes”.

(Entrevista nº 19, Agricultor – CV)

“O futuro de uma aldeia urbana é diferente de uma aldeia da mata, o futuro é incerto, os costumes são outros”.

“A solução é ajudar o índio na agricultura para ele não precisar estragar o que a natureza lhe dá”.

(Entrevista nº 51, Agricultor – BV)

“O futuro da aldeia será melhor se o índio cuidar da terra e valorizar mais. A terra é a mãe do índio e o futuro da aldeia é a terra”.

“Cuidar mais da natureza da aldeia. O índio não tem muito recurso para cuidar dos seus rios e da terra. É preciso cuidar dos mangues que estão acabando e fazer projetos para limpar os rios e os mangues e toda aldeia”.

(Entrevista nº 53, Agricultor – BV)

“Trabalhar é o futuro da aldeia. Não pode esperar o futuro é preciso trabalhar que o futuro com certeza vai ser melhor”.

“O índio precisa de saúde para trabalhar e ajudar a aldeia. Não há remédio, posto de saúde, fica difícil cuidar das coisas da aldeia sem saúde”.

(Entrevista nº 54, Agricultor – BV)

“Eu acredito que o estudo é o futuro dos filhos, pois ele sofre muito na roça, não tem muito estudo”.

“A solução da aldeia é dar mais atenção para o agricultor para ele plantar direito, melhorar sua roça. Ter técnicos para instruir assim como os pescadores têm a Resex”.

(Entrevista nº 56, Agricultor – BV)

“No passado tudo era mais fácil, a vida na mata oferecia tudo. Hoje na aldeia as coisas são mais difíceis. Não sei como vai ser o futuro da aldeia ou a vida dos meus netos”.

“A solução é o IBAMA que deve resolver mais a fome do índio para ele não destruir as coisas da natureza”.

(Entrevista nº 57, Agricultor – BV)

“Tem melhorado a vida aqui na aldeia, agora, o futuro do índio é a incerteza. O que eu vivi e vi na aldeia só o tempo para poder ver um futuro melhor para o meu povo”.

“O velho não tem mais o que vê, mas o jovem sim. A solução é buscar mais fiscalização e ter mais pessoas para ajudar a cuidar do ambiente da aldeia para as coisas da natureza durar mais. Eu e meu pai andamos até Teófilo Otoni e pegamos uma carona até Governador Valadares para chegar a Belo Horizonte, lá recebemos ajuda para chegar até Brasília. Essa viagem toda com fome e com frio. Em Brasília, meu pai foi atendido e eles ouviram o meu pai, Epifânio, que viajou toda essa estrada e eu junto com ele para falar da aldeia de Barra Velha. Até Pernambuco o meu pai foi umas três vezes para resolver problema da terra, em defesa da terra do índio. Essa é nossa terra e a solução é cuidar dela cada dia mais para os netos”.

(Entrevista nº 21, Artesão de Madeira – CV)

“Acredito num futuro melhor da aldeia e melhor ficaria se todos os índios acreditassem na cooperativa de artesãos”.

“É necessário utilizar artesanatos de semente, de coco, palhas, utilizar a piaçava sem estragar a árvore. E ter sempre capacitação para os artesãos usar os produtos sem estragar a natureza. Eu não quero continuar com a madeira, mas eu preciso de ajuda”.

(Entrevista nº 22 – Artesão de Madeira – CV)

“Nós precisamos viver melhor e cuidar da nossa cultura. O futuro é a nossa cultura”.

“É preciso investir mais na agricultura do índio para ele sobreviver melhor e deixar de usar madeira”.

(Entrevista nº 23, Artesão de Madeira – CV)

“Um futuro melhor será quando o índio tiver como viver sem usar a madeira. Ter outro tipo de emprego, de trabalho”.

“Estudar é a solução e o futuro da aldeia, assim com melhor conhecimento o índio pára de mexer com a madeira”.

(Entrevista nº 25, Artesão de Madeira – CV)

“O futuro são as crianças que estão crescendo e eu não sei dizer o futuro delas”.

“Melhorar a escola para educar melhor os filhos e eles cuidarem melhor do ambiente da aldeia e não mexer no que está se deixando”.

(Entrevista nº 27, Artesão de Madeira – CV)

“A aldeia tem muita gente e vai chegar uma hora que ela não vai poder ter tanta gente junta. O futuro e a solução sempre vem”.

“Produtos sempre faltam e não cobre a necessidade de todos. Eu preciso mais do que o meu trabalho me dá. Deveria aparecer outras opções de trabalho. A madeira não dá lucro para o índio e ele sempre precisa fazer alguma coisa a mais”.

(Entrevista nº 28, Artesão de Madeira – CV)

“O futuro é inseguro”

“Investir em plantil com controle de espécie. Buscar outras opções para não depender da natureza e se depender dela seja de forma sustentável”.

(Entrevista nº 29, Artesão de Madeira – CV)

“Quero um futuro melhor para mim e para os meus filhos. A oficina prejudica a saúde por causa do pó, alguns já estão doentes do pulmão e não tem como tratar. O futuro melhor é ter outro modo de viver, sair da oficina”.

“A solução é dar condição ao índio de ter outro modo de vida que não destrói a natureza”.

(Entrevista nº 62, Artesão de Madeira – BV)

“Seria melhor se o índio não usasse as coisas do branco. A gente usa a telha da casa igual a do branco. O índio quer casa de palha e de tábuas, mas aqui não pode”.

“Aplicar com mais firmeza a lei que ajuda o meio ambiente”.

(Entrevista nº 63, Artesanato de Madeira – BV)

“Já houve tempo que era muito difícil à vida na aldeia. Hoje não. Acredito numa vida melhor no futuro dos meus filhos e netos. A escola é boa e eles aprendem”.

“Já ajudei muito os engenheiros no passado quando vinha demarcar a nossa terra. Eu acompanhava e fazia a comida para os doutores. Antes tudo era mais fácil, o peixe e a mata. É preciso mais fiscalização para o branco não tirar o que é do índio”.

(Entrevista nº 65, Artesão de Madeira – BV)

“Os que estudam vão viver melhor. O futuro da aldeia é o estudo dos filhos”.

“Organizar melhor a vida do índio”.

(Entrevista nº 67, Artesão de Madeira – BV)

“O futuro dos filhos depende da consciência ambiental hoje. A mata no futuro vai ser só um pedacinho para muitos e a riqueza natural animal e vegetal vai ficar só para o conhecimento. O homem não cuida do bem da natureza”.

“Cuidar bem da terra é a solução para o futuro da aldeia”.

(Entrevista nº 32, Artesão de Semente – CV)

“O shopping indígena e a cruz no centro de Coroa Vermelha não trouxe nada para nós índio. As coisas do branco não trazem felicidade para nós índio. O futuro eu não sei dizer, pois tudo aqui é feito como o branco quer”.

“Há tantas coisas para solucionar que eu não sei contar”.

(Entrevista nº 33, Artesão de Semente – CV)

“Se melhorar a venda do artesanato de semente vai acabar com a venda de madeira – é necessário aparecer outras formas de trabalho para melhorar a vida e o futuro do povo da aldeia”.

“A solução vai ser isso, outras opções de trabalho, para o índio sobreviver e sei que eles vão aceitar”.

(Entrevista nº 36, Artesão de Semente – CV)

“O futuro para mim é ver meus filhos trabalhando e fazendo coisas da cultura do índio para não morrer a nossa cultura”.

“Educar mais. A solução é sempre a educação”.

(Entrevista nº 39, Artesão de Sementes – CV)

“Com pouco se consegue viver bem. O futuro é difícil enxergar”.

“Cuidar dos rios da aldeia. A fonte de saúde. Procurar projetos para limpar os rios e todos ter água limpa”.

(Entrevista nº 40, Artesão de Sementes – CV)

“O que eu aprendi estou passando para os meus filhos. Quando crescerem deve passar para os filhos deles. Não deixar a cultura nossa morrer. O futuro da aldeia depende se a gente conservar a cultura do nosso povo”.

“Projetos para limpar a lagoa da aldeia, limpar os rios e assim vai resolver o problema de saúde com água limpa”.

(Entrevista nº 69 – Artesão de Semente – BV)

“O futuro são os filhos e eles estudam na escola da aldeia, então eu acredito num futuro melhor”.

“Fiscalizar. Há muitas regras, na pouca fiscalização”.

(Entrevista nº 70 – Artesão de Semente – BV)

“Olhando a escola, eu vejo o futuro melhor para os meus filhos”.

“Aqui ninguém mexe com a madeira da mata, a gente vive de sementes, só que tem muitos que estão tirando a madeira e culpa o índio. A solução é fiscalizar melhor”.

(Entrevista nº 71, Artesão de Semente – BV)

“Acredito num futuro melhor, sim. Meus filhos estudam e a escola é muito boa e ensina até eles a cuidarem da aldeia”.

“Nas aldeias vizinhas brancos e parentes estão destruindo a mata, aqui a gente luta para conservar e eles destruindo. Deveria ter mais fiscalização”.

(Entrevista nº 74, Artesão de Sementes – BV)

“O estudo é o futuro”.

“A solução deve vir quando todos pensarem em deixar a aldeia limpa sem sujeira, cuidar dos rios e dos mangues para evitar doenças. Tudo depende da saúde até para cuidar da natureza”.

5.2. Resultados do Questionário

5.2.1. Caracterização do Grupo Entrevistado

“Quem são os índios entrevistados?”

São agricultores, pescadores, artesãos de madeira e artesãos de semente das aldeias de Coroa Vermelha-CV e de Barra Velha-BV, aldeias localizadas na Costa do Descobrimento no Extremo Sul da Bahia. Foram entrevistadas 77 pessoas das duas aldeias, sendo 40 da aldeia de CV e 37 de BV. Na Tabela 4 podemos observar que na aldeia de BV foi encontrado apenas 7 artesãos de madeira e nas duas aldeias não foi encontrado caçador. Assim, então, distribuídos.

Tabela 4 - Distribuição da população entrevistada por ocupação e por aldeia (em %)

Ocupação	Participantes				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pescadores	10	25,0	10	27,0	20	26,0
Agricultores	10	25,0	10	27,0	20	26,0
Artesãos de madeira	10	25,0	7	18,9	17	22,1
Artesãos de sementes	10	25,0	10	27,0	20	26,0
Total	40	100.0	37	100.0	77	100.0

A população foi composta por 71,4% de indivíduos do sexo masculino, e 28,6% do sexo feminino (Tabela 5). Os artesãos de semente entrevistados, 100% são do sexo feminino (Tabela 6). É uma ocupação que cabe a mulher administrar. O homem que trabalha nesta ocupação, não assume que é um artesão de semente, mas, sim, um ajudante da mulher, pois, é ela quem faz funcionar todas as atividades e distribui as tarefas para os familiares que auxiliam.

Tabela 5 - Sexo da população entrevistada por aldeia (em %)

Sexo	Participantes				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	29	72,5	26	70,3	55	71,4
Feminino	11	27,5	11	29,7	22	28,6
Total	40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 6 - Sexo da população entrevistada por ocupação (em %)

Sexo	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	20	100,0	18	90,0	17	100,0	0	0,0	55	71,4
Feminino	0	0,0	2	10,0	0	0,0	20	100,0	22	28,6
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

5.2.2. Características Pessoais

Da população entrevistada 39% possuem “*mais de cinco filhos*”. Na Tabela 7 observa-se que 40% dos entrevistados de CV possuem de “*três a cinco filhos*”, enquanto os de BV, 45,9% possuem “*acima de cinco filhos*”.

Tabela 7 - Número de filhos da população entrevistada por aldeia

Classe	Número de Filhos	Coroa Vermelha		Barra Velha		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Até 2	11	27,5	9	24,3	20	26,0
2	De 3 a 5	16	40,0	11	29,7	27	35,0
3	Acima de 5	13	32,5	17	45,9	30	39,0
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Dos entrevistados 2,5% concluíram o Ensino Médio. Observa-se na Tabela 8 que os de BV têm o percentual maior (83,8%) que chegaram ao Ensino Fundamental-1 e 13,5% concluíram o Ensino Médio. Os de CV, 80% chegaram a concluir o Ensino Fundamental-1 e apenas 2,5% concluíram o Ensino Médio.

Tabela 8 - Grau de Escolaridade da população entrevista por aldeia (em %)

Classe	Número de Filhos	Coroa Vermelha		Barra Velha		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Até o Ensino Fundamental 1	32	80,0	31	83,8	63	81,9
2	Ensino Fundamental 2	7	17,5	1	2,7	8	10,4
3	Ensino Médio	1	2,5	5	13,5	6	7,8
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Observando a Tabela 9, verifica-se que os agricultores apresentam o percentual maior (55%) de analfabetos. As outras ocupações têm sua maioria no Ensino Fundamental-1.

Tabela 9 - Nível de escolaridade da população entrevistada por ocupação (em %)

Escolaridade	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	5	25,0	11	55,0	4	23,5	7	35,0	27	35,1
Ensino Fundamental 1	11	55,0	7	35,0	7	41,2	11	55,0	36	46,8
Ensino Fundamental 2	2	10,0	2	10,0	3	17,6	1	5,0	8	10,4
Ensino Médio	2	10,0	0	0,0	3	17,6	1	5,0	6	7,8
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

Observa-se nas Tabelas 10 e 11 que os moradores de CV, 67,5% dos entrevistados moram “*mais de 10 anos*” na aldeia. Os de BV, 100% nasceram e residem na aldeia. São os agricultores que apresentam 100% dos que residem a “*mais de 10 anos*” na aldeia.

Tabela 10 - Tempo de residência na aldeia da população entrevistada por aldeia (em %)

Classe	Tempo na Aldeia	Número de pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha		Nº	%
1	Menos de 5 anos	2	5,0	0	0,0	2	2,6
2	De 5 a 10 anos	11	27,5	0	0,0	11	14,3
3	Mais de 10 anos	27	67,5	37	100,0	64	83,1
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 11 - Tempo de residência na aldeia da população entrevistada por ocupação (em %)

Tempo de Residência na aldeia	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 5 anos	1	5,0	0	0,0	1	5,9	0,0	0,0	2	2,6
De 5 a 10 anos	3	15,0	0	0,0	4	23,5	4,0	20,0	11	14,3
Mais de 10 anos	16	80,0	20	100,0	12	70,6	16,0	80,0	64	83,1

Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20,0	100,0	77	100,0
--------------	-----------	--------------	-----------	--------------	-----------	--------------	-------------	--------------	-----------	--------------

Quanto à experiência profissional desses índios observa-se que a maioria (88,3%) está com “*mais de 10 anos*” trabalhando no mesmo ofício. Observando os dados da Tabela 12, verifica-se 85% em CV e 91,9% em BV. Na Tabela 13 os dados apresentam os pescadores (90%) e os agricultores (90%) com percentual maior devido à ocupação passar de pai para filho e fazer parte do nome da família “*Fulano Pescador*” ou “*Beltrano Agricultor*”. As duas outras classes, os artesãos de madeira (88,3%) e os de semente (85%), estão equiparadas.

Tabela 12 - Tempo de experiência do entrevistado no seu trabalho por aldeia (em %)

Classe	Tempo na Aldeia	Número de pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Menos de 5 anos	1	2,5	0	0	1	1,3
2	De 5 a 10 anos	5	12,5	3	8,1	8	10,4
3	Mais de 10 anos	34	85,0	34	91,9	68	88,3
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 13 - Tempo de experiência do entrevistado no seu trabalho por ocupação (em %)

Tempo de Residência na aldeia	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 5 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,0	1	1,3
De 5 a 10 anos	2	10,0	2	10,0	2	11,8	2	10,0	8	10,4
Mais de 10 anos	18	90,0	18	90,0	15	88,3	17	85,0	68	88,3
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100

Constatou-se que 49,4% dos entrevistados têm de “*1 a 3 pessoas*” dos seus familiares envolvidos no seu trabalho e 42,9% estão relacionados a “*nenhuma ajuda*”. Os de CV apresentam 50% de ajuda entre “*1 a 3 pessoas*” e BV, 48,6%. No entanto, CV 2,5% têm “*mais de 3 pessoas que ajudam*” e BV apresenta um percentual bem representativo 13,5% (Tabela 14).

Tabela 14. Número de pessoas da família envolvidas no trabalho do entrevistado por aldeia (em %)

Classe	Pessoas da Família	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Nenhuma	19	47,5	14	37,8	33	42,9
2	De 1 a 3 pessoas	20	50	18	48,6	38	49,4
3	Mais de 3 pessoas	1	2,5	5	13,5	6	7,8
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

Observando a Tabela 15 verifica-se que são os artesãos de semente que apresentam como a ocupação que tem a maior (70%) ajuda familiar, entre “1 a 3 pessoas” e também o maior percentual (15%) com “mais de 3 pessoas”. Observou-se na pesquisa que devido o engajamento do artesanato de semente no mercado turístico, a família se une para trabalhar e produzir mais.

Tabela 15. Número de pessoas da família envolvidas no trabalho do entrevistado por ocupação (em %)

Tempo na ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	12	60,0	8	40,0	10	58,8	3	15,0	33	42,9
De 1 a 3 pessoas	8	40,0	11	55,0	5	29,4	14	70,0	38	49,4
Mais de 3 pessoas	0	0,0	1	5,0	2	11,8	3	15,0	6	7,8
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

Neste estudo foi constatada também, a renda mensal dos entrevistados. Observando a Tabela 16 verificou-se que poucos alcançam o salário mínimo (28,6%). Em CV somente 32,5% dos entrevistados alcançam à renda “acima de R\$ 300,00” e BV 24,3%.

Tabela 16. Faixa salarial da população entrevistada por aldeia (em %)

Classe	Renda Familiar Mensal	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Até R\$ 200,00	18	45,0	18	48,6	36	46,8
2	De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	9	22,5	10	27,0	19	24,7
3	Acima de 300,00	13	32,5	9	24,3	22	28,6
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

Ao observar a Tabela 17, percebe-se que os agricultores (55%) estão na faixa menor entre “R\$ 50,00 a R\$ 100,00”. Eles vivem da agricultura de subsistência e fazem trocas de produtos com os parentes. Os dados também indicam que os artesãos de madeira têm a sua maioria (58,8%) que alcança a renda mensal “*acima de R\$ 300,00*”, ou seja, são eles que possuem um a renda mensal maior.

Tabela 17. Faixa salarial da população entrevistada por ocupação (em %)

Faixa salarial	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De R\$ 50 a R\$ 100,00	1	5,0	11	55,0	4	23,5	4	20,0	20	26,0
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	6	30,0	7	35,0	0	0	3	15,0	16	20,8
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	7	35,0	2	10,0	3	17,6	7	35,0	19	24,7
Acima de R\$ 300,00	6	30,0	0	0,0	10	58,8	6	30,0	22	28,6
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

Ao observar a Tabela 18, percebe-se que há complementação da renda mensal familiar oriunda de outros participantes da família. Os entrevistados de CV apresentam 57,5% que possuem ajuda mensal familiar e em BV 86,5%.

Tabela 18. Composição da renda familiar do entrevistado como outras pessoas da familiar por aldeia (em %)

Classe	Composição da Renda Família	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Apenas o entrevistado	17	42,5	5	13,5	22	28,6
2	Mais pessoas	23	57,5	32	86,5	55	71,4
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

5.2.3. Relação do Índio/Natureza – Importância dos elementos da natureza para o índio

As Tabelas a seguir serão descritas contendo os percentuais relativos à importância dos recursos naturais para o entrevistado por aldeia. Constatou-se que *rios, mata e solo* são elementos considerados (100%) “*sagrados*” nas duas aldeias, por isso, não serão descritos. Observa-se que: *animais, praia e árvores frutíferas* são considerados pelos entrevistados das duas aldeias como elementos de “*respeito*”, e, *mangues e mar* considerados *sagrados*²⁶.

Tabela 19. Interação entre aldeias e a importância atribuída aos animais pela população entrevistada (em %)

Importância/Elemento da Natureza	Animais				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouco Valor	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Respeito	26	65,0	19	51,4	45	58,4
Sagrado	14	35,0	18	48,6	32	41,6
Total	40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 20. Interação entre aldeias e a importância atribuída a praia pela população entrevistada (em %)

Importância/Elemento da Natureza	Praia				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouco Valor	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Respeito	26	65	19	51,4	45	58,4
Sagrado	14	35,0	18	48,6	32	41,6
Total	40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 21. Interação entre aldeias e a importância atribuída a mangues pela população entrevistada (em %)

Importância/Elemento da Natureza	Mangues				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouco Valor	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Respeito	12	30,0	13	35,1	25	32,5
Sagrado	28	70,0	24	64,9	52	67,5
Total	40	100,0	37	100,0	77	100,0

²⁶ Efetuado o Teste de Qui-quadrado.

Tabela 22. Interação entre aldeias e a importância atribuída a mar pela população entrevistada (em %)

Importância/Elemento da Natureza	Mar				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouco Valor	0	0	0	0,0	0	0,0
Respeito	5	12,5	9	24,3	14	18,2
Sagrado	35	87,5	28	75,7	63	81,8
Total	40	100.0	37	100.0	77	100.0

Tabela 23. Interação entre aldeias e a importância atribuída às árvores frutíferas mar pela população entrevistada (em %)

Importância/Elemento da Natureza	Árvores Frutíferas				Total	
	Coroa Vermelha		Barra Velha			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pouco Valor	0	0	0	0	0	0
Respeito	25	62,5	20	54,1	45	58,4
Sagrado	15	37,5	17	45,9	32	41,6
Total	40	100.0	37	100.0	77	100.0

O uso da mata

As tabelas 24, 25, 26 e 27 vêm apresentando o relacionamento dos entrevistados com a natureza e a utilização da Mata pelos entrevistados e a família deles.

Tabela 24. Frequência do entrevistado e família no uso da mata para lazer, cultura, visita, beleza, festa por aldeias (em %)

Classe	Frequência Uso da Mata	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Nunca	3	7,5	8	21,6	11	14,3
2	Uma vez por mês	13	32,5	10	27,0	23	29,9
3	Mais de uma vez por mês	24	60,0	19	51,4	43	55,8
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Observa-se que 55,8% dos entrevistados vão a mata “*mais de uma vez por mês*”. Os de CV (60%) vão a Reserva da Jaqueira e os BV (51,4%) vão ao Parna de Monte Pascoal.

As Tabelas a seguir descrevem três tipos de respostas das seguintes perguntas: - “Se a mata não existisse, a área poderia estar sendo usada para alguma atividade que lhe desse algum lucro? Que tipo de uso?”; - “Se você pudesse substituiria a mata por algum outro tipo de ocupação do solo?”; e, - “Existe algum aproveitamento comercial com o que é produzido na mata? Qual? Quanto representa na renda da família?”. Cada pergunta fornece uma interpretação diferente.

A primeira questão procura verificar qual o uso alternativo da área da mata se a mata não existisse. 85,7% dos entrevistados disseram (Tabela 25) que não fariam uso da área se não fosse terra do índio, o lucro seria para todos, pois a terra serviria de morada (77,5% em CV e 94,6% em BV).

A segunda questão verifica a substituição da área da mata com o consentimento do entrevistado e com o que ocuparia o solo. Observa-se na Tabela 26 que 93,5% deles responderam que não aceitariam outra ocupação do solo a não ser a Mata e plantar mais árvores (CV apresenta 92,5% e BV 94,6%).

A terceira questão averigua o uso comercial dos produtos da mata (cabo para enxada, mourão, cerca e outros). Tanto os entrevistados de CV como os de BV (100%) disseram que não utilizam os produtos para comercializar e quando há necessidade para uso próprio aguardam autorização do Conselho da Aldeia ou do IBAMA (Tabela 27). Diz um pescador de CV: - “*Eu preciso de uma canoa para trabalhar e já tem três meses que espero o Ibama autorizar a retirada da madeira para eu mesmo fazer a minha canoa*”.

Tabela 25. Escolha do uso alternativo da área da mata pelo entrevistado por aldeias (em %)

Classe	Escolha Aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não	31	77,5	35	94,6	66	85,7
2	Sim	9	22,5	2	5,4	11	14,3
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 26. Escolha do uso substitutivo da área da mata pelo entrevistado por aldeia (em %)

Classe	Escolha Aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não	37	92,5	35	94,6	72	93,5
2	Sim	3	7,5	2	5,4	5	6,5
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

Tabela 27. Escolha do uso comercial dos produtos da mata pelo entrevistado por aldeia (em %)

Classe	Escolha Aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não	40	100,0	37	100,0	77	100,0
2	Sim	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

5.2.4. Relação Índio/Instituições

As Tabelas seguintes vêm apresentando as relações do índio e as instituições. A tabela 28 apresenta a atuação do Conselho da Aldeia em punir os que estão cometendo desrespeito ao meio ambiente nos limites da aldeia. Observa-se que dos entrevistados 93,5% disseram que há correção e atuação do Conselho da Aldeia diante dessas ações (CV 95% e BV 91,9%).

Tabela 28. Informação do entrevistado quanto à atuação corretiva do Conselho da Aldeia em punir agressores do meio ambiente nos limites da aldeia, por aldeia (em %)

Classe	Atuação corretiva do Conselho da aldeia por aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não sabe	1	2,5	0	0,0	1	1,3
2	Não	1	2,5	3	8,1	4	5,2
3	Sim	38	95,0	34	91,9	72	93,5
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

Tabela 29. Informação do entrevistado quanto à atuação corretiva do Conselho da Aldeia em Punir agressores do meio ambiente nos limites da aldeia, por ocupação (em %)

Atuação corretiva do Conselho da Aldeia por ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe	0	0,0	0	0,0	1	5,9	0	0,0	1	1,3
Não	2	10,0	1	5,0	0	0	1	5,0	4	5,2
Sim	18	90,0	19	95,0	16	94,1	19	95,0	72	93,5
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

Na Tabela 29 observa-se que as ocupações apresentam um percentual elevado na credibilidade que depositam os entrevistados na atuação e correção do Conselho da Aldeia para resolver as questões ambientais que se apresentam na aldeia (90%, 95%, 94,1%, 95%).

A Tabela 30 vem descrevendo quanto à atuação corretiva de órgãos públicos que atuam como fiscalizadores e que punem agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia. Verifica-se que 64,9% dos entrevistados responderam que “não”, que nunca observaram alguma ação desses órgãos punindo algum índio agressor (CV 60%, e BV 70,3%). Constatam-se nos dados que 40% dos entrevistados de CV, os que afirmaram que já presenciaram, viram apreensão de madeira, de ferramentas de trabalho (motor serra) e até mesmo prisão de vendedores de madeira. Os entrevistados de BV (29,7%) que afirmaram também observar essas ações são os pescadores que ajudam a fiscalizar a orla marítima e fazem parte da Resex da Marinha de Corumbau.

Tabela 30. Informação do entrevistado quanto à atuação corretiva de órgãos do governo em punir agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia, por aldeia (em %)

Classe	Atuação corretiva de Órgãos do governo por aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não	24	60,0	26	70,3	50	64,9
2	Sim	16	40,0	11	29,7	27	35,1

Total	Total	40	100,0	37	100,0	77	100,0
--------------	--------------	-----------	--------------	-----------	--------------	-----------	--------------

Tabela 31. Informação do entrevistado quanto à atuação corretiva de órgãos do governo em punir agressores ao meio ambiente nos limites da aldeia, por ocupação (em %)

Atuação corretiva de Órgãos do governo por ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	12	60,0	13	65,0	10	58,8	15	75,0	50	64,9
Sim	8	40,0	7	35,0	7	41,2	5	25,0	27	35,1
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

Quanto à atuação corretiva dos órgãos do governo, as ocupações variam de 58,8% a 75% dos que responderam “não”.

A Tabela 32 apresenta a oportunidade que o entrevistado teve de fazer alguma capacitação que tenha ajudado no seu trabalho no manejo dos recursos naturais. Observa-se que 75,3% dos entrevistados responderam que não tiveram oportunidade. Verifica-se que 90% dos entrevistados de CV não receberam nenhum curso e os entrevistados de BV apenas 59,5%. Interessante acrescentar que os 40,5% de BV que disseram ter recebido cursos ou capacitação apresentaram o IBAMA (agricultores) e a RESEX Marinha de Corumbau (pescadores) como responsáveis por essas ações. Dentre esses entrevistados que responderam afirmativamente estão incluídos também os brigadistas²⁷, que são capacitados para combater o fogo da mata ou prevenir os moradores da aldeia do perigo devido algumas ações provocadas ou pelo homem ou fenômeno da natureza. Além de serem instruídos para combater o fogo também foram orientados para cuidar do meio ambiente.

Tabela 32. Percentual dos entrevistados que receberam cursos ou capacitação para melhorar suas atividades no manejo dos recursos naturais por aldeia (em %)

Classe	Escolha	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não	36	90,0	22	59,5	58	75,3
2	Sim	4	10,0	15	40,5	19	24,7
Total	Total	40	100,0	37	100,0	77	100,0

²⁷ PREVFOGO – A ONG Flora Brasil, o IBAMA e a Prefeitura de Porto Seguro viabilizam a formação pelo PREVFOGO, o equipamento pelo PROARCO de duas brigadas voluntárias Pataxó de prevenção e combate a incêndios.

Tabela 33. Percentual dos entrevistados que receberam cursos ou capacitação para melhorar suas atividades no manejo dos recursos naturais, por ocupação (em %)

Capacitação/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	14	70,0	14	70,0	14	82,4	16	80,0	58	75,3
Sim	6	30,0	6	30,0	3	17,6	4	20,0	19	24,7
Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

As ocupações apresentam variações entre 70% a 82,4% dos que não receberam cursos para melhorar as condições do trabalho e saber utilizar melhor os recursos naturais. Observando as Tabelas 32 e 33 constata-se que 24,7% dos que receberam cursos a maior parte desse percentual são os pescadores e agricultores da Aldeia de Barra Velha (40,5%).

5.2.5. Relação Índio/Conhecimento de Assuntos Ambientais.

As Tabelas seguintes descrevem o grau de conhecimento dos entrevistados quanto a assuntos pertinentes à aldeia e ao meio ambiente. Foi perguntando ao entrevistado: *“O senhor tem conhecimento ou imagina como era a Mata Atlântica que existia nesta área?”* – 97,4% disseram conhecer o assunto. Alguns disseram ter adquirido através de livros didáticos e ou na escola; outros, através das histórias contadas por seus pais que moraram na mata; e, alguns, os mais velhos, chegaram a viver na mata quando criança e guardam lembranças do que a Mata Atlântica foi um dia e quanto ela representa hoje para ele e seu povo. Diz um agricultor da Aldeia de Barra Velha: *“A mata era como um supermercado, onde tudo se achava nela, desde a casa, água e comida e não precisava ir muito longe para ver os animais de caça que tinha em fartura e a vida era bem tranqüila”*. Observando a Tabela 34, percebe-se que o conhecimento maior é apresentado pelos moradores de BV (100%), embora os entrevistados de CV apresentam também um percentual considerável (95%).

Tabela 34. Grau de conhecimento do entrevistado quanto à situação anterior da Mata Atlântica por aldeia (em %)

Classe	Grau de conhecimento sobre a mata atlântica/aldeia	Número de Pessoas	Total
--------	--	-------------------	-------

		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	1	2,5	0	0,0	1	1,3
2	Conhece parcialmente	1	2,5	0	0,0	1	1,3
3	Conhece	38	95,0	37	100,0	75	97,4
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Foi perguntado também ao entrevistado: - “O senhor já ouviu alguma proposta do governo para negociar a saída dos índios Pataxó deste local?”. 77,9% dos entrevistados disseram que já ouviram essa proposta (Tabela 35). Os entrevistados de BV (97,3%) comentam o fato com maior precisão por morarem numa TI sobreposta a uma UC de Proteção Integral, enquanto os de CV apresentam 60% que tem conhecimento do fato.

Tabela 35. Grau de conhecimento do entrevistado quanto à proposta do governo para saída dos Pataxó da área por eles habitada por aldeia (em %)

Classe	Grau de conhecimento da proposta do governo/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	15	37,5	1	2,7	16	20,8
2	Conhece parcialmente	1	2,5	0	0,0	1	1,3
3	Conhece	24	60,0	36	97,3	60	77,9
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Observando a Tabela 36 percebe-se que o menor percentual apresentado é dos artesãos de madeira com 64,7%, seguidos pelos artesãos de semente com 75%. Os pescadores e agricultores estão mais relacionados ou envolvidos com os problemas sócio administrativos das aldeias por isso apresentam um percentual considerável de 80% e 90%.

Tabela 36. Grau de conhecimento do entrevistado quanto à proposta do governo para saída dos Pataxó da área por eles habitada por ocupação (em %)

Classe	Grau de conhecimento da proposta do governo/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	4	20,0	2	10,0	5	29,4	5	25,0	16	20,8
2	Conhece parcialmente	0	0,0	0	0,0	1	5,9	0	0,0	1	1,3
3	Conhece	20	80,0	18	90,0	11	64,7	15	75,0	60	77,9
Total		24	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

Investigou-se também o grau de conhecimento do índio a respeito das leis de proteção do meio ambiente com as seguintes questões: -“*O senhor conhece as leis de proteção do meio ambiente que protegem a mata e o que existe na sua aldeia?*”. A Tabela 37 apresenta que 87% dos entrevistados têm conhecimento dessas leis. Os de BV, 94,6% que apresentam conhecimento apontam o IBAMA, a RESEX Marinha de Corumbau e o curso de Brigadista como principais responsáveis em transmitir esses conhecimentos por eles adquiridos. Dos entrevistados de CV 80% disseram ter adquirido conhecimentos através das reuniões das Associações que participam na aldeia. Verifica-se na Tabela 38 que os pescadores apresentam 100% de conhecimento. Os agricultores e os artesãos de madeira apresentam um grau de conhecimento considerável (95% e 88,2%), porém os artesãos de sementes apresentam um percentual pequeno (65%) em comparação às outras ocupações. Ao observar as Tabelas 5 e 6 sabe-se que 100% dos entrevistados dessa ocupação são do sexo feminino, portanto, são poucas mulheres Pataxó que se envolvem com assuntos administrativos da aldeia ou tem conhecimento de leis ou de questões fundiárias.

Tabela 37. Grau de conhecimento do entrevistado quanto às leis de proteção ao meio ambiente por aldeia (em %)

Classe	Grau de conhecimento sobre leis ambientais/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	2	5,0	2	5,4	4	5,2
2	Conhece parcialmente	6	15,0	0	0,0	6	7,8
3	Conhece	32	80,0	35	94,6	67	87,0
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

Tabela 38. Grau de conhecimento do entrevistado quanto às leis de proteção ao meio ambiente por ocupação (em %)

Classe	Grau de conhecimento sobre leis ambientais/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
1	Não tem conhecimento	0	0,0	1	5,0	2	11,8	1	5,0	4	5,2
2	Conhece parcialmente	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	30,0	6	7,8
3	Conhece	20	100,0	19	95,0	15	88,2	13	65,0	67	87,0
Total		20	100,0	20	100,0	17,0	100,0	20	100,0	77	100,0

Por fim, foi perguntado ao entrevistado: -“*O senhor sabe dizer se sua aldeia está em Terra Indígena regularizada?*”. Ao observar a Tabela 39 percebe-se que dos entrevistados, 71,4% responderam que têm conhecimento sobre a regularização da área que a aldeia está inserida. Dos entrevistados de BV, 70,3% possuem esse conhecimento, acreditam que é um assunto que faz parte da luta do índio Pataxó. CV apresenta um percentual um pouco maior (72,5%), os entrevistados acreditam que a questão fundiária da aldeia faz parte da vida, da luta e da forma de como cultivar e conservar a cultura do povo em terra indígena.

Tabela 39. Grau de conhecimento do entrevistado quanto à regulamentação da área da aldeia por aldeia (em %)

Classe	Grau de conhecimento sobre a regulamentação da área da aldeia/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	10	25,0	10	27,0	20	26,0
2	Conhece parcialmente	1	2,5	1	2,7	2	2,6
3	Conhece	29	72,5	26	70,3	55	71,4
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

Através da Tabela 38, percebe-se que os pescadores apresentam o maior percentual (100%) dos que conhecem as leis de proteção ambiental, no entanto, é interessante observar na Tabela 40, que somente 65% deles têm conhecimento sobre a questão fundiária da área da aldeia. São os agricultores e os artesãos de madeira que apresentam percentual maior (80% e 88,2%) em conhecer o assunto. Os artesãos de sementes novamente apresentam o percentual menor (55%).

Tabela 40. Grau de conhecimento do entrevistado quanto à regularização da área da aldeia por ocupação (em %)

Classe	Grau de conhecimento sobre a regulamentação da área da aldeia/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não conhece	6	30,0	4	20,0	1	5,9	9	45,0	20	26
2	Conhece parcialmente	1	5,0	0	0,0	1	5,9	0	0,0	2	2,6
3	Conhece	13	65,0	16	80,0	17	88,2	11	55,0	55	71,4
Total		20	100	20	100,0	19	100,0	20	100,0	77	100,0

5.2.6. Relação Índio/Opinião nas Questões Ambientais

Nas Tabelas seguintes observa-se a opinião dos entrevistados que responderam a quatro questões. O primeiro questionamento foi: -“*Por que motivo a mata ainda existe na Reserva da Jaqueira ou no Parque?*”. O entrevistado teve quatro opções: 1. cumprimento da lei; 2. falta de serventia para outro uso; 3. proteção do solo e da água; 4. apreciação da beleza. A opção 2 foi desconsiderada devido não receber nenhuma pontuação, portanto, não será descrita nas Tabelas seguintes. Verificou-se que a maioria dos entrevistados (63,6%) opinou pela apreciação da beleza (Tabela 41). Dos entrevistados de CV 85% acreditam que seja pelo mesmo motivo. Dos entrevistados de BV apenas 40,5% apontaram a opção 4, “beleza”; pois 35,1% deles acreditam que seja pelo “cumprimento da lei” e 24,3% para “proteção do solo e da água”.

Tabela 41. Opinião do entrevistado quanto à razão da existência da mata na área da aldeia, por aldeia (em %)

Classe	Opinião quanto à existência da natureza/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Apreciação a beleza	34	85,0	15	40,5	49	63,6
2	Cumprimento à lei	1	2,5	13	35,2	14	18,2
3	Proteção do solo e da água	5	12,5	9	24,3	14	18,2
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Ao observar a Tabela 42, percebe-se que os artesãos de madeira (70,6%) e de sementes (85%) apresentam os percentuais mais elevados na opção “apreciação da beleza”. Os pescadores apontaram “apreciação da beleza” (55%), porém 35% deles opinaram que a mata ainda existe para “proteger o solo e a água”. Os agricultores (45%) opinaram “apreciação da beleza” e 40% disserem que a mata ainda existe em razão do “cumprimento da lei”.

Tabela 42. Opinião do entrevistado quanto à razão da existência da mata na área da aldeia por ocupação (em %)

Classe	Opinião quanto à existência mata/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Apreciação da beleza	11	55,0	9	45,0	12	70,6	17	85,0	49	63,6
2	Cumprimento da lei	2	10,0	8	40,0	1	5,9	3	15,0	14	18,2

3	Proteção do solo e da água	7	35,0	3	15,0	4	23,5	0	0,0	14	18,2
Total		20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

A segunda questão investiga a opinião do entrevistado quanto: - “*O senhor concorda que o seu povo negocie as terras e vá morar em outro lugar?*”. Dos entrevistados 94,8% disseram que não concordam com a saída do povo Pataxó de suas terras (Tabela 43). Os entrevistados de CV apresentam 95% e os de BV 94,6%.

Tabela 43. Opinião do entrevistado em concordar com a saída do povo Pataxó das áreas que habitam por aldeia (em %)

Classe	Opinião para saída da área/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Discorda	38	95,0	35	94,6	73	94,8
2	Concorda parcialmente	1	2,5	0	0,0	1	1,3
3	Concorda	1	2,5	2	5,4	3	3,9
Total		40	100.0	37	100.0	77	100.0

A terceira questão investiga a opinião do entrevistado quanto: -“*O senhor acredita que os conflitos que existem entre o governo e os índios Pataxó sobre a regularização de posse dessas terras afetam a conservação dos produtos da natureza da área? Por quê?*”. Dos entrevistados 76,6% acreditam que afetam (observar a Tabela 44). Os entrevistados de CV (87,5%) acreditam que afetam devido às dúvidas que eles vivem a cada dia sobre o futuro. Os entrevistados de BV 64,9% apresentam os mesmos motivos além das consequências negativas desses conflitos sobre os recursos naturais da aldeia. Na Tabela 45, observa-se que os artesãos de madeira apresentam o percentual mais alto (94,1%), após vem os pescadores com 80%, seguidos dos artesãos de semente (70%) e agricultores (65%).

Tabela 44. Opinião do entrevistado a respeito dos conflitos da questão fundiária das aldeias e como esses conflitos afetam na conservação/preservação dos recursos naturais por aldeia (em %)

Classe	Opinião questão Fundiária x Conservação/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não afetam	3	7,5	10	27,0	13	16,9
2	Afetam parcialmente	2	5.0	3	8.1	5	6.5

3	Afetam	35	87,5	24	64,9	59	76,6
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 45. Opinião do entrevistado a respeito dos conflitos da questão fundiária das aldeias e como esses conflitos afetam na conservação/preservação dos recursos naturais por ocupação (em %)

Classe	Opinião questão fundiária x conservação/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não afetam	1	5,0	5	25,0	1	5,9	6	30,0	13	16,9
2	Afetam parcialmente	3	15,0	2	10,0	0	0,0	0	0,0	5	6,5
3	Afetam	16	80,0	13	65,0	16	94,1	14	70,0	59	76,6
Total		20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

A quarta questão indaga: -“O senhor considera a legislação de proteção ao meio ambiente adequada?”. Os entrevistados tiveram quatro opções: 1. não tem conhecimento da lei; 2. considera inaceitável; 3. Considera inadequada, mas aceitável; 4. Considera adequada. A opção 2 foi desconsiderada por não receber nenhuma pontuação. Ao observar as Tabelas 46 e 47, verifica-se que o maior percentual das quatro opções se encontra na opção 4, portanto, 89,6% dos entrevistados opinaram que a lei de proteção ao meio ambiente é “adequada”. CV apresenta 87,5% e BV 91,9%. O restante que não apontou essa opção (3,9%) disse *não ter conhecimento da lei*, ou (6,4%) como *inadequada, mas aceitável*.

Tabela 46. Opinião do entrevistado sobre legislação de proteção do meio ambiente por aldeia (em %)

Classe	Opinião sobre a legislação ambiental/aldeia	Número de Pessoas				Total	
		Coroa Vermelha		Barra Velha			
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	2	5,0	1	2,7	3	3,9
2	Considera inadequada, mas aceitável	3	7,5	2	5,4	5	6,4
3	Considera adequada	35	87,5	34	91,9	69	89,6
Total		40	100,0	37	100,0	77	100,0

Tabela 47. Opinião do entrevistado sobre a legislação de proteção do meio ambiente, por ocupação (em %)

Class e	Opinião questão fundiária x conservação/ocupação	Pescador		Agricultor		Artesão de Madeira		Artesão de Semente		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Não tem conhecimento	0	0,0	1	5,0	1	5,9	1	5,0	3	3,9
2	Considera inadequada mas aceitável	0	0,0	2	10,0	2	11,8	1	5,0	5	6,4
3	Considera adequada	20	100,0	17	85,0	14	82,3	18	90,0	69	89,6
Total	Total	20	100,0	20	100,0	17	100,0	20	100,0	77	100,0

5.3. Resultados das Observações

A imagem que o pesquisador tem da terra indígena Pataxó é, na maioria das vezes, superficial ou generalizada. Isto ocorre em função de pouco tempo de pesquisa sistemática empregada em campo, que acaba por associar a ausência de dados bibliográficos com as percepções rápidas que o pesquisador pode obter.

As comunidades que vivem nas Terras Indígenas Pataxó hoje, igualmente, partem de uma família que se diferencia pela experiência local. As comunidades das aldeias de Barra Velha e de Coroa Vermelha, sobre as quais é dedicado o enfoque, consideram-se uma só família, porém, estruturalmente de forma independente sem manter a coesão social fora do núcleo circunscrito pelo espaço físico da comunidade.

Os homens preservam o trabalho pesado, enquanto a mulher, cada vez mais, adota o artesanato como meio de geração de recursos financeiros. Ainda assim, a convivência é pacífica entre ambos, tanto na economia quanto no exercício do poder político. O que demonstra que a mulher detém relevante poder no grupo, como consequência da melhoria da qualidade de vida que a comunidade alcançou depois do ingresso de recursos oriundos da fabricação do artesanato, permitindo a aquisição de poder pela mulher.

As comunidades de Barra Velha e de Coroa Vermelha são formadas por pessoas, que, apesar das influências da religião e política, mantiveram-se unidas ao longo de uma trajetória secular, conservando-se fortes e coesas.

A coesão social é fruto da capacidade de incorporar ingredientes novos no convívio social enquanto outros são perdidos ou negados. Desta forma o artesanato é um elemento de coesão.

A aldeia de Barra Velha por ser uma região mais isolada propiciou o desenvolvimento de estruturas organizacionais comunitárias fortes, respaldadas em tradições orais e passadas de “pai para filho”. A educação estava limitada a alguns que saíam da aldeia para estudos fora o que não ocorre na Aldeia de Coroa Vermelha por está inserida numa área urbana.

A escola se tornou para o morador de Barra Velha o significado da vida futura. Para eles o futuro da aldeia depende da educação dos filhos. Para os moradores de Coroa Vermelha a escola tem um papel importante na vida e na conservação da cultura Pataxó. Mas, o ponto de enfoque para o futuro da aldeia é uma liderança forte e capaz de lutar pelos valores do povo Pataxó e resguardar a cultura para que não desvaneça seus costumes, a despeito de todas as formas de opressão a que têm sido submetidos.

Utilizando técnicas “rústicas” e manejos diferenciados da agricultura e da pesca, esses índios que vivem nas roças, afastados do centro da aldeia e da cidade, o plantio e a coleta significam muito para eles e sua família. A capoeira ou o campo perto da mata funciona como armazenamento de alimentos para muitos deles. O índio e os filhos buscam a lenha, as frutas silvestres. Em pequenos espaços planta a mandioca e o aipim para fazer o bejú, a farinha, a tapioca e o cauim, bebida preferida das festas.

Nas pequenas glebas não há muita prática da agricultura. A agricultura e a pesca passaram a conviver com o artesanato, o homem planta e pesca e extrai a matéria-prima para o artesanato, enquanto a mulher faz os colares de sementes.

A caça foi descrita por diversos moradores como prática herdada dos antigos. Mas o costume desapareceu com as estruturas de fiscalização que começaram a ser instalados, hoje se têm relatos de que a prática diminuiu dado o esgotamento das populações antes existentes na região. Esta mudança levou a população local a voltar-se para a criação de gado e para a agricultura, como forma de suprir suas necessidades e também, de substituir a moeda de troca, neste caso por farinha, milho e feijão.

A exemplo da caça, a agricultura também sofreu mudanças no decorrer do tempo. A começar do uso do fogo que diminuiu e que era um problema sério da região, cujo uso objetivava tanto no manejo da limpeza da roça, quanto atrair a caça interessada na alimentação dos brotos que surgiam.

“O fogo é um risco inerente à conformação dos ecossistemas da área, com campos nativos muito inflamáveis ao leste da mata sob influências dos ventos dominantes. Além disso, a degradação das áreas agricultáveis por fogos repetidos, sua invasão por sapé, o progressivo enfraquecimento das florestas das aldeias e do PNMP por extrativismo de madeira, deixaram-

nas extremamente vulneráveis aos incêndios. Os megaincêndios de 1989, 1995 e 1998 foram acidentais e deveram-se, principalmente, a esses fatos e as condições climáticas desfavoráveis – as quais, por sinal, repetiram-se em 2002 e 2003 sem conseqüências tão dramáticas.

Fogos continuaram a acontecer no período que vai de 1999 até o presente – geralmente, quando famílias isoladas tentam abrir roças -, mas são menos freqüentes. Na época de preparo do solo, agendam-se queimadas controladas, com apoio de brigadistas e agentes ambientais. Quando ocorrer um acidente, a maioria dos focos é debelado em estado inicial. Na forte seca de 2002 e 2003, mesmo que extensos incêndios tenham-se espalhado pelos campos, os índios assumiram o combate e conseguiram evitar a perda da mata” (TIMMERS, 2004, p. 184).

Os agricultores locais sempre cultivavam em suas pequenas propriedades a mandioca, feijão, o milho, mas como o escoamento era inviável, em razão da inexistência de vias de acesso adequadas e de condução, a agricultura estava orientada para a subsistência da família ou o escambo local, onde se permutava trabalho por produto ou produto por outro produto. A cana, a banana, o abacaxi, o coco são cultivados próximos da casa. O trabalho na roça envolve mais os homens, mas as mulheres e as crianças também participam, embora, os últimos estejam distanciando-se das atividades agrícolas nas duas aldeias devido à demanda do artesanato. Em Coroa Vermelha o ambiente assume características urbanas, as roças tradicionais estão mais afastadas da cidade.

Na aldeia de Barra Velha e nas roças afastadas da aldeia de Coroa Vermelha a apropriação de recursos naturais dá-se também pelo extrativismo, para a construção das cercas para a roça ou para a construção de casa que são de terra batida e paredes externas de adobe ou tijolos ou taipa. A cozinha geralmente fica isolada, na maioria elas são dependências fora da casa. As janelas e portas estão sempre fechadas para evitar a entrada de animais domésticos do que para a segurança ou privacidade. O fogão a lenha é feito de adobe ou de massa rápida de barro, quase sempre do lado de fora da casa.

A dieta é composta por alimentos oriundos da roça de subsistência, da pesca e atualmente de frutas que cultivam. Em Barra Velha há muito coco e manga, as galinhas são criadas soltas pelas aldeias.

Nas conversas percebe-se constantemente certo temor em serem expulsos de suas terras, pois a região é alvo de criação de áreas protegidas e esse motivo trouxe à tona a preocupação com o futuro, pois a natureza que vinha sendo valorizada pelo índio, à medida que este entrava em contato com o turista ou era sensibilizado por atividades, de educação ambiental, teve que ser reelaborada em razão do ato de criação do Parque. Se, por um lado, houve a aceitação passiva

de que é preciso conservar, por outro, estabeleceu-se que isto não deve ocorrer a custos sociais desnecessários.

“O uso sustentável a longo prazo dos recursos, só é possível quando a comunidade acredita que seu futuro depende de sua terra”. (COLCHESTER, 1993).

“Outro principal fator de degradação ambiental é a quase total dependência dos Pataxó do já mencionado comércio injusto do artesanato, que incentiva abandono das roças, beneficia exclusivamente atravessadores e não deixa perspectivas de futuro muito promissoras para os índios. Esse é o maior desafio atual do Monte Pascoal” (TIMMERS, 2004, p. 184).

Com a chegada de valores adventícios, houve mudanças significativas na vida dos índios pataxós. As religiões que invadiram as duas aldeias ofuscaram e recriminaram as danças e as festas culturais, chegada das frentes agrícolas, os turistas e agora os ambientalistas.

Os índios estão trocando: a timidez por atividades menos desinibidas, as roupas simples que caracterizavam a cultura deles, por vestuários industrializados; o material de construção típico, pela alvenaria e telhado de amianto; as atividades agrícolas pela diversificação da produção com incremento do artesanato, do comércio e do turismo; o desinteresse com aquilo que chamamos de belezas cênicas e que para eles não é nada demais, pela curiosidade; as marcas do contato com o mundo fora da aldeia, não pararam de ocorrer, e assim como o casamento, que enquanto rito, já não existe mais, muitas tradições foram substituídas, ou apenas deixaram de existir em nome da novidade vinda de fora, o que nem sempre seria necessário, se os cuidados com o envolvimento do índio tivessem sido observados, entretanto, eles parecem estar dispostos a pagar a perda de valores culturais, a exemplo da religião evangélica. Os índios abandonados, por outro lado, tudo aceita com sorriso estampado na face, pois crêem que se trata do progresso que lhes proporcionará melhores condições de vida. E assim, dispostos a pagar o preço do desenvolvimento excludente, assumem a edificação, como parte do arcabouço cultural, alterando gradativamente os padrões culturais que sempre vivificaram. Não usam roupas ou utensílios artesanais, pois agora o dinheiro e o comércio lhes facilitam a vida que já foi dura, da qual guarda apenas recordações. A realidade, porém é dinâmica e complexa, continua a ser moldada pelos elementos constituintes da sociedade: o empresário que chega, o Parque que é criado, a religião que converte, entre outros que gradativamente garantem a visibilidade do desenvolvimento excludente. E ainda assim, os índios pataxós não estão errados em querer melhores condições de vida.

Apesar dos contatos esporádicos do grupo com o mundo exterior a aldeia, o que lhes garantia a identidade peculiar, somente quando este mundo instala-se na região – evangélicos,

madeireiros, turistas, ambientalistas e outros – é que se estabelece o estigma pejorativo do índio e a identidade passa a ser o problema. Isto, ao observar o temperamento passivo do índio, repercute na tentativa deste em moldar-se aos novos valores, que passam a ser também os seus, já que os anteriores são negados. Por outro lado, quem chega, ora vem incorporar, na medida em que traz arcabouços a serem assumidos pelo índio – educação ou evangelização – ora vem excluir, quando estes arcabouços vêm acompanhados de outros atores – instalações de poder, turismo e meio ambiente. Trata-se da nova elaboração do espaço, onde não existia o privado. Instalam-se cercas, proíbe-se a caça, adota-se a conservação como forma de desenvolvimento e exclusão, sob o discurso que o primeiro vem para melhorar a vida daqueles, que, não de forma explícita, serão os próprios excluídos.

Qualquer tipo de planejamento sustentável futuro para a área e suas populações precisaria de uma profunda mudança nas posturas e do desenvolvimento de um verdadeiro diálogo entre os diferentes atores sociais, políticos e institucionais. No caso contrário, a questão ecológica só acrescentará conflitos existentes (LAURIOLA, 2001).

Se a maioria dos conflitos entre populações e áreas protegidas deve-se à disputa pelo acesso a recursos naturais (WEBER, 1997), não podemos perder de vista a dimensão política da questão: boa parte da hostilidade que permeia os conflitos são primeiramente disputas de poder e domínio (REDFORD, 2002). A maioria das TI deve ser ampliada e seus recursos naturais recuperados. Os fragmentos preservados no interior delas devem ser mantidos através da gestão coletiva do seu uso indireto (ecoturismo), sendo elas fontes de sementes para a recuperação das áreas degradadas que as cercam, especialmente dos mananciais e da matas ciliares (TIMMERS, 2004, p. 181).

A situação atual dos povos indígenas no Brasil, e suas perspectivas de futuro demonstram a estreita relação entre os níveis econômicos, políticos e ecológicos. E esta interdependência exige dos programas de apoio à proteção das terras indígenas e implementação de alternativas de desenvolvimento sem os quais essas continuarão sendo depredadas de acordo com o modelo de exploração vigente no Brasil (LADEIRA e FELIPIM, 2001, p. 251).

Diz Grünewald (2001):

”Em determinado momento, Pataxó passou a ser índio, depois índio brasileiro e agora índio de Barra Velha ou de outras aldeias e, segundo Radhakrishnan, deve-se atentar para o olhar tanto daquele que ficou na “aldeia-mãe” quanto daquele que foi para outro lugar construir uma vida nova, sobre o qual recai o estigma da perda da autenticidade. Vale mencionar que as aldeias são vistas pelos índios como comunidades, embora se refiram à “nação Pataxó” também como uma comunidade, vista além de seu caráter imaginado (ANDERSON, 1983), como

uma circulação contínua de pessoas, informações, bens e casamentos. A grande comunidade simbólica que é a “nação Pataxó” e sua formação fracionada em diversas comunidades emergiram de processos específicos de reconhecimento oficial que o grupo fragmentado passou a reivindicar ou mesmo impor.”

6. Discussão dos Resultados

Observando os resultados gerais da pesquisa percebe-se uma grande semelhança entre as aldeias selecionadas quanto à efetuação do manejo dos recursos naturais. Podem-se perceber percentuais similares nas questões investigadas, no entanto, ao verificar com precisão as ocupações separadamente foi percebido pequenas diferenças significativas em decorrência de alguns fatores que serão aqui abordados.

6.1. Discussão dos Resultados da Entrevista

Observando a Tabela 1, percebe-se que os agricultores entrevistados de BV recebem os insumos do IBAMA, os indivíduos de CV recebem da FUNAI. Os que recebem da FUNAI explicam ser pouco os insumos que recebem, por isso, eles recorrem aos parentes (50%), compram no comércio (30%) e produzem na roça²⁸ (50%).

– *“Eu recebo 2 litros de feijão e 2 litros de milho, meio saco de adubo, atualmente estamos recebendo sementes de melancia e de abóbora”* (agricultor de CV).

- *“Recebemos ajuda da FUNAI. É muito pouco e não chega na data certa, quando chega as sementes e o adubo, a temporada do plantil já passou”*(agricultor – CV).

- *“O que a FUNAI ajuda só dá para a família e não sobra para vender ou trocar por outro produto”* (agricultor – CV).

- *“Eu recebo ajuda do IBAMA, de uns três anos pra cá, com adubo, sementes, terra arada e ferramentas”* (agricultor – BV).

²⁸ Respostas múltiplas. Porcentagens não somam 100.

- *“Recebemos terra arada, arame, ferramentas necessárias e sementes para plantar de acordo com o tamanho da terra (roça), eu recebo 10 litros de feijão e de milho do IBAMA”* (agricultor – BV).

Os artesãos de madeira de CV obtêm os insumos no comércio e nas serrarias e os de BV adquirem no campo, que eles chamam de “madeira morta”. Os artesãos de semente na sua maioria obtêm seus produtos na própria aldeia que moram, porém, os de CV, além disso, compram no comércio e na região fora da aldeia. Os pescadores têm somente duas opções, rio e o mar.

Na Tabela 2, os entrevistados apresentam os instrumentos de trabalho. Os pescadores de BV não utilizam o bicheiro, o balão e a tarrafa, eles recebem e seguem instruções do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau.

- *“Nós só usamos a pesca de espinhel com o máximo 200 (duzentos) anzóis por embarcação e a Pesca de Rede de Emalhar só pode acontecer com o máximo de 20 (vinte) panos de rede, de 100 (cem) metros cada um, por embarcação”*, diz um pescador de BV.

Os pescadores de CV fazem parte da Associação de Pescadores da Aldeia, eles praticam também a pesca artesanal, embora, com mais liberdade na suas ações, pois as regras são estabelecidas entre eles.

Os agricultores apresentam as mesmas ferramentas diferenciando somente no uso da foice que é um instrumento de trabalho pouco usado em BV.

Os artesãos de madeira apresentam diferença acentuada. Os de CV trabalham em oficinas e fazem compras de madeira, os de BV colhem as madeiras no campo.

- *“Uso resto de madeira que fica morta no campo, faço santos, bichos, bancos e canoa, mas hoje eu não faço mais canoa, só com autorização do IBAMA”* (artesão de madeira – BV).

- *“No desmatamento há muita madeira morta e eu vou catá lá”* (artesão de madeira – BV).

Os artesãos de semente de BV diferenciam dos CV em razão de utilizarem poucas ferramentas na confecção dos colares.

O Quadro 1 vem apresentando as espécies encontradas pelos entrevistados na área da aldeia que moram e a maior diferença foi encontrada nas respostas dos artesãos de madeira que apresentaram apenas uma espécie comum às duas aldeias, o Paraju.

Quanto à ajuda do entrevistado para conservar a natureza no seu dia-a-dia de trabalho foram os artesãos de madeira que apresentaram a maior diferença entre eles. Os de CV buscam outra

opção de trabalho para deixar as oficinas precárias e os de BV aproveitam a madeira “morta” largada no campo, não compram madeira e não derrubam árvores.

6.2. Discussão dos Resultados do Questionário

Por Aldeia:

Quanto às características pessoais foi observado: Que as duas aldeias apresentam composições similares de indivíduos masculinos (72,5% CV e 70,3 BV) e femininos (27,5% CV e 29,7% BV) (Tabela 5). Quanto à ocupação diferenciam no percentual dos artesãos de madeira que da aldeia de CV apresentam 25% desses indivíduos e na aldeia de BV apresentam 18,9% (Tabela 4). Quanto ao número de filhos observa-se na Tabela 7 que é na Aldeia de BV onde o percentual maior (45,9%) aparece para os que possuem “acima de cinco filhos”. Quanto ao grau de escolaridade (Tabela 8) as duas aldeias apresentam maior percentual de indivíduos que concluíram o Ensino Fundamental-1. Há uma pequena diferença que foi observada que deve ser realçada quanto ao Ensino Médio, onde indivíduos de BV (13,5%) conseguiram concluir, enquanto os de CV, sendo uma aldeia urbana, apenas 2,5% chegaram a concluir o Ensino Médio. Os moradores de BV (100%) habitam “mais de 10 anos” na aldeia e 91,9% deles trabalham na mesma ocupação por “mais de 10 anos” (Tabelas 10 e 11). Isto devido a Aldeia de Barra Velha ser a “mãe” das outras aldeias, entende-se que esses percentuais seriam mais altos. Os indivíduos das duas aldeias estão envolvidos com a família no mesmo trabalho em média de 1 a 3 pessoas (Tabela 14) e obtêm como renda mensal (Tabela 16) até R\$ 200,00. Somente 32,5% dos indivíduos de CV e 24,3% de BV alcançam renda mensal acima de R\$ 300,0. Por trabalhar em família eles conseguem compor melhor a renda familiar com os outros participantes, BV (86,5%) apresenta um percentual mais elevado, pois CV apresenta apenas 57,5%.

Quanto à relação do índio com a natureza percebe-se: Semelhanças acentuadas entre as duas aldeias na importância atribuída aos elementos da natureza (Tabelas 19 a 23). No uso da mata para atividades diversas como lazer, cultura, visita, beleza e festa (Tabela 24) percebe-se um percentual de 60% em CV e de 51,4% para BV na opção mais de uma vez por mês. Nas questões onde a mata é colocada para uso comercial ou substituição dela por outra atividade (Tabelas 25, 26 e 27), as respostas apontam, embora com percentuais diferentes, semelhanças bem significativas.

Quanto à relação do índio com as instituições constatou-se: Mais semelhanças que diferenças. Os indivíduos de CV (95%) e os de BV (91,9%) depositam confiança na liderança da aldeia em resolver os problemas ambientais da aldeia (Tabela 28). Em CV 60% dos indivíduos e 70,3% dos de BV não percebem a atuação corretiva de órgãos do governo em punir agressores ao meio ambiente da aldeia (Tabela 30). Quanto à capacitação do índio em receber melhores informações e práticas a fim de melhorar seu trabalho no manejo dos recursos naturais observa-se uma diferença acentuada entre as Aldeias (Tabela 32), pois, os de CV apenas 10% receberam cursos ou capacitação e BV apresenta 40,5%. Isto significa que mesmo sendo um percentual baixo, ainda assim, são os moradores de UC que têm recebido mais atenção. Eles indicaram IBAMA, RESEX Marinha de Corumbau e a Ação de Brigadistas como responsáveis pelos cursos recebidos.

Quanto à relação do índio e o seu conhecimento de assuntos ambientais as duas aldeias apresentam percentual elevado quanto o conhecimento sobre a Mata Atlântica, adquirido nas escolas ou de forma empírica. Os de CV apresentam 95% e os de BV 100% (Tabela 34). Sobre assuntos que envolvem negociação com o governo para a saída do povo Pataxó das áreas habitadas por eles, os indivíduos de BV (97,3%) apresentam conhecer melhor o assunto, enquanto os de CV somente 60% conseguiram explicar os conflitos que envolvem essa problemática (Tabela 35). No conhecimento das leis ambientais, as duas aldeias apresentam percentuais significativos os de CV 80% e os de BV 94,6% (Tabela 37). No conhecimento da questão fundiária das aldeias, as duas amostras apresentam semelhanças significativas que não têm conhecimento (25% e 27%), que têm dúvidas a respeito (2,5% e 2,7%) e dos que conhecem o assunto e sabem explicar (72,5% e 70,3%) (Tabela 39).

Quanto à relação do índio e a sua opinião nas questões ambientais verificou-se o seguinte: - razão da mata existir. Dos entrevistados de CV 85% acreditam que ela existe devido à beleza. Dos entrevistados de BV 40,5% disseram também que é devido à beleza, porém 35,1% apontaram que é em cumprimento da lei e 24,3% apontaram que é para a proteção do solo e da água, uma diferença significativa (Tabela 41). Na questão em concordar de sair da área da aldeia e morar em outro lugar, as duas aldeias apresentam semelhanças na resposta (CV 95% e BV 94,6%) quando apontam que discordam na negociação de saírem da área habitada (Tabela 43). Observando a opinião do entrevistado quanto à questão fundiária da aldeia e se esses conflitos acarretam prejuízos na conservação dos recursos naturais, constatou-se que a aldeia de CV apresenta um percentual maior (87,5%) em opinar que esses conflitos afetam de certa maneira a conservação/preservação dos recursos naturais das aldeias (Tabela 44). Por fim, opinaram quanto à legislação de proteção ao meio ambiente. Verificou-se que as duas

aldeias apresentam percentual alto (87,5% e 91,9%) ao considerar a legislação ambiental como “adequada” (Tabela 46).

Por Ocupação:

Quanto às características pessoais pode-se dizer que da população entrevistada são os agricultores que apresentam percentual maior de indivíduos *sem estudo* (55%). As outras ocupações apresentam o maior percentual no Ensino Fundamental-1. Com conclusão do Ensino Médio os artesãos de madeira apresentam 17,6%, seguidos pelos pescadores com 10%. Não foi entrevistado agricultor que tenha concluído o Ensino Médio (Tabela 9). São os agricultores (100%) que residem a mais de 10 anos na aldeia e são eles e os pescadores que apontam (90%) que há mais de 10 anos trabalham no mesmo ofício (Tabela 13). São os artesãos de semente que têm mais ajuda familiar, ou, eles envolvem mais os familiares no trabalho (70%). São os artesãos de madeira (58,8%) que têm a renda mensal acima de R\$ 300,00, chegando ao salário mínimo (Tabela 17).

Quanto à relação do índio e instituições verifica-se que todas as ocupações apresentam percentual significativo quando opinam que confiam no Conselho da Aldeia em corrigir os problemas ambientais (90% - PS; 94,1% - AM; 95% AG e 95% AS) e são os artesãos de madeira e os pescadores (41,2% e 40%) que já presenciaram fatos onde houve correção de órgãos governamentais punindo infratores das leis ambientais (Tabela 29 e 31). Foram os pescadores e os agricultores que apresentaram 30% de indivíduos que receberam algum curso ou capacitação para manusear os recursos naturais que envolvem o trabalho deles (Tabela 33).

Quanto à relação índio e conhecimento de assuntos ambientais foi verificado que os percentuais de cada ocupação são altos na opção “conhece”, ou seja, os entrevistados têm conhecimento da proposta do governo para a saída dos Pataxó das áreas que eles habitam e são os agricultores que apresentam o maior percentual dentre eles (90%) (Tabela 36). Observando a Tabela 38, percebe-se que são os pescadores que apresentam 100% de indivíduos que “conhecem” e explicam sobre as leis ambientais, logo em seguida, vêm os agricultores com 95%, isto é, devido às instruções recebidas dos IBAMA e da Resex Marinha de Corumbau. São os artesãos de madeira e os agricultores que apresentam percentuais significativos quanto ao conhecimento das questões fundiárias da aldeia (88,2%-AM; 80%-AG) (Tabela 40).

Quanto à relação do índio e opinião nas questões ambientais a Tabela 42 apresenta os artesãos de semente com o percentual maior (85%) em opinar que a mata ainda existe devido à

“beleza”, mas são os pescadores que apresentam 35% dos que acreditam que a mata existe ainda para a proteção do solo e da água. São os artesãos de madeira (94,1%) que acreditam que os conflitos existentes sobre questões fundiárias acabam implicando na conservação dos recursos naturais da aldeia (Tabela 45). E, são os pescadores que 10% deles opinaram que a legislação ambiental é “adequada” (Tabela 47).

6. 3. Confronto de Resultados – Interação entre relação do índio com a natureza – informação e opinião por escolaridade

Confrontando os resultados das entrevistas e do questionário das duas aldeias observou-se mais semelhanças que diferenças, por isso, foi mister fazer uma interação entre a relação do índio com a natureza – informação e opinião por escolaridade. Ao visualizar o Gráfico 1 e observar a Tabela 48, percebe-se que a maioria dos entrevistados concluíram o Ensino Fundamental-1(46,7%) e 35,1% deles não têm estudos.

Tabela 48. Distribuição por grau de escolaridade da população entrevistada (em %)

Grau de escolaridade	Participantes	%
Nenhuma	27	35,1
Ensino Fundamental 1 – 1 ^a /4 ^a	36	46,7
Ensino Fundamental 2 – 5 ^a /8 ^a	8	10,4
Ensino médio	6	7,8
Total	77	100

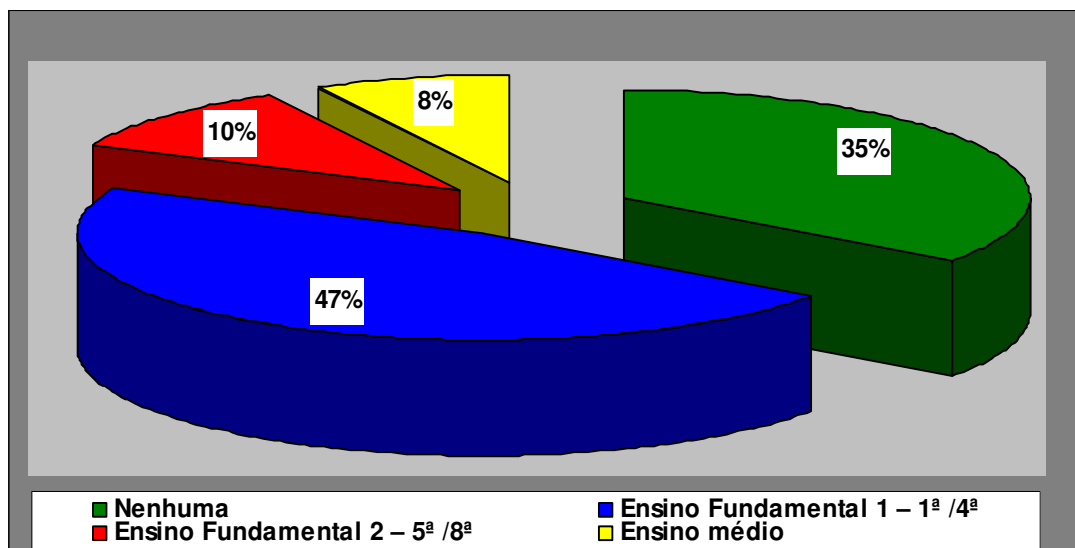


Gráfico 1- Distribuição por grau escolaridade da população entrevistada

As Tabelas 49 e 50 apresentam a interação entre a relação do índio Pataxó com a natureza, a informação e a opinião dos entrevistados sobre a legislação ambiental e a questão fundiária que envolvem as duas aldeias.

Tabela 49. Interação entre escolaridade x informação x opinião sobre legislação ambiental da população entrevistada (em %)

Escolaridade	Informação			Opinião		
	Não tem conhecimento	Parcialmente	Conhec e	Não tem conhecimento	Inadequada aceitável	Adequada
Nenhuma	11,1	7,4	81,5	3,7	3,7	92,6
Ensino Fundamental 1 - 1ª / 4ª	0,0	11,1	88,9	2,8	2,8	94,4
Ensino Fundamental 2 - 5ª / 8ª	12,5	0,0	87,5	12,8	12,5	74,0
Ensino Médio	0,0	0,0	100,0	0,0	33,3	66,7

Tabela 50. Interação entre escolaridade x informação x opinião sobre a questão fundiária das aldeias da população entrevistada (em %)

Escolaridade	Informação			Opinião		
	Não tem conhecimento	Tem dúvidas	Conhece	Não afetam	Afetam parcialmente	Afetam
Nenhuma	25,9	0,0	74,1	25,9	0,0	74,1
Ensino Fundamental 1 - 1ª / 4ª	33,3	5,6	61,1	11,1	11,1	77,8
Ensino Fundamental 2 - 5ª / 8ª	0,0	0,0	100,0	25,0	12,5	62,5
Ensino Médio	16,7	0,0	83,3	0,0	0,0	100,0

Ao observar os Gráficos 2 e 3 percebe-se que para o critério de informação os índios que concluíram o Ensino Médio apresentam o maior nível de conhecimento (100%) sobre a legislação ambiental (Tabela 49), mas são os entrevistados do Ensino Fundamental-2 que apresentam o percentual maior (100%), quanto o conhecimento sobre a questão fundiária da aldeia que mora (Tabela 50). Com relação às demais classes, verifica-se que os índios do Ensino Fundamental-1 mostram ter um bom conhecimento sobre a legislação ambiental (88,9%) seguidos pelos indivíduos do Ensino Fundamental-2 com 87,5% e logo após os sem escolaridade com 81,5% (Tabela 49). Na questão fundiária, vêm após o Ensino Fundamental - 2 os do Ensino Médio com 83,3%, logo os sem escolaridade com 74,1% e por fim os do Ensino Fundamental-1 com 61,1% (Tabela 50).

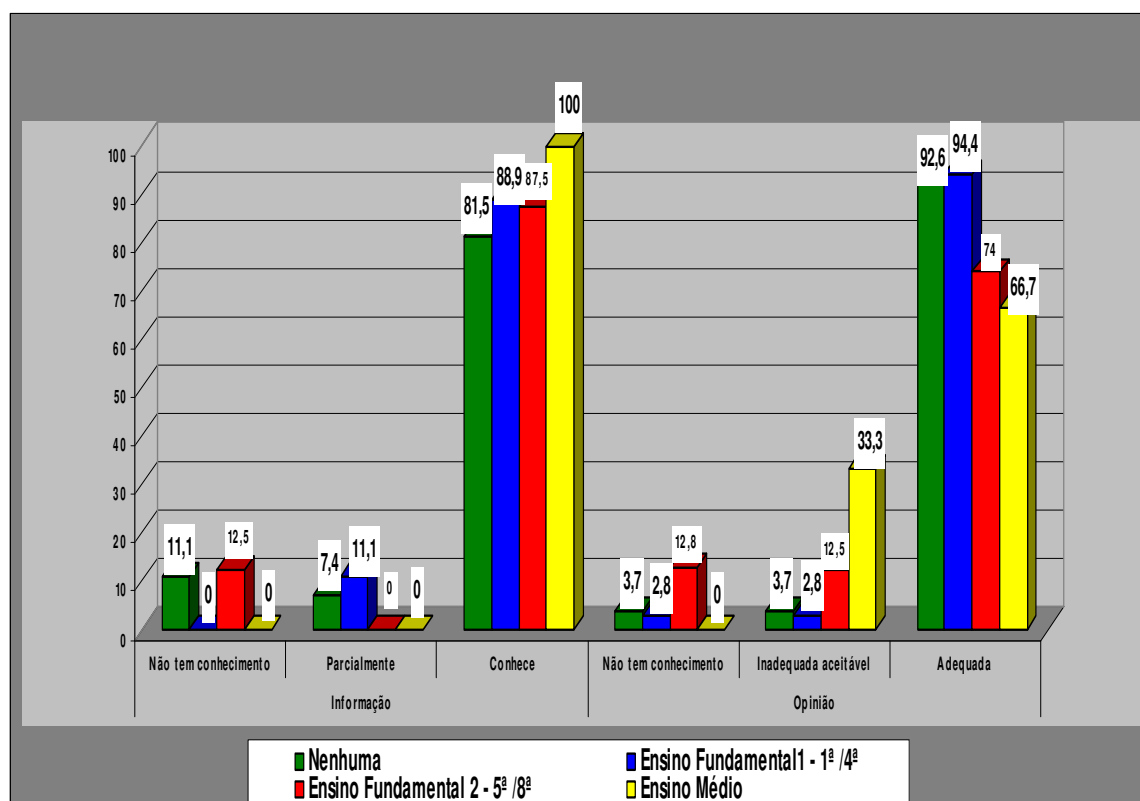


Gráfico 2 - Interação entre escolaridade, informação e opinião sobre legislação ambiental da população entrevistada

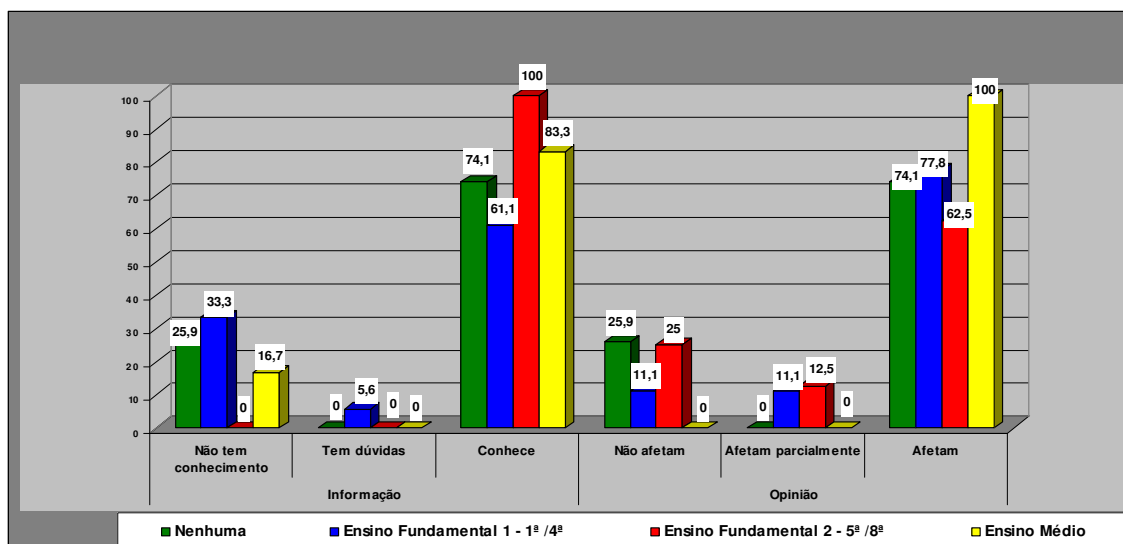


Gráfico 3 - Interação entre escolaridade, informação e opinião sobre a questão fundiária das aldeias da população entrevistada

Quanto à opinião sobre a legislação ambiental, os indivíduos com o Ensino Fundamental-1 mostram maior percentual (94,4%) em apresentar a legislação como “adequada”, logo, seguidos pelos sem escolaridade que apresentam 92,6%. Porém, para as demais classes, ocorreu uma diminuição na aceitação da lei ser “adequada”, pois, os indivíduos do Ensino Fundamental-2 apresentam 74% e os do Ensino Médio apresentam o menor percentual (66,7%). Para a questão fundiária 100% dos entrevistados com Ensino Médio disseram que os conflitos “afetam” na conservação dos recursos naturais, logo vêm os de Ensino Fundamental-1 com 77,8%, em seguida os sem escolaridade com 74,1%, e por fim os do Ensino Fundamental-2 com 62,5%. Todavia, para o conhecimento das leis ambientais, as respostas foram próximas para os entrevistados nas quatro classes (81,5%, 87,5%, 88,9% e 100%) (Tabela 49). Para o conhecimento da questão fundiária da aldeia, há variação entre as quatro classes (61,1%, 74,1%, 83,3% e 100%) (Tabela 50).

Quanto à opinião, observa-se uma pequena variação. Enquanto os indivíduos com o nível do Ensino Fundamental-1 (94,4%) e os sem escolaridade (92,6%) mostram consonância na resposta, os do Ensino Fundamental-2 (74%) e os do Ensino Médio (66,7%) não há uma aproximação dos resultados (Tabela 49). Na opinião da questão fundiária, verifica-se que os sem escolaridade e os do Ensino Fundamental-1 aproximam-se (74,1% e 77,8%) nas respostas. Eles apontam que os conflitos afetam a conservação dos recursos naturais. Enquanto o percentual dos indivíduos do Ensino Fundamental-2 diminui (62,5%) e aumenta no Ensino Médio que chega a 100% (Tabela 50) na afirmação.

A Tabela 49 mostra a interação informação e a opinião sobre a legislação ambiental onde para o critério de informação os indivíduos do Ensino Médio são os que apresentam o maior nível de conhecimento (100%), porém ocorre um incremento significativo quando comparado com o critério de opinião (66,7%) quando apontam a legislação como “adequada”. Com relação às demais classes, verifica-se que os indivíduos mostram um bom conhecimento variando entre 81,5%; 87,5% e 88,9%, e quanto à opinião 74%, 92,6% e 94,4%.

A Tabela 50 mostra a informação e opinião dos entrevistados quanto à questão fundiária das aldeias. Percebe-se consonância nos indivíduos sem estudo que apresentam 74,1% no conhecimento do assunto e 74,1% ao opinar que os conflitos afetam na conservação dos recursos naturais da aldeia. O Ensino Fundamental-1 apresenta um certo equilíbrio quando 61,1% conhecem a questão fundiária e 77,8% acreditam que esses conflitos “afetam” ao ambiente natural. Porém, para a classe Ensino Fundamental-2 ocorreu uma diminuição na opinião sobre os conflitos da questão fundiária (62,5%) comparativamente ao critério de conhecimento da questão (100%). A classe Ensino Médio apresenta o contrário, percebe-se 100% que opinaram sobre a questão fundiária que “afeta” a conservação da natureza, enquanto 83,3% “conhecem” o problema abordado.

Todavia, para o conhecimento da legislação as respostas foram muito próximas para esses indivíduos, mas, quanto ao conhecimento da questão fundiária ocorreu variação.

Quanto à opinião sobre a legislação ambiental ser adequada, as duas primeiras classes estão em consonância enquanto as duas últimas se aproximam. Na opinião sobre a questão fundiária e os conflitos que afetam a conservação, percebe-se uma variação entre as classes Ensino Fundamental-2 (62,5%) e Ensino Médio (100%) e as duas primeiras classes ficam bem próximas.

O Teste de Qui-quadrado não mostrou diferença estatisticamente significativa a 1% para os dados de escolaridade x informação x opinião, o que possivelmente esteja causando essas semelhanças acentuadas.

6.4. Discussão do Tema

Estima-se que 86% das áreas protegidas da América do Sul são habitadas ou têm seus recursos utilizados pelas populações de seu entorno. Muitas dessas áreas foram criadas sob um modelo de exclusão das populações humanas. Algumas tiveram, efetivamente, suas

comunidades realocadas em locais fora da Unidade de Conservação. Outras, apesar de legalmente não poderem abrigar populações humanas, seguem albergando essas comunidades (BENSUSAN, 2004).

No Brasil, as populações tradicionais lutam há séculos, contra o movimento de expansão das fronteiras do capital, que invade o campo, e, ao tratar a terra como mais uma mercadoria, entram em choque, material e ideológico, com as formações sociais tradicionais, que têm na terra o elemento central para sua sobrevivência. A violência contra essas populações manifesta-se, entre outras formas, no não reconhecimento dos seus direitos de propriedade da terra que ocupam, assim como em uma visão preconceituosa e estereotipada dos elementos de sua cultura e do seu modo de vida, considerados “atrasados”, “primitivos” e, portanto, obstáculos do “verdadeiro progresso social” (BAYLÃO e BENSUSAN, 2000). Ainda assim, a presença dessas populações nas áreas protegidas só é admitida se elas se conformarem a esse estereótipo e não adotarem “práticas modernas” (COLCHESTER, 1997).

Esta situação gera um falso conflito entre ambientalistas, que defendem a proteção da biodiversidade, e os indigenistas, que trabalham em defesa das comunidades indígenas. Na verdade, ambos os segmentos estão envolvidos com as duas causas, mas, por falta de políticas públicas comuns e pela postergação de resolução de situação concretas, as divergências de estratégias se tornam mais marcantes (CUNHA e ANDRADE, 2004).

Dados revelam que esta questão se torna mais dramática na Mata Atlântica, que está bastante ameaçada e requer um cuidado extraordinário para a proteção dos seus 7,5% remanescentes.

Diante desse novo quadro, a questão do manejo dos recursos naturais no PNMP tem implicado um diálogo complexo, sobretudo porque envolve 10 aldeias. Contudo, o impacto relativo ainda é baixo e os povos Pataxó estão em tempo de pensar e digerir uma perspectiva de gestão que implique a adoção de algumas novas práticas. (VILLAS BÔAS, 2004).

Na verdade, não existe atividade humana que não gere impacto – e as populações tradicionais e indígenas não fogem à regra, mesmo que este impacto seja leve ou moderado (COLCHESTER, 1993; RAUÉ, 1996).

Sabe-se que uma Terra Indígena não é uma Unidade de Conservação por princípio. Trata-se de um território destinado a povos que geralmente têm uma forma de manejo de baixo impacto, o que tem assegurado à conservação da maioria dessas áreas. Mas esse quadro pode mudar às novas necessidades dessas populações, decorrentes de sua história de contato com a sociedade envolvente, seu crescimento populacional e o confinamento em áreas circunscritas.

Com a ascensão do artesanato comercial como atividade econômica mais atraente, os artesãos de madeira e os de semente conseguem campos acima do salário mínimo a renda mensal (Tabela 16), o aumento da oferta foi enorme, tendo grande impacto nos preços. O poder de barganha por preços justos é mínimo, pelo fato de que grande parte das duas aldeias depende exclusivamente dessas atividades para se alimentar, fazendo com que preços irrisórios sejam o suficiente para as famílias venderem sua produção (TIMMERS, 2004). Com a degradação das terras agricultáveis, a falta de assistência do Estado e o crescimento populacional mantiveram os Pataxó na dependência crescente de atravessadores de artesanato para sobreviver.

Um fator decisivo para o investimento do IBAMA no setor agrícola foi à consideração de que, se os índios obtivessem incentivos econômicos para plantio, a extração madeireira diminuiria.

A idéia é que a produção artesanal degradadora e mal-remunerada pelo mercado é mais uma falta de opção do que uma tradição cultural Pataxó (TIMMERS, 2004).

O perigo de que a extração madeireira afete em poucos anos todas as florestas da região e as matas remanescentes do Monte Pascoal levantam uma questão importante: as medidas de conscientização ambiental dos índios, turistas e de outros consumidores de tais produtos, assim como atitudes repressivas e fiscalizadoras devem ser acompanhadas por projetos de melhoria de condições de vida nas aldeias: manejo sustentável de extração madeireira ou promoção de outras fontes de renda. O IBAMA fortalece a segunda opção com seu apoio à agricultura. A busca de formas alternativas de renda para os Pataxó, principalmente a agricultura, é a estratégia do IBAMA para enfrentar os problemas sócios ambientais do PNMP (MACHADO, 2004).

A extração seletiva de madeira do Parque para fabricação de gamelas e outros artefatos ocorre desde os anos de 1980. Diminuiu depois da retomada do Parque, mas recrudescceu a partir de 2002, por conta de uma franca expansão deste mercado na região. Pequenas fábricas, com tornos e serras elétricas, multiplicaram-se, especialmente na aldeia de Boca da Mata. A maior dificuldade é que essa atividade ofereceu renda rápida, mesmo que modesta. Os atravessadores vão procurar os artefatos semi-acabados na porta das casas dos Pataxó, chegando a trocá-los por comida ou na forma de abatimento de dívidas anteriores. Como explica Timmers (2004), “o domínio do artesanato de madeira é socialmente desagregador, enfraquece a organização interna e fortalece os brancos dentro da aldeia”. Consumindo a maior parte do tempo de trabalho, afasta os homens da roça, gerando dependência econômica e alimentar.

O IBAMA deve fiscalizar com firmeza, toda a região, de maneira a extinguir a produção e o comércio desse tipo de “artesanato” no Sul da Bahia como um todo. Estima-se que, para cada artefato produzido no Monte, de cinco a dez são fabricados clandestinamente nos povoados e cidades vizinhas, por não-índios. Trata-se do maior fator de desmatamento da Mata Atlântica da região, afetando também outras UC e todos os demais remanescentes (TIMMERS 2004).

O uso sustentável ao longo prazo dos recursos só é possível quando a comunidade acredita que seu futuro depende de sua terra (COLCHESTER, 1993). Segundo Weber (1997), “a maioria dos conflitos entre as populações e áreas protegidas deve-se à disputa pelo acesso a recursos naturais”, e Redford (2002) diz que “não podemos perder de vista a dimensão política da questão; boa parte da hostilidade que permeia os conflitos são primeiramente de poder e domínio”.

Entende-se que a sustentabilidade ambiental dos Pataxó do Monte Pascoal, bem como de várias outras aldeias, demanda não apenas a disponibilidade de mais terras para que possam manter seu padrão tradicional de uso de recursos como reza o art. 231 da Constituição Federal. Exige também o estabelecimento de novos paradigmas na criação, gestão e uso desses recursos, recuperando entre outras a fertilidade dos solos e as nascentes dos rios que banham as aldeias.

7. Conclusão

Com este estudo, observou-se as caracterizações das duas aldeias, as representações dos entrevistados, suas concepções e o modo pelo qual vêm a prática em relação ao manejo dos recursos naturais efetuado por eles em suas aldeias, o qual tem inquietado autoridades nas esferas Federal, Estadual e Municipal em todo o País. Foram usados procedimentos variados de coleta de dados – observação direta, entrevistas, questionários – e consultados os diversos personagens que compõem a cena de uma aldeia indígena. A multiplicidade dos instrumentos utilizados permitiu perceber até que ponto o manejo dos recursos naturais aqui avaliados teve impacto no desenvolvimento do índio e, em consequência, possibilitou traçar um quadro representativo das aldeias, das ocupações e do próprio índio. Por outro lado, os dados coletados fizeram emergir, mais uma vez, as inúmeras questões sobre a qualidade do manejo, principalmente no Extremo Sul da Bahia.

O principal resultado desta pesquisa é o alto percentual das semelhanças no comportamento e atitudes dos índios pataxós da Aldeia de Coroa Vermelha e da Aldeia de Barra Velha no manejo dos recursos naturais o que deixa claro uma similaridade acentuada das aldeias.

Além das semelhanças, verificou-se também que existem pequenas diferenças no manejo da pesca, agricultura, artesanatos de sementes e de madeira e que essas diferenças correspondem as regras estabelecidas nas áreas que estão inseridas as aldeias devido a categoria gestora criada sobre elas.

O resultado da pesquisa permitiu abrir novas discussões, começando pelo caminho histórico traçado através da literatura e da pesquisa empírica concluindo que o manejo eficiente ou não dos recursos naturais efetuados pelos índios Pataxó não dependem deles estarem ou não inseridos em TI ou em UC de Proteção Integral, pois os dois grupos estudados apresentam significativamente similares. Essas duas comunidades tradicionais homogêneas, independentes têm uma forte ética de conservação e prática de manejo que são compatíveis com a proteção da diversidade biológica, porém, elas apresentam necessidades de apoio nos seus esforços.

Considera-se que esses dados são suficientemente ricos para oferecer pistas importantes sobre a prática do manejo dos recursos naturais efetuado pelo índio Pataxó, e, conseqüentemente, elementos significativos, tanto para a avaliação de Terras Indígenas e de Unidades de Conservação quanto para a realização de outros estudos, pois a pesquisa propiciou também um retrato das observações feitas que contribuirá muito para debate e a informação sobre a questão ambiental em terras indígenas. Trouxe relatos e experiências, críticas interdisciplinares, definiu propostas e tomadas de posição que de forma científica e ética a autora se posicionou, respeitando a luta pelos direitos e liberdade desses povos.

Finalmente, acredita-se que o manejo dos recursos naturais apresentados pelos índios Pataxó tende a ser mais apropriado quando eles estão participando da responsabilidade de administrar as terras que habitam e que se faz necessário uma reflexão mais aprofundada nos critérios de avaliação das TI e das UC para que as medidas conservacionistas e de manejo sustentável em TI do Extremo Sul da Bahia sejam tomadas com bases científicas, tanto ecológica quanto antropológica. Assim, será mais um passo em direção a uma maior eficiência na área do Direito Ambiental, da Sociologia, Antropologia e da Biologia, levando os centros de pesquisa brasileiros dados multidisciplinares aplicados a UC cujas áreas ainda possuem remanescentes florestais da Mata Atlântica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas aldeias resguardam o mistério e a sabedoria, dualidade presente em diversas observações do morador local sobre a região.

A região resguarda em si histórias antigas, da época em que a interação homem/natureza era pautada pela caça, seja para sobrevivência ou comércio e pela agricultura de subsistência. Ou, ainda, quando a região serviu de refúgio, tanto para os moradores como para os desabrigados índios que procuravam lugar para fixar. A região esteve envolta até pouco tempo em mistérios e temores pelos mitos que denominavam a região que lhe atribuíam títulos de refúgio de índios bravios e mais tarde de invasores.

A ocupação dessa área pelos índios Pataxó apresenta ser antiga, em razão da região ser o local do Descobrimento do Brasil. Porém, não há dados suficientes que esclareçam a relação dos primeiros habitantes da área, as populações Tupi, com os índios Pataxós – uma vez que foram dizimados pela colonização portuguesa. O processo de ocupação dessas terras possui engrenagens que movimentaram a relação dos atores com os recursos naturais locais. Aparece então o contraste entre o tradicional e o novo, quando ambos passam a interagir na composição dos etos²⁹ local, distribuindo ou edificando coisas belas em nome da fé, do crescimento econômico e, principalmente da integração do Monte Pascoal com um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica a ser conquistado pelo padrão desenvolvimentista brasileiro, seja sob tutela da atividade agrícola, turística ou ambiental.

O índio Pataxó hoje a partir da crítica passou a pensar em alternativas que, por um lado garantissem o acesso aos conhecimentos da sociedade envolvente. Querem participar da vida política, entrar na economia de mercado e ser reconhecidos e respeitados. Para eles as principais questões que envolvem a auto-sustentação são a sua terra e a valorização de sua cultura.

Nesse panorama de muitos conflitos e algumas soluções, a necessidade de uma gestão compartilhada em políticas é ainda maior nas TI parcial ou integralmente sobrepostas a UC. Nestes casos, seria importante identificar claramente o valor do ponto de vista da biodiversidade, que justifica a proteção diferenciada daquela unidade e quais as possibilidades

²⁹ O espírito que anima uma coletividade, instituição, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.

de compactuar a conservação desse valor com a ocupação indígena (VILLAS-BÔAS, 2004). O mesmo autor aponta um grave problema:

“Os investimentos em pesquisa nessas áreas é muito pouco, induzindo a uma explicação genérica em que tudo é alegado como importante para a proteção integral, mas é preciso definir graus de importância. Isso teria que ser claramente identificado e negociado com essas populações para que elas possam se relacionar com esse valor a mais em suas terras”.

Surge, portanto, a necessária elaboração de gestões específicas e que estejam de acordo com as particularidades de cada aldeia e das comunidades que habitam. Nesse sentido, a inserção de novas tecnologias e concepções de manejo não pode prescindir do conhecimento dos modos tradicionais de vida, buscando metodologias que façam sentido e sejam exequíveis por essas populações.

Vale lembrar que a Constituição Federal reza o direito de usufruto exclusivo que os índios detêm sobre as riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em suas terras. E sabe-se que isso é um direito, não é um impedimento. Se para exercê-lo de forma efetiva os índios se associam e se esta associação não lhes é lesiva, não há violação do usufruto exclusivo. Assim, usufruto não significa que os índios pataxós só podem explorar seus recursos com suas próprias mãos, com suas próprias técnicas, com seu próprio conhecimento, com seu próprio equipamento. Se os índios pataxós podem explorar os seus recursos até de forma insustentável, pois a eles pertencem os recursos e a decisão de explorá-los nas TI, podem também conservar estes recursos e obter apoio para tanto. Com certeza eles poderão zonear o seu território para definir onde vão explorar e onde vão conservar como ocorre na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira na Terra Indígena de Coroa Vermelha, bem como construir alianças políticas com os setores da sociedade envolvente que desejem a preservação ambiental.

Segundo Vidal (2000), o destino da TI vai depender muito da:

“Capacidade de luta por parte dos índios, exercendo cada vez mais os seus direitos de cidadania e assumindo novas responsabilidades. Por parte da sociedade brasileira de sua vontade em progredir, preservando seu patrimônio ambiental e cultural e respeitando a diversidade cultural e ambiental dos povos indígenas: uma verdadeira comunidade intercultural, livre e democrática”.

Sabe-se que uma TI é uma unidade de conservação cultural, como diz Souza Filho (1993), não necessariamente ambiental, já que sua finalidade é a preservação da vida de um povo. No entanto, isto não significa que não haja nenhuma relação com a temática ambiental nas terras indígenas. Esta se dá juntamente em função do estreito inter-relacionamento entre a sociedade indígena e seu território e os recursos nele contidos.

Diante disto, fica claro que a superposição é o único caso em que a terra indígena pode oficialmente ser considerada área de proteção da natureza, e é por isso que conservacionistas e órgãos ambientais sejam tão incisivos quanto à manutenção da unidade. Isto vale particularmente quando a unidade de conservação superposta é de uso indireto, como exemplo a TI de Barra Velha e o Parque Nacional de Monte Pascoal.

Discutir a permanência das populações indígenas em UC e as atitudes e comportamento tomados no manejo dos recursos naturais em suas terras, nunca pareceu tão importante como neste momento, em que a necessidade de expansão do sistema capitalista tem crescentemente envolvido, tanto grupos com relativamente pouco contato, sacrificando sua autonomia socioeconômico e cultural muitas vezes em nome do desenvolvimento e progresso nacionais, como grupos, já aculturados que sofrem cada vez mais a pressão dos extratos mais baixos da etnia majoritária, na disputa do mercado de trabalho e das terras indígenas. A partir daí o índio surge como consequência das contradições internas; enquanto é pelo sistema envolvido através do avanço sobre suas terras tornando-se dele dependente, mantendo-se, porém como um estranho na sociedade brasileira. E com um agravante: o índio tem assegurado teoricamente a posse da terra.

.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADAM, J. S.; THOMAS, O. M. **The myth of with Africa: conservation without illusion.** New York. W. W. Norton and Co., 1992.

AFB -Associação Flora Brasil, **Projeto Artesanato Pataxó.** Porto Seguro, 1990.

ANAI, **Dossiê Monte Pascoal.** Salvador, 1999.

BAYLÃO, R. O. S e BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade e população tradicionais: um falso conflito.** Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ano 8, v. 16. 2000.

BENSUSAN, N. **Terras Indígenas: as primeiras Unidades de Conservação.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições/organização Fany Ricardo – São Paulo: Instituto Sócioambiental, 2004.

BIERBAUM, B. F. **Fazer a flecha chegar ao céu novamente.** München, Mimeo, 1990.

BITTENCOURT, M. A. *et al.* **Manual de normatização para trabalhos técnico-científico.** Ilhéus, Bahia; Editus, 2004.

BRANDON K.; REDFORD, K H; SANDERSON, S. **Parks in peril: people, politics and protected areas.** The nature conservancy. Island Press, 1998.

BRANDON K.; WELLS, M. **People and parks, linking protected areas management with local communities.** Washington, Word Bank. WWW/USAID, 1992.

BRASIL, 1965. Código Florestal Brasileiro.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

CARVALHO, M. R. G. **Brevíssima notícia sobre o contexto histórico geográfico e a inserção contemporânea dos Pataxó (Sul da Bahia).** Subsídio de reunião, Salvador, 2000.

CLEARY, D. **Arpa Indígena: a peça que falta.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

COLCHESTER, M. **Salvaging Nature – Indigenous Peoples, Protected areas and Biodiversity Conservation.** Discussion paper for the United Nation Research Institute for Social Development (UNRISD), London, WWF, September 1994.

_____. **Forest People and Sustainability.** In: M. Colchester e L. Lohmann (ed.), The Struggle for Land and the Fate of the Forests, Penang, Newton, London: the Rainforest Movement, the Ecologist. 2. ed. Books, 1993.

COSTA, F. **A raposa da discórdia.** Isto É, 14 de abril/2004, nº 1801. www.istoe.com.br

CUNHA, R. P. ANDRADE, M. F. **Monte Pascoal: Proteger a Mata Atlântica e Melhorar a Qualidade de Vida dos Pataxós.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições/organização Fany Ricardo – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social.** São Paulo, Atlas, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, center for research on Human Populkation and Wetlands in Brasil, 1993. (Documentos e Relatórios de Pesquisa, 1).

_____. **O mito da natureza intocada.** São Paulo – SP: Hucitec, 1996.

DOUROJEANNI, M. **Áreas protegidas de América Latina em los albors del siglo XXI.** In. Benjamin, A. H. Direito Ambiental das áreas protegidas. São Paulo, Forense Universitária, 2002.

ESPÍRITO SANTO, M. A. do. **Diagnóstico socioeconômico da comunidade Pataxó de Coroa Vermelha.** Brasília: FUNAI/M.F. Mimeo, 1988.

FERREIRA, et al. **Debates Socioambientais.** CEDEC. Ano 5, nº 13. São Paulo, 1999.

FERREIRA, L. C. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do Ribeira.** SP, Brasil. Ambiente & Sociedade – Vol. VIII, nº 1, jan/jun, 2003.

FONSECA, G. A. B; PINTO, L. P.; RYLANDS, A.B. **Biodiversidade e Unidade de Conservação.** In: Anais do 1º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba IAP/UNILIVRE/ Rede Pró Unidade de Conservação, 1997.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. **Taming the wilderness myth.** Bio Science, v. 42, n. 4, 1992.

GRÜNEWALD, R. de A. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

GUERRA, A. T. **Recursos Naturais do Brasil.** 3 ed. Revisão Atual por Ignez Amélia Leal Teixeira Guerra e Antonio Teixeira Guerra, Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 3. ed., Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

IBAMA, 1995: **Plano de Ação Emergencial para o Parque Nacional de Monte Pascoal,** Brasília.

IUCN. **United Nations list of National Parks and Protected Áreas.** WC MA e CNOOA. Gland, IUCN, 1993.

KATÃO, P. TRIOKA HAHÃO PATAXI. **Caminhando pela história Pataxó.** São Paulo: Garçoni, 2004.

LADEIRA, M. I. e FELIPIM, A. P. **Apoio à Conservação de Terras Guarani e às atividades tradicionais de subsistência.** (251-263). In: Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. Antonio Carlos Diegues, Virgílio M. Viana (orgs). São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre População Humanas e áreas úmidas do Brasil, USP, 2000.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** 2. ed. São Paulo, 1991.

LANGLEY, S. **The systems of Protected áreas in the United States.** In: Benjamin, A.H. Direito Ambiental das Áreas Protegidas. São Paulo, Forense Universitária, 2002.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia.** 8 ed. São Paulo – SP: Brasiliense, 1994.

LAURIOLA, V. **Unidades de Conservação, Terras Indígenas e conflitos políticos na Amazônia. O caso do Parque Nacional de Monte Roraima.** (239-266). In: Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. Antonio Carlos Diegues, André de Castro C. Moreira (orgs). São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, USP, 2001.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri, Porto Alegre e Belo Horizonte, 1999.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITÃO, S. **Superposição de leis e de vontades – Por que não se resolve o conflito entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação?** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições/organização Fany Ricardo – São Paulo: Instituto Sócioambiental, 2004.

LINDAHI, K. **Ecologia: conservar para sobreviver.** Tradução Luiz Edmundo de Magalhães, Editora Cultrix, São Paulo, 1972.

LYSTER, S. **International wildlife law.** Cambridge, Groutius, 1985.

MACHADO, F. B. P. **Atividades econômicas dos Pataxó de Barra Velha.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

MACHLIS, G. E.; TICHNELL, D. L. **The state of the world's parks: an international assessment for resources mamagement, police and research.** Boulder, westviews Press, 1985.

MAIA, M.; TIMMERS, J. F. Escritos não publicados, s/d.

MARETTI, C. C. **Conservação e valores. Relações entre áreas protegidas e indígenas: possíveis conflitos e soluções.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

MÉLIA, B. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo; Loyola, 1979.

MILANO, M. **Unidades de Conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade**. In: Benjamin, A. H. Direito Ambiental das áreas protegidas. São Paulo, Forense Universitária, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **Biodiversidade Brasileira**. MMA/CNPq. Brasília, 2002.

MORI, S. A. & B. M. BOOM. **Botanical survey of the moist forest of eastern Brazil**. Nova York; New York Botanical Garden, 1981.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. Anablume: São Paulo: Fapesp, 2001.

NIDELCOFF, M. T. **Uma Escola para o Povo**. São Paulo: Brasiliense, S.A., 1987.

NOVAIS, W. **O Índio e a Modernidade**. Isto é. São Paulo: 14 de abril de 2004, p. 1801. (www.istoé.com.br)

OLMOS, F. et. al. **Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica** In: Ornitologia e Conservação: da Ciência à Estratégias. Conservation International/CNPq/Sociedade Brasileira de Ornitologia, 2002.

PÁDUA, M. T. J. **Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Brasília: 1983.

PELLEGRINE, Filho A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2. ed., Campinas, São Paulo, Papirus 1997.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: Edusp, 1999.

RAMOS, A. **A concise dictionary of received prejudice**. Brazilian, UnB, 1997. (Série Antropologia).

RAMOS, P. C. M. **A importância das Unidades de Conservação de Proteção integral e as Comunidades Pataxó no Extremo Sul da Bahia**. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

RAUÉ, M. **Novas Perspectivas em etnoecologia: Saberes Tradicionais e gestão dos Recursos Naturais**. In: E. Castro e F. Pinton (org.), Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, Belém, Pará: UFPA/NAEA, 1997.

REDFORD, K. **Creating Natural Alliances before the Forest is Destroyed**. In: Milano, M. S. (org.). Unidade de Conservação: atualidades e tendências. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

REDFORD, K. & STEARMAN, A. M. **Forest dwelling native Amazonians and the conservation of bio diversity. Interests in common or in collision?** Conservation Biology. 7(2): 248-255, 1993.

RICARDO, B. **Povos Indígenas e “desenvolvimento sustentável”**. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

RICARDO, F. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

RIOS, A. **Populações tradicionais em áreas protegidas. Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições**. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

ROCHA, I. **Posse e domínio na regularização de Unidade de Conservação**. Revista Direito Ambiental, nº 30, 2003.

SAMPAIO, J. A. L. **Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó de Monte Pascoal**. In: Espírito Santo, Marco Antonio do (org) Política Indigenista: Leste e Nordeste Brasileiros. Brasília, 2000.

_____. **Dossiê Monte Pascoal**. ANAI/BA, Salvador, 1999.

_____. **Breve histórico da presença indígena no extremo sul baiano e questão do território Pataxó do Monte Pascoal**. Salvador, Mimeo, 1996.

SANTILLI, M. **A cilada corporativa**. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo, São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

SANTILLI, J. **A lei de crimes ambientais se aplica aos índios?** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo, São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

SCHUWARTZMAN, S. **Indians, environmentalists and tropical forests: the curious history of the ecologically noble savage**. In: Benjamin, A. H. (coord.) Direito Ambiental das áreas protegidas. São Paulo, Forense Universitária, 2001.

SICK, H., GONZAGA, L. P & TEIXEIRA, D. M. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 1997.

SOUZA FILHO, C. F. **Marés de. Espaços ambientais protegidos e Unidades de Conservação**. Coleção Ponto de Partida 1. Curitiba, 1993.

TAYLOR, K. **Desmatamento e índios na Amazônia brasileira**. Biodiversidade. E. O. Wilson, editor; Francês M. Peter, subeditor; Carlos Gabaglia Penna, coordenador da edição brasileira; tradução de Marcos Santos, Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

THOMAS, W. W., CARVALHO, A.M. de, AMORIM, A. M. A., GARRISON, J. & ARBELÁEZ, A. L. **Plant endemism in two forest in southern Bahia, Brazil.** In: Biodiversity and conservation, 1998.

THOMAZ, L. D. & MONTEIRO, R. **Composição Florística da Mata Atlântica de Encosta da Estação Biológica de Santa Lúcia, Município de Santa Teresa-ES.** In: Boletim do Museu de Biologia M. Leitão, 1997.

TIMMERS, J. F. **Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 2004.

_____. **A questão do Monte Pascoal: Elementos para a busca de uma solução concreta.** Associação Flora Brasil. Maio de 2001.

_____. Presentation of the Brazilian Discovery coast as Natural property to be nominated **for inscription to the world Haritage List, Brazilian:** Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, 1999.

TREVISAN, S. D. P. **Sociedade – Natureza: uma concreta e necessária integração.** Rio de Janeiro. Ambiental, nº 30, 2003.

VIANNA, F. L. B. **Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. Instituto Sócio-ambiental, 2004.

VIDAL, L. B. **As Terras Indígenas no Brasil. Índios no Brasil.** Luis Donisete Benzi Grupioni (org.). 4. ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC, 2000.

VIEILLARD, J. M. E. **Areas of differentiation and biogeographic affinities within the avifauna of North – eastern Brazil.** In: Acta xx Intem. Ornith Congress, Suppl., Christchurch, 1990.

VILLAS-BÔAS, A. **Gestão e manejo em Terras Indígenas.** In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. Org. Fany Ricardo. Instituto Sócio-ambiental, 2004.

WEBER, J. **Gestão dos recursos naturais renováveis fundamentos teóricos de um programa de pesquisa.** In: Vieira, P. F. & Weber (org.). Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

WHELAN, R. J. **Wild in woods: teh mith of the nobel eco-savage.** IEA Satudies on the Environment. London. Institute of Economic Affairs, 2000 (disponivel download: www.iea.org.uk)

APÊNDICE

INSTRUMENTO - A

Apêndice - A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____ Aldeia de: _____

Data: __/__/__ Horário da Entrevista:__:__ Local da Entrevista: _____

CARACTERÍSTICAS

Sexo: () M () F

Ocupação: () agricultor
() pescador
() artesão de madeira
() artesão de semente

Escolaridade: () nenhuma
() Ensino Fundamental 1
() Ensino Fundamental 2
() Ensino Médio

1. Onde encontra o produto do seu trabalho? (o peixe, a madeira para artesanato, a semente, o produto para plantio).

2. O que utiliza para trabalhar? (instrumentos, ferramentas).

3. Que espécie de (*) o senhor sabe que existe nestas áreas? (* = peixe, árvore, madeira, semente, espécie de plantio).

4. Como o senhor(a) procede em seu trabalho? Tem algum procedimento especial que adota a retirada da madeira? (semente, pescar, das plantas). O que o(a) senhor(a) faz no seu trabalho para ajudar a conservar a natureza? Apresentar três maneiras.

5. Como o senhor(a) enxerga o futuro da sua aldeia e do seu povo quando observa os recursos naturais desaparecendo? (principalmente a madeira).

6. Que solução daria para resolver a questão do uso dos produtos da natureza da aldeia?

INSTRUMENTO - B**Apêndice - B****QUESTIONÁRIO**

Data: __/__/__ **Local da entrega:** () Aldeia de Coroa Vermelha () Aldeia de Barra Velha

Nome: _____ **Nº do questionário:** _____

I - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA**1. O que faz (ocupação)**

- | | | |
|-------------------|---------------------------|-------------|
| 1. () Pescador | 3. () Artesão de madeira | () Caçador |
| 2. () Agricultor | 4. () Artesão de semente | |

2. Sexo

- | | |
|------------------|-----------------|
| 1. () Masculino | 2. () Feminino |
|------------------|-----------------|

II - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS**3. Número de filhos**

1. () Não tem
1. () Até dois
2. () De três a cinco
3. () Acima de cinco

4. Escolaridade

1. () Não estudou
1. () Ensino Fundamental I
2. () Ensino Fundamental II
3. () Ensino Médio

5. Há quanto tempo mora na aldeia?

1. () Menos de 5 anos
2. () De 5 anos a 10 anos
3. () Acima de 10 anos

6. Há quanto tempo o(a) senhor(a) se ocupa com esse trabalho?

1. () Menos de 5 anos
2. () De 5 anos a 10 anos
3. () Acima de 10 anos

7. Mora junto ao setor de trabalho?

1. ☐ Não. Onde mora?
2. ☐ Sim

08. Qual a sua renda mensal?

1. ☐ De R\$ 50,00 a R\$ 100,00
1. ☐ De R\$ 101,00 a R\$ 200,00
2. ☐ De R\$ 201,00 a R\$ 300,00
3. ☐ Acima de R\$ 300,00

09. Há mais alguém que trabalha para ajudar na renda da família?

1. ☐ Não
2. ☐ Sim. Quem?

10. Quantos da família estão envolvidos nesse mesmo trabalho seu? Quem são?

1. ☐ Nenhum
2. ☐ De um a 3
3. ☐ Acima de 3

III - RELAÇÃO COM A NATUREZA**11. Que importância tem a natureza para você e sua família?**

- | | |
|----------------|---|
| 1. Pouco valor | ☐ Rios |
| 2. Respeito | ☐ Mata |
| 3. Sagrado | ☐ Animais |
| | ☐ Solo |
| | ☐ Praia |
| | ☐ Mangues |
| | ☐ Mar |
| | ☐ Árvores frutíferas |

12. O(a) senhor(a) ou alguém da família usa a mata por algum motivo? (Ex.: cultura, lazer, visita, beleza, festa). Com que tempo de uso?

1. ☐ Nunca
2. ☐ Uma vez por mês
3. ☐ Mais de uma vez por mês

13. Se a mata não existisse, a área poderia estar sendo usado para alguma atividade que lhe desse algum lucro? Que tipo de uso?

1. ☐ Não
2. ☐ Sim. Qual?

14. Se você pudesse substituiria a mata por algum outro tipo de ocupação do solo?

1. ☐ Não
2. ☐ Sim

15. Existe algum aproveitamento comercial com o que é produzido na mata? Qual? Quanto representa na renda da família? (Ex.: cabo de enxada, mourão, cerca, apicultura, lenha, madeira, carne de caça, outros).

1. ☐ Não
2. ☐ Sim. Qual?

IV - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

16. Se você não respeita o meio ambiente da aldeia o Conselho chama sua atenção e pede para você reparar o que fez de errado?

1. ☐ Não sabe
2. ☐ Não
3. ☐ Sim. De que maneira?

17. Algum órgão do governo já fez alguma observação ou aplicou alguma punição, alegando que um índio já fez algo errado contra o meio ambiente da área que o(a) senhor(a) mora?

1. ☐ Não
2. ☐ Sim. Como aconteceu?

18. Recebe de alguma forma (escola, governo, associação, ONGs) alguma capacitação para melhorar o seu trabalho ou torná-lo produtivo sem agredir (estragar) a natureza?

1. ☐ Não
2. ☐ Sim. Citar:

V - INFORMAÇÃO DO ENTREVISTADO

19. O(a) senhor(a) tem conhecimento ou imagina como era a Mata Atlântica que existia nesta área?

1. ☐ Não sabe
2. ☐ Parcialmente. O que sabe?
3. ☐ Sim. O que sabe?

20. O(a) senhor(a) já ouviu alguma proposta do governo para negociar a saída dos índios Pataxó deste local?

1. () Não, nunca ouviu
2. () Parcialmente (mas não sabe detalhes)
3. () Já ouviu

21. O(a) senhor(a) conhece as leis de proteção do meio ambiente que protegem a mata que existe na sua aldeia?

1. () Não conhece
2. () Parcialmente. O que?
3. () Sim. O que?

22. O(a) senhor(a) sabe dizer se sua aldeia está em Terra Indígena regularizada?

1. () Não sabe
2. () Sim, mas não tem certeza
3. () Sim, sabe com certeza

VI - OPINIÃO DO ENTREVISTADO

23. Porque motivo a mata ainda existe na Reserva ou no Parque?

1. () Cumprimento da lei
2. () Apreciação da beleza
3. () Proteção do solo e da água

Há outro motivo? Qual? _____

24. O (a) senhor (a) concorda que o seu povo negocie as terras e deva morar em outro lugar?

1. () Não. Por que?
2. () Parcialmente. Como?
3. () Sim. Como?

25. O(a) senhor(a) acredita que os conflitos que existem entre o governo e os índios Pataxó sobre a regularização da posse dessas terras afetam a conservação dos produtos da natureza (árvores, rios, animais, mangues e outros) da área? Por quê?

1. () Não
2. () Parcialmente. Por quê?
3. () Sim. Por quê?

26. O(a) senhor(a) considera a legislação de proteção ao meio ambiente adequada?

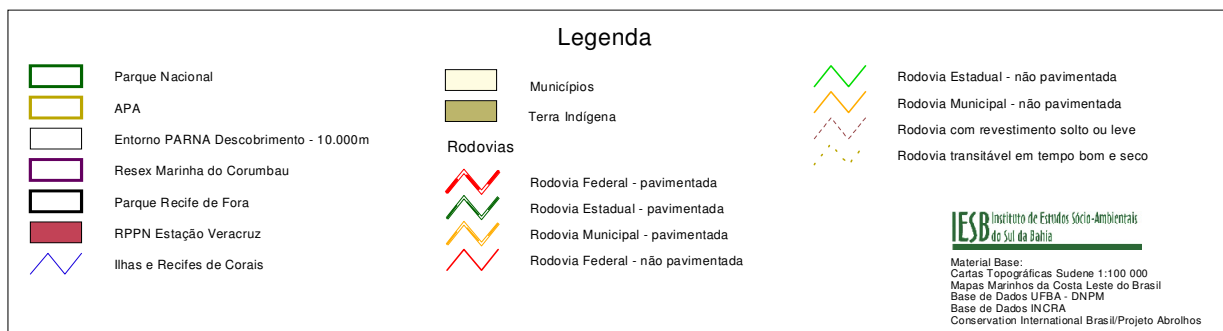
1. () Não conhece a legislação
2. () Inadequada, mas aceitável
3. () Sim, adequada

ANEXOS

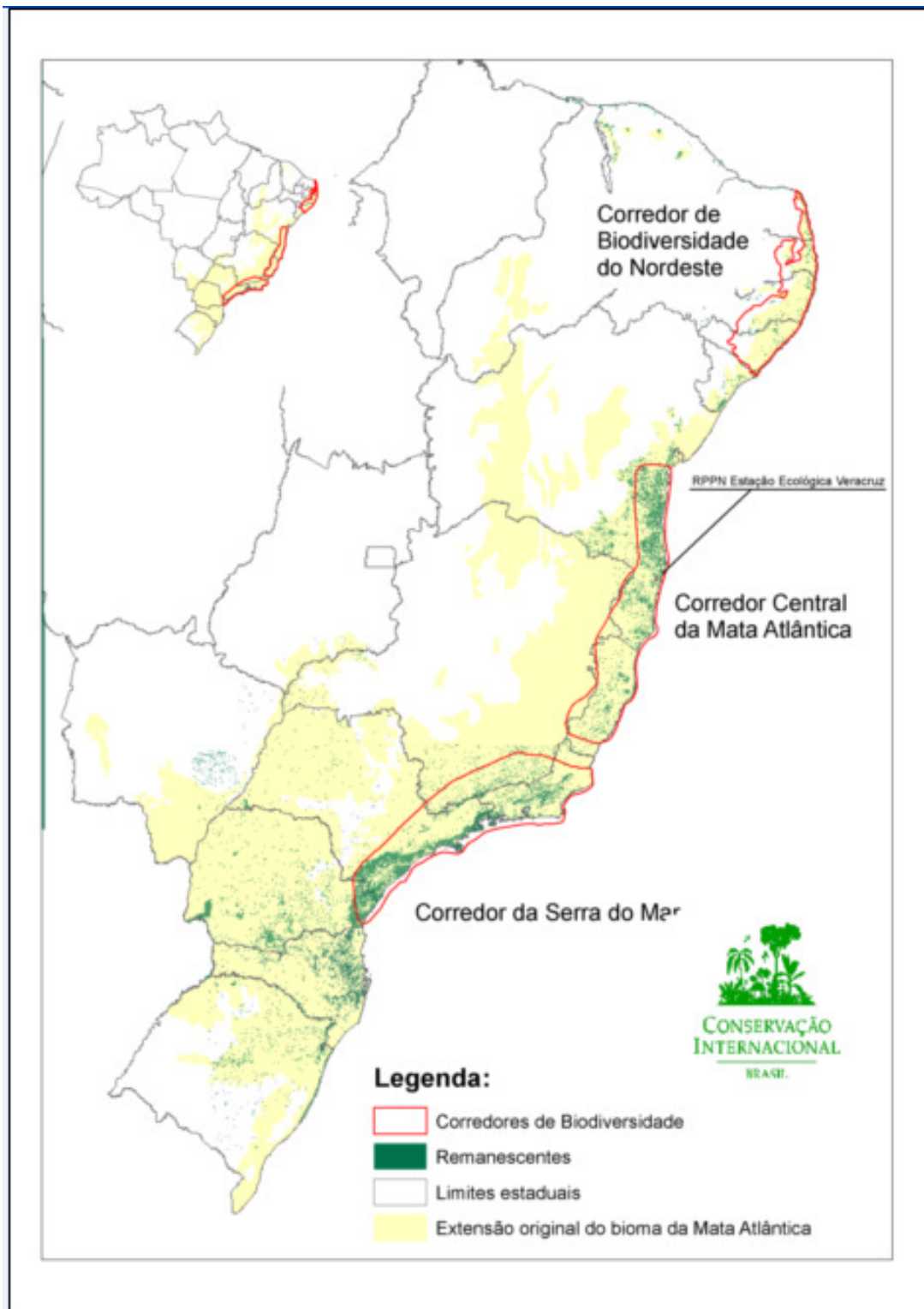
Anexo A



Rede de Unidades de Conservação Região Extremo Sul - Bahia

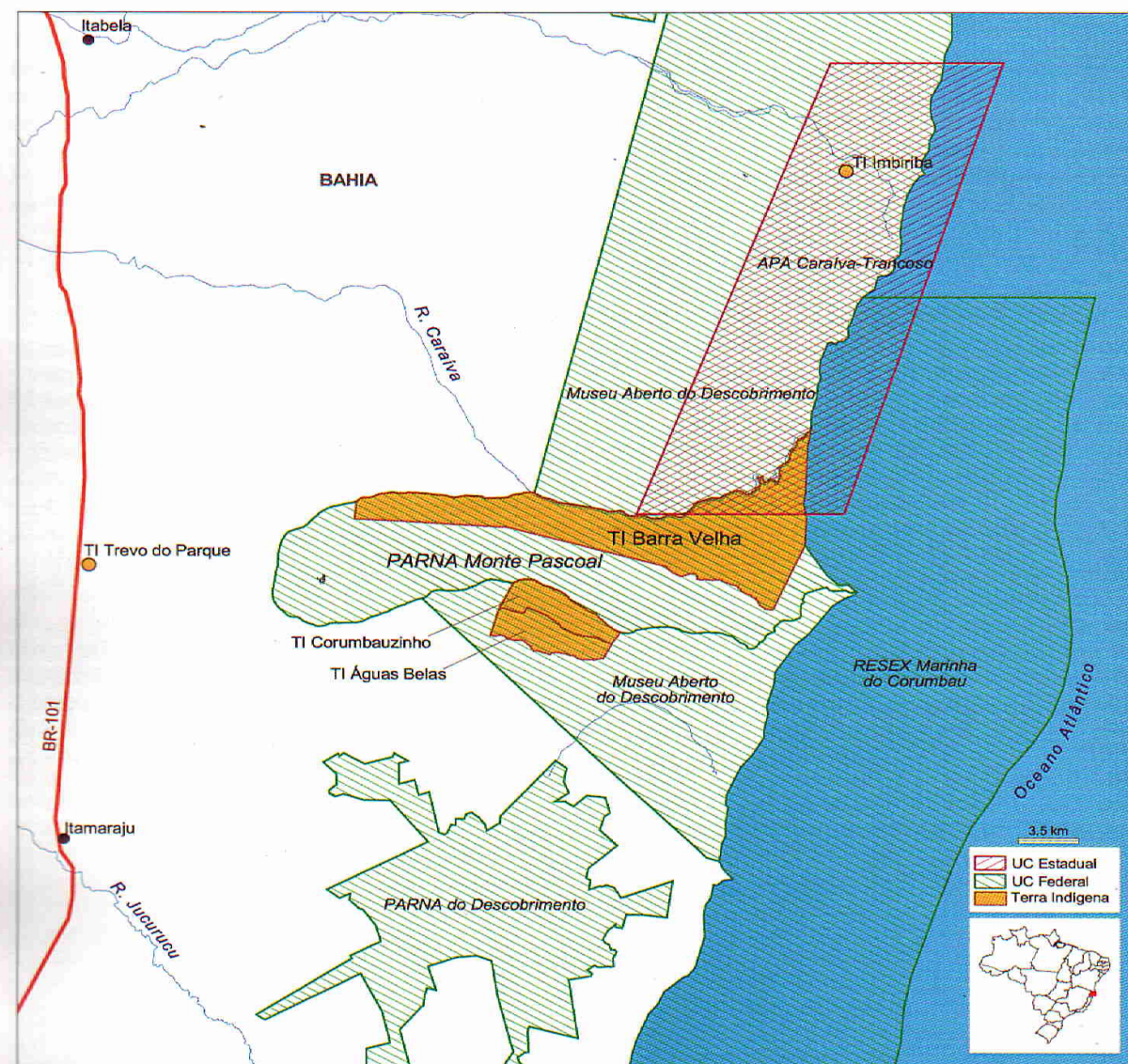


Anexo B



Fonte: Conservação Internacional - Brasil

Anexo C



TI Barra Velha / Parna Monte Pascoal

Área de Sobreposição

Área do Polígono Sobreposto (ha)	Unidade	Extensão BIG (ha)	Extensão Oficial (ha)	% Sobreposta
8.936	TI Barra Velha	8.935	8.627	84,59%
	Parna Monte Pascoal	22.559	22.500	33,50%

Figura 3: Área de sobreposição: Terra Indígena de Barra Velha/Parna Monte Pascoal

Fonte: ISA, 2004

Anexo D**BAHIA****Unidades de Conservação**

Instituto Socioambiental, Novembro/2004

Categoria	Nome	Administração	Municípios	Grupo	Área (ha)¹	Instrumento legal de criação
Esec	Raso da Catarina	Federal	Rodelas Jeremoabo**	PI	99.772	Decreto 89.268 de 03/01/1984
Esec	Serra Geral do Tocantins	Federal	Formosa do Rio Preto	PI	716.306	Decreto de 27/09/2001
Esec	de Wenceslau Guimarães	Estadual	Wenceslau Guimarães	PI	2.418	Decreto 6.228 de 21/02/1997
Monat	da Cachoeira do Ferro Doido	Estadual	Morro do Chapéu	PI	400	Decreto 7.412 de 17/08/1998
Parna	da Chapada Diamantina	Federal	Andaraí Mucugê**	PI	152.000	Decreto 91.655 de 17/09/1985
Parna	do Descobrimento	Federal	Prado	PI	21.129	Decreto de 20/04/1999
Parna	Grande Sertão Veredas	Federal	Cocos	PI	231.000	Decreto de 97.658 de 12/04/1989
Parna	Marinho de Abrolhos	Federal	Alcobaça Caravelas	PI	88.249	Decreto 88.218 de 06/04/1983
Parna	de Monte Pascoal	Federal	Porto Seguro	PI	22.500	Decreto-Lei 1.202 de 19/04/1943
Parna	das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	Formosa do Rio Preto	PI	729.814	Decreto de 16/07/2002
Parna	do Pau Brasil	Federal	Porto Seguro	PI	11.538	Decreto de 20/04/1999
PES	de Canudos	Estadual	Canudos	PI	1.321	Decreto 33.333 de 30/06/1986
PES	Morro do Chapéu	Estadual	Morro do Chapéu	PI	46.000	Decreto 7.413 de 17/08/1998
PES	Serra do Conduru	Estadual	Uruçuca Itacarê**	PI	7.000	Decreto 6.227 de 21/02/1997
PES	das Sete Passagens	Estadual	Miguel Calmon	PI	2.821	Decreto 7.808 de 24/05/2000
Rebio	de Una	Federal	Una	PI	11.400	Decreto 85.463 de 10/12/1980
RVS	das Veredas do Oeste Baiano	Federal	Cocos Jaborandi	PI	128.521	Decreto de 13/12/2002
APA	Bacia do Cobre/São Bartolomeu	Estadual	Salvador Simões Filho	US	2.260	Decreto 7.970 de 05/06/2001
APA	da Bacia do Rio de Janeiro	Estadual	Barreiras	US	351.300	Decreto 2.185 de 07/06/1993
APA	da Baía de Camamu	Estadual	Camamu Maraú**	US	118.000	Decreto 8.175 de 27/02/2002
APA	da Baía de Todos os Santos	Estadual	Cachoeira Candeias**	US	80.000	Decreto 7.595 de 05/06/1999
APA	Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	Estadual	Valença Taperoá**	US	230.296	Decreto 8.552 de 05/06/2003
APA	Caraíva/Trancoso	Estadual	Porto Seguro	US	31.900	Decreto 2.215 de 14/06/1993
APA	Coroa Vermelha	Estadual	Porto Seguro	US	4.100	Decreto 2.184 de 07/06/1993
APA	Costa de Itacarê/Serra Grande	Estadual	Itacarê Uruçuca	US	14.925	Decreto 2.186 de 07/06/1993
APA	Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco	Estadual	Barra Pilão Arcado**	US	1.085.000	Decreto 6.547 de 18/07/1997
APA	Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	Estadual	João Dourado Morro do Chapéu	US	11.900	Decreto 32.487 de 13/11/1985
APA	de Guaibim	Estadual	Valença	US	2.000	Decreto 1.164 de 11/05/1992

APA	das Ilhas de Tinharé e Boipeba	Estadual	Cairo	US	43.300	Decreto 1.240 de 05/06/1992
APA	de Joanes-Ipitanga	Estadual	Camaçari Simões Filho**	US	5.022	Decreto 7.596 de 05/06/1999
APA	do Lago de Pedra do Cavalo	Estadual	Cabaceira do Paraguaçu Castro Alves**	US	30.156	Decreto 6.548 de 18/07/1997
APA	da Lagoa Encantada	Estadual	Ilhéus	US	11.800	Decreto 2.217 de 14/06/1993
APA	da Lagoa Itaparica	Estadual	Gentio do Ouro Xique-Xique	US	78.450	Decreto 6.546 de 18/07/1997
APA	Lagoas de Guarajuba	Estadual	Camaçari	US	230	Resolução 387 de 27/02/1991
APA	das Lagoas e Dunas do Abaeté	Estadual	Salvador	US	1.800	Decreto 351 de 22/09/1987
APA	Litoral Norte do Estado da Bahia	Estadual	Conde Entre Rios**	US	142.000	Decreto 1.046 de 17/03/1992
APA	de Mangue Seco	Estadual	Jandaíra	US	3.395	Decreto 605 de 06/11/1991
APA	Marimbus/Iraquara	Estadual	Iraquara Lençóis**	US	125.400	Decreto 2.216 de 14/06/1993
APA	da Plataforma Continental do Litoral Norte	Estadual	Salvador	US	362.266	Decreto 8.553 de 05/06/2003
APA	da Ponta da Baleia/Abrolhos	Estadual	Alcobaça Caravelas	US	34.600	Decreto 2.218 de 14/06/1993
APA	do Pratigi	Estadual	Nilo Peçanha Ituberá**	US	32.000	Decreto 7.272 de 02/04/1998
APA	do Rio Capivara	Estadual	Camaçari	US	1.800	Decreto 2.219 de 14/06/1993
APA	de Santo Antônio	Estadual	Belmonte Santa Cruz Cabralia	US	23.000	Decreto 3.413 de 31/08/1994
APA	Serra Branca/Raso da Catarina	Estadual	Joremoabo	US	67.000	Decreto 7.972 de 05/06/2001
APA	da Serra do Barbado	Estadual	Abaíra Érico Cardoso**	US	63.652	Decreto 2.183 de 07/06/1993
Arie	Nascentes do Rio de Contas	Estadual	Abaíra Piatã	US	4.771	Decreto 7.968 de 05/06/2001
Arie	Serra do Orobó	Estadual	Itaberaba Rui Barbosa	US	7.397	Decreto 8.267 de 06/06/2002
Flona	Contendas do Sincorá	Federal	Contendas do Sincorá	US	11.034	Decreto de 21/09/1999
Flona	de Cristópolis	Federal	Cristópolis	US	11.953	Decreto de 18/05/2001
Resex	Marinha da Baía do Iguape	Federal	Cachoeira Maragogipe	US	8.117	Decreto de 11/08/2000
Resex	Marinha do Corumbau	Federal	Porto Seguro Prado	US	89.500	Decreto de 21/09/2000

Anexo E**BAHIA****Terras Indígenas**

Instituto socioambiental, outubro/2004

Nome	Povo	Situação jurídica	Município	Área (Brasil)	Censo	Fonte/Data
Águas Belas	Pataxó	Homologada. Reg CRI. Decreto s/nº de 08/09/98 homologa a demarcação. (DOU, 09/09/98)	Prado	1.189	135	Parecer/Funai, 1995
Aldeia Velha	Pataxó	Em identificação. Port. Funai nº 1.236 de 29/11/02 cria GT para reestudos de identificação e delimitação da TI. (DOU, 03/12/02)	Porto Seguro	-	199	Sampaio, 1998
Barra	Kiriri Atikum	Adquirida para assentamento. Aproximadamente 62 Brasil adquiridos pela Funai em 1986. Parte da Fazenda Passagem. (Peti, 1993)	Barra	62	32	Funai, 1993
Barra Velha	Pataxó	Homologada. Reg CRI e SPU. Decreto nº 396 de 24/12/91 homologa a demarcação. (DOU, 26/12/91). Port. Nº 498 de 07/06/01 cria GT para estudos de levantamento visando a revisão da TI. (DOU, 08/06/01)	Porto Seguro	8.627	1.082	Funai, 1984
Brejo do Burgo	Pankararé	Homologada. Reg CRI. Decreto s/nº de 30/04/01 homologa a demarcação. (DOU, 02/05/01)	Glória Paulo Afonso Rodelas	17.924	1.428	Funasa, 2003
Caramuru/P araguaçu	Pataxó Hã Hã Hãe	Reservada/SPI. Dem. 1937. Port. Nº 1480/E de 25/01/83 para levantamento fundiário. Sub-judice.	Pau Brasil Itaju do Colônia Camacã	36.000	1.449	Funai, 1994
Coroa Vermelha	Pataxó	Homologada.Reg CRI e SPU. Decreto de 09/07/98 homologa a demarcação. A TI inside na área delimitada pelo decreto 1.874 de 22/04/96 denominada Museu Aberto do Descobrimento, corresponde a primeira descrição geográfica do Brasil. (DOU, 10/07/98)	Santa Cruz de Cabralia	1.493	693	Funai/Parecer, 1995
Corumbauzinho	Pataxó	Em identificação. Port. Nº 258 de 19/03/01 com o objetivo de concluir a identificação e delimitação da TI corumbauzinho e revisão de TI Barra Velha decide convalidar as ações praticadas pelo GT da Port. 1.262 (DOU, 28/12/00)	Prado	1.145	-	-
Fazenda Bahiana (Nova Vida)	Pataxó Hã Hã Hãe	Homologada. Decreto s/nº de 11/12/98 homologa a demarcação. (DOU, 14/12/98)	Camamu	304	65	Funai, 2003
Ibotirama	Tuxá	Homologada. Decreto nº 379 de 24/12/91 homologa a demarcação. (DOU, 26/12/91).	Ibotirama	2.019	550	Funai, 2003
Imbiriba	Pataxó	Declarada. Portaria MJ nº 2.580 de 21/09/04 declara de posse permanente. (DOU, 22/09/04)	Porto Seguro	397	245	Funai, 1990
Kantaruré	Kantaruré	Homologada. Reg CRI e SPU. Decreto s/nº de 12/09/00 homologa a demarcação. (DOU, 13/09/00)	Nova Glória	1.811	244	Funai, 1996
Kiriri	Kiriri	Homologada. Reg CRI e SPU. Decreto 98.828 de 15/01/90 homologa a demarcação como colônia indígena. (DOU, 16/01/90)	Ribeira do Pombal Quijingue Banae	12.300	1.526	Funai, 1994
Massacará	Kaimbé	Homologada. Reg CRI e SPU. Decreto nº 395 de 24/12/91 homologa a demarcação. (DOU, 26/12/91)	Euclides da Cunha	8.020	848	Funasa, 2004
Mata Medonha	Pataxó	Homologada.Reg CRI e SPU. Decreto de 26/05/96 homologa a demarcação. (DOU, 24/05/96)	Santa Cruz de Cabralia	549	255	Funai, 1991
Muriti	Kaimbé	A identificar. (Sampaio, 1989)	Euclides da Cunha	-	100	Sampaio, 1989
Nova Rodelas (área urbana)	Tuxá	Adquirida para assentamento. Área adquirida pela Chesf para reassentamento dos Tuxá atingida pela UHE de Itaparica. (Funai, 1990)	Rodelas	104	450	UFBA, 1989
Pambu	Truká	A identificar. (Sampaio,1989)	Curaçá	-	-	-

Pankararé	Pankararé	Homologada. Reg CRI e SPU. Decreto de 05/01/96 homologa a demarcação. (DOU, 08/01/96)	Rodelas Paulo Afonso	29.597	200	Sampaio, 1989
Quixabá	Xukuru-Kariri	Reservada. Dominial. Área adquirida pela Funai, de posseiro, para remoção do grupo familiar dos Sático, vindos da fazenda Canto	Glória	30	126	Funai, 2003
Riacho do Bento	Tuxá	Adquirida para assentamento. Adquirida pela Chesf, através acordo Chesf/Funai, ref. Transferência dos Tuxá da área inundada pela UHE de Itaparica (Sampaio, 1989)	Rodelas	4.032	708	Funai, 1994
Tocas	Kariri Kaimbé	A identificar. (Sampaio, 1989)	Euclides da Cunha	-	-	Sampaio, 1989
Trevo do Parque	Pataxó	A identificar. (Sampaio, 1989)	Itamarajú	-	-	Sampaio, 1989
Tumbalalá	Tumbalalá	Em identificação. Port. N° 1.235 de 28/11/02 cria GT para realizar 1ª etapa de identificação e delimitação da TI. (DOU, 03/12/02)	Curaçá	-	-	-
Tupinambá de Olivença	Tupinambá Geren	Em identificação. Port. Da Funai n° 102 de 22/01/04 cria GT para estudos de identificação da TI. (DOU, 27/01/04)	Ilhéus	-	-	-
Vargem Alegre	Pankararu	Homologada. Reg CRI. Decreto n° 247 de 29/10/91 homologa a demarcação. (DOU, 30/10/91). Dominial indígena.	Serra do Ramalho	981	87	Funai, 2003